

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
do Rio Grande do Sul - FETRAF - RS

AGRICULTURA FAMILIAR

em transformação



Realidade da
agricultura familiar
na base da FETRAF-RS

saluz

Federação dos Trabalhadores na
Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul
FETRAF-RS

Agricultura Familiar em Transformação

realidade da agricultura familiar na base da Fetraf-RS

Passo Fundo
Saluz
2026

Copyright © 2026 Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul - FETRAF-RS.
Publicado em 2026

Edição: EAB Editora
Projeto gráfico: Wanduir Sausen
Capa: Rodrigo Oscar Roman
Ilustração da capa: José Justino Desidério Filho
Diagramação: Wanduir Sausen e Rodrigo Oscar Roman
Revisão: Araceli Pimentel Godinho
Organização: Douglas Cenci, Felipe Toniolo, Paulo César Carbonari

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Agricultura familiar em transformação : realidade da agricultura familiar na base da Fetrar-RS / Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul. -- Passo Fundo, RS : Saluz, 2026.

Bibliografia.
ISBN 978-65-85133-71-5.

1. Agricultura familiar 2. Desenvolvimento rural
3. Política agrícola 4. Rio Grande do Sul (Estado)
História I. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul.

26-373979.0

CDD-338.18

Índices para catálogo sistemático:

1. Agricultura familiar : Política agrícola : Economia 338.18
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

2026

Editora Acadêmica do Brasil Editoração e Diagramação LTDA
Rua Senador Pinheiro, 350, Sala 01
99070-220, Passo Fundo, RS
www.eabeditora.com.br

Sumário

Apresentação	7
1. A agricultura familiar no RS e a FETRAF-RS: transformações no campo, dinâmicas territoriais e horizontes da luta coletiva	12
1.1. Introdução	12
1.2. Agriculturas de base familiar: dinâmicas territoriais e interações multiescalares	16
1.3. A agricultura familiar do Rio Grande do Sul representada pelas transformações da cobertura e do uso da terra	22
1.4. A agricultura familiar do Rio Grande do Sul representada pela estrutura fundiária: estabelecimentos rurais nas regionais da FETRAF-RS	30
1.5. As dinâmicas populacionais nas regionais da FETRAF-RS	33
1.6. As percepções das mudanças e perspectivas de futuro: leituras a partir dos agricultores familiares e das lideranças sindicais	40
1.6.1. Síntese analítica das entrevistas com os dirigentes sindicais ..	43
1.7. Considerações finais	48
2. Organização sindical da agricultura familiar	52
2.1. Introdução	52
2.2. Organização sindical dos trabalhadores rurais e agricultores familiares	55

2.3. Forma de organização e bases da FETRAF-RS	60
2.3.1. Sindicatos e filiados	61
2.3.2. Estrutura organizativa e relação com outros agentes	65
2.3.3. Trabalho de base, comunicação e dificuldades atuais	71
2.4. Percepção das famílias agricultoras sobre os sindicatos	75
2.5. Considerações finais.....	82
 3. A dinâmica produtiva e comercial dos agricultores familiares vinculados à FETRAF-RS	 86
3.1. Introdução.....	86
3.2. Dinâmica produtiva e comercial dos agricultores familiares.....	88
3.2.1. Características socioprodutivas das Unidades de Produção Familiares (UPFs)	89
3.2.2. Dinâmica comercial dos agricultores familiares	100
3.2.3. Desafios envolvendo a transição para um novo modelo produtivo	105
3.3. Considerações finais.....	107
 4. Circuitos curtos de comercialização e a agricultura familiar: panorama e proposições nos municípios da base de atuação da FETRAF-RS	 114
4.1. Introdução.....	114
4.2. Circuitos curtos de comercialização de alimentos	115
4.3. Panorama da comercialização de alimentos através das feiras municipais.....	117
4.4. Algumas considerações e proposições.....	123
 5. Políticas públicas para a agricultura familiar: dinâmicas nacionais e na base da FETRAF-RS	 129
5.1. Introdução.....	129
5.2. Trajetória das políticas para a agricultura familiar no Brasil.....	131

5.2.1. Primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, com foco agrícola e no acesso à terra.....	133
5.2.2. Segunda geração de políticas, com foco em assistência social e melhorias nas condições de vida	135
5.2.3. Terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, focada na construção de mercados para a segurança alimentar e nutricional e na sustentabilidade ambiental.....	137
5.2.4. Quarta geração de políticas públicas, orientadas a partir de uma visão produtivista e de uma única agricultura no Brasil	139
5.2.5. A reconstrução das políticas para a agricultura familiar e a necessidade de uma nova geração	140
5.3. As políticas públicas entre os associados e nos sindicatos da FETRAF-RS	142
5.4. Considerações finais.....	148
6. Horizontes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.....	156
6.1. Contexto da Agricultura Familiar.....	157
6.2. Novo Projeto Estratégico para a Agricultura Familiar	162
7. Relatório de Dados de Pesquisa: Levantamento da realidade dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul	166
7.1. Principais dados sistematizados.....	169

Apresentação

O livro tem por objetivo sistematizar, discutir e divulgar os resultados da pesquisa desenvolvida pela FETRAF-RS e por pesquisadores/as convidados/as com agricultores/as familiares e dirigentes sindicais sobre as transformações que a agricultura familiar e as organizações do campo vivenciaram no último período. Esta ação colabora para fortalecer a FETRAF-RS como sujeito de organização sindical da agricultura familiar, contribui para a elaboração de elementos orientadores do projeto estratégico e de futuro da agricultura familiar na área de atuação da FETRAF-RS e para orientar a atuação estratégica do sindicalismo da agricultura familiar.

Uma extensa pesquisa foi realizada com agricultores/as familiares visando compreender as transformações multidimensionais na agricultura familiar e nas entidades que com ela atuam. O diagnóstico procurou colher informações sobre os seguintes eixos temáticos relacionados à agricultura familiar: a) mudanças políticas de Estado e políticas públicas; b) mudanças nos mercados e consumo; c) mudanças na organização da produção e agroindustrialização; d) mudanças populacionais e diversidades; e) mudanças organizacionais (sindicalismo, associativismo, cooperativismo).

O livro é parte da pesquisa intitulada *Levantamento da realidade dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul*, realizada em 34 municípios pertencentes à base de atuação da FETRAF-RS, visando orientar a atuação estratégica do sindicalismo da agricultura familiar. Reúne análises produzidas por pesquisadores/as convidados/as e que têm larga experiência nas temáticas nas quais colaboraram. As análises estão reunidas em cinco capítulos a seguir rapidamente apresentados. As informações complementares sobre a pesquisa estão no relatório em anexo ao final.

O primeiro capítulo é assinado por Éverton de Moraes Kozenieski e Márcio Freitas Eduardo, ambos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em Erechim. Tem por título “*A agricultura familiar no RS e a FETRAF-RS: transformações no campo, dinâmicas territoriais e horizontes da luta coletiva*”. Segundo informam seus autores, busca interpretar determinadas dinâmicas da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, oferecendo subsídios para a compreensão de suas características e seus desafios, sobretudo por meio da análise sobre como o avanço do agronegócio no campo tem implicado mudanças nas formas de reprodução desses sujeitos, em termos de uso da terra e considerando essas repercussões nas transformações da população rural. O texto é estruturado em três seções principais: inicialmente, a agricultura familiar é situada em um processo mais amplo de modernização da agricultura, contextualizando-a em relação à “monopolização do território pelo capital”; em seguida, são sistematizadas e analisadas as transformações recentes que têm moldado a realidade dos agricultores no estado; por fim, o capítulo se aprofunda nas leituras dos próprios agricultores familiares da FETRAF-RS (produtores e dirigentes sindicais) sobre esse processo, enfocando, ainda, estratégias, resistências e alternativas possíveis construídas por agricultores participantes da FETRAF-RS, apontando desafios para fortalecimento e maior autonomia dessa categoria socioprofissional.

O segundo capítulo, intitulado “*Organização sindical da agricultura familiar*”, é escrito por Everton Picolotto, Mateus Lazzaretti e Bruna Verônica Rech, grupo da UFSM. Segundo seus autores/as, o texto trata centralmente da situação do sindicalismo da agricultura familiar vinculado à FETRAF-RS e da avaliação que as lideranças locais e as famílias agricultoras da sua base fazem sobre os sindicatos num cenário adverso, de estreitamento dos canais de diálogo/acesso ao Estado, em que os setores conservadores e do agronegócio disputam a representação das famílias agricultoras. Neste cenário, as organizações sindicais de agricultores familiares têm buscado se reorganizar para enfrentar as dificuldades e a concorrência de outros agentes. O texto visa contribuir com o entendimento dessas dificuldades e apontar algumas análises úteis. Está organizado em três partes: a primeira faz uma apresentação sumária sobre a trajetória histórica da organização sindical de trabalhadores rurais e agricultores familiares; a segunda apresenta e analisa a forma como os sindicatos e

a FETRAF-RS se organizam; a terceira trata dos dados de avaliação das famílias agricultoras sobre os sindicatos e suas direções.

O terceiro capítulo, “*A dinâmica produtiva e comercial dos agricultores familiares vinculados à FETRAF-RS*”, foi produzido por Zenicléia Angelita Deggerone, da UERGS, Claudia Job Schmitt, da UFRRJ, Felipe Toniolo e Luiz Carlos Scapinelli, da FETRAF-RS. Toma em conta a trajetória e o papel da FETRAF-RS na organização e defesa da agricultura familiar no Rio Grande do Sul para aprofundar a compreensão sobre como os agricultores vinculados a essa Federação desenvolvem suas atividades produtivas e suas formas de inserção nos mercados. O capítulo tem como objetivo principal apresentar um panorama da produção agroalimentar e das estratégias de comercialização adotadas pelos agricultores familiares associados aos sindicatos municipais vinculados à FETRAF-RS. Está organizado em três seções para apresentar os elementos centrais do estudo: a primeira introduz ao tema; a segunda apresenta a conjuntura produtiva, a dinâmica comercial das unidades de produção familiares (UPFs); por fim, a terceira seção apresenta as considerações e recomendações estratégicas para a atuação da FETRAF-RS.

O quarto capítulo, escrito por Zenicléia Angelita Deggerone, da UERGS, Claudia Job Schmitt, da UFRRJ, Felipe Toniolo e Luiz Carlos Scapinelli, da FETRAF-RS, tem por título “*Circuitos curtos de comercialização e a agricultura familiar: panorama e proposições nos municípios da base de atuação da FETRAF-RS*”. O texto se propõe a investigar os mercados da agricultura familiar, especialmente aqueles promovidos por organizações representativas do setor, como sindicatos, federações e movimentos sociais, já que ocupam um lugar estratégico no fortalecimento da agricultura familiar, não apenas pelo acesso à renda, mas também por promoverem reconhecimento social, valorização da produção local, autonomia dos agricultores e dinâmicas de desenvolvimento territorial. O capítulo se propõe a apresentar o panorama da atuação dos agricultores familiares nos circuitos curtos de comercialização de alimentos construídos no âmbito da FETRAF-RS. Está organizado em três seções para apresentar os elementos centrais do estudo: a primeira seção introduz ao tema; a segunda apresenta um panorama dos circuitos curtos de comercialização de alimentos existentes nos municípios de atuação da FETRAF; a terceira seção apresenta algumas considerações

e recomendações para a atuação da FETRAF-RS na promoção de circuitos curtos de comercialização de alimentos.

O quinto capítulo se dedica a analisar “*Políticas públicas para a agricultura familiar: dinâmicas nacionais e na base da FETRAF-RS*”. É produzido por Catia Grisa, da UFRGS, Alcemir Bagnara e Marialva Oliva Lunkes, da FETRAF-RS. O capítulo tem um duplo objetivo: procura retomar a trajetória de construção das políticas públicas para a agricultura familiar (e a atuação do sindicalismo nesse processo), identificando diferentes tipos ou gerações de programas e ações estabelecidos – essas gerações apresentam distintas compreensões e buscam atuar em dimensões específicas (aumento da produção agrícola, qualidade de vida, mercados etc.) da agricultura familiar; uma vez identificadas as políticas públicas, o capítulo busca trazer a avaliação de dirigentes e associados/as da FETRAF-RS sobre essas ações, identificando as políticas mais acessadas, as mais expressivas no cotidiano das famílias e as mais demandadas. Essa análise ganha relevância à medida que evidencia certa confluência ou descompasso entre o processo de construção nacional, a atuação dos sindicatos e as necessidades da agricultura familiar gaúcha vinculada à FETRAF-RS. Os resultados dessa análise, por sua vez, podem dar subsídios para a atuação/revisão da própria organização sindical e seus sindicatos. O capítulo está organizado em três seções principais: recupera a trajetória de construção das políticas públicas para a agricultura familiar, identificando diferentes gerações e a atuação do movimento sindical nelas; em seguida, apresenta a avaliação das famílias e dirigentes dos sindicatos sobre o acesso e a importância dessas políticas públicas; por fim, são apresentadas as principais conclusões e considerações sobre o trabalho.

O capítulo final trata dos horizontes da agricultura familiar identificados a partir da pesquisa construída. Apresenta o posicionamento político-interpretativo da coordenação geral da FETRAF-RS, aponta para uma síntese que toma em conta os elementos evidenciados pela pesquisa e, a partir deles e das construções políticas, articula as necessidades colhidas da realidade com as propostas de atuação estratégica. Não oferece respostas definitivas nem mesmo totalizantes: busca articular ao máximo as possibilidades, abrindo caminhos a serem trilhados e que serão feitos ao longo do próprio processo do caminhar.

Espera-se, com este material, oferecer subsídios para o debate público e, acima de tudo, para o fortalecimento organizativo dos/as agricultores/as familiares gaúchos/as. A presença da agricultura familiar é marca e marco da realidade gaúcha. As transformações gerais da sociedade também são marcadas pelas mudanças da agricultura familiar, e as mudanças vividas por esta impactam o conjunto da sociedade. Conhecer as diversas percepções e os modos como tais transformações vão produzindo a realidade e como a realidade vai dinamizando as pessoas é o que se espera poder sublinhar.

Assim como não faz sentido um “mapa em escala um”, também este trabalho não dá conta da complexidade da realidade. E que bom: assim como a vida, a realidade da agricultura familiar segue em travessia, em movimento... e quem se ocupa de compreendê-la, também em movimento, está desafiado a fazer este exercício sempre como processo, no processo e em processo.

Organizadores

1. A agricultura familiar no RS e a FETRAF-RS: transformações no campo, dinâmicas territoriais e horizontes da luta coletiva¹

Éverton de Moraes Kozenieski²

Márcio Freitas Eduardo³

1.1. Introdução

As agriculturas de base familiar (Agrifam), em bom plural, dizem respeito a formas específicas de ser e estar nos agroecossistemas. Povos dos campos, das águas e das florestas, ao longo do tempo, constituíram seus territórios de vida em conexão com os recursos naturais e construídos disponíveis em seus entornos espaciais. O mosaico de culturas e de paisagens expressa, ainda nos dias atuais, a importante diversidade socioespacial proveniente da ação desses grupos. Trata-se de um legado que se estende milenarmente, desde a domesticação de plantas e de animais (Mazoyer; Roudart, 2010) até a promoção de uma “racionalidade ambiental” (Leff, 2006) capaz de indicar possíveis caminhos para a atual “crise civilizacional” (Porto-Gonçalves, 2020).

Esses sujeitos têm em comum a premissa de mobilizar o trabalho da família e de organizar os recursos de seus territórios (cognitivos, materiais,

1 Durante a redação deste texto, fomos surpreendidos pelo falecimento do professor Arioaldo Umbelino de Oliveira, uma das maiores referências da Geografia brasileira. Suas enormes contribuições aos estudos da questão agrária – sempre pautadas pela busca da justiça social no campo – o tornaram um pesquisador fundamental para a compreensão da questão da terra no Brasil, das lutas sociais e das perspectivas transformadoras para o campo. Sua obra foi uma fonte de inspiração inestimável para a escrita deste artigo. Dedicamos este trabalho a um dos grandes mestres.

2 Professor associado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim. Atuação nos Cursos de graduação em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo/UFFS) e Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFFS). E-mail: everton.kozenieski@uffs.edu.br.

3 Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim (RS). Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo/UFFS). Líder do Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NATERR). E-mail: marcio.eduardo@uffs.edu.br.

naturais etc.) com a intencionalidade de garantir, em primeiro plano, a reprodução social do próprio grupo. As possibilidades disponíveis em cada lugar e sociedade, em determinada época, são avaliadas e traduzidas, pelos agricultores familiares, em dinâmicas produtivas, mediações técnicas, relações de trabalho e interações de mercado.

Em um contexto de monopolização do território pelo capital (Oliveira, 2015, 2016), o trabalho familiar e, conseqüentemente, a paisagem do agroecossistema, por conseguinte, tenderão a expressar a própria dinâmica de sujeição das pessoas e do território ao movimento da reprodução ampliada, ou seja, do lucro e da lógica da acumulação. Monoculturas, artificialização dos processos produtivos, sistemas de integração hierarquizados, elevada exploração da força de trabalho (longas jornadas) e espoliação dos recursos naturais (água, solo e biodiversidade) são condições que indicam agriculturas de base familiares funcionando de maneira subordinada a um sistema hegemônico. Mesmo nessas condições, sopesar, as famílias ainda manifestam certa capacidade de resiliência, seja na definição de seus escopos produtivos (construindo condições viáveis dentre as opções de produção convencionais disponíveis – grãos, produção leiteira, fruticultura, integração agroindustrial etc.), seja em estratégias internas, como a produção para o autossustento, para o “gasto” (reduzir a dependência aos mercados e os gastos para aquisição de alimentos básicos contribui para alcançar certo equilíbrio econômico da unidade de produção).

Em situações em que as famílias agricultoras possuem maior margem de autonomia em suas práticas cotidianas, provenientes, por exemplo, de uma maior densidade organizacional de suas relações (por meio de vinculações a sistemas cooperativistas da economia solidária, associações da agricultura familiar, movimentos sociais e sindicais, grupos de consumo consciente etc.), e que contam com fatores de desenvolvimento positivos (repertório cultural produtivo, acesso a Redes Agroalimentares Alternativas – RAAs (Gazolla; Schneider, 2017), redes de conhecimento compartilhados, políticas públicas apropriadas etc.), diversas ações são empreendidas como estratégias de reprodução social e econômica familiares. Dentre elas, pode-se citar: agregação de valor aos produtos via agroindustrialização familiar, comercialização em mercados institucionais, promoção de circuitos curtos de comercialização (Darolt; Rover, 2021), ampliação da autonomia produtiva

por meio de práticas agroecológicas, certificação (selo do SI_{Org}⁴ ou que denote a marca da agricultura familiar), uso de técnicas produtivas e de insumos inovadores (como o SPDH⁵, os SAFs⁶, a homeopatia vegetal e os bioinsumos) e atividades rurais não agrícolas, como o turismo, consultorias e cursos de formação. A ampliação da vida de relações, a diversidade produtiva e das paisagens são elementos importantes em contextos de incidência de maior autonomia relativa.

As agriculturas de base familiar, de acordo com as ponderações anteriores, são sistemas de relações complexas que promovem suas ações fundamentadas na busca pelas condições de sua própria reprodução social e econômica. Os meios para alcançar esses objetivos levam em consideração as seguintes dimensões:

1. internamente, avaliam, recorrentemente, seus limites e potenciais: avaliação das condições internas de cada grupo familiar (aspectos etários e demográficos, aspirações, repertório cultural, acesso e característica da terra, infraestruturas, dimensão técnica etc.);
2. externamente, em suas mediações concretas e simbólicas, observam atentamente o que a sociedade tem a lhes oferecer, considerando, por exemplo, o acesso aos mercados, o aporte técnico, a experiência testada e aprovada, as políticas públicas disponíveis e as intersubjetividades presentes nessas relações.

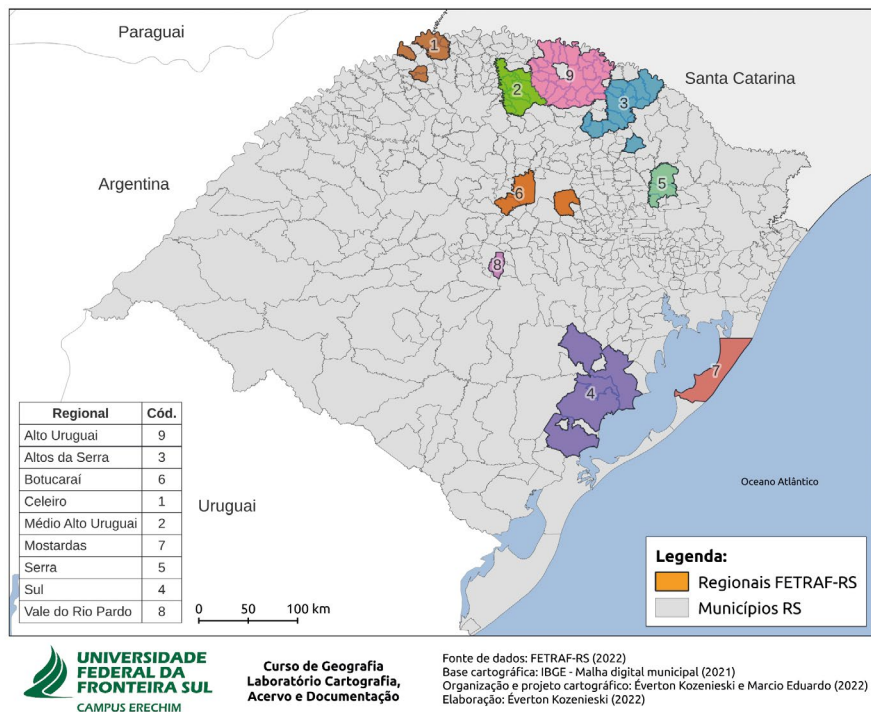
De acordo com as aspirações e as condições internas e externas, as agriculturas de base familiar consideram as possibilidades mais factíveis para a reprodução social e econômica de cada grupo, formando um gradiente, desde uma agricultura altamente tecnificada e integrada aos mercados, imersa em um sistema de “territorialidade passiva” (Dematteis, 2008), controlada pelos atores hegemônicos do capital, até formas de Agrifam marcadas por “territorialidades ativadas” (Dematteis, 2008), cujos território e mediações sociais construídas são trunfos para o exercício de um modo de vida edificado com maior autonomia relativa.

4 Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade da Produção Orgânica.

5 Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (Fayad *et al.*, 2019).

6 Sistemas Agroflorestais.

Mapa 1 – FETRAF-RS: atuação regional (2022)



Fonte: FETRAF-RS. Organizado por Éverton Kozenieski e Márcio Eduardo (2022).

Diante desse contexto, este capítulo busca interpretar determinadas dinâmicas da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, oferecendo subsídios para a compreensão de suas características e seus desafios, sobretudo por meio da análise sobre como o avanço do agronegócio no campo tem implicado mudanças nas formas de reprodução desses sujeitos, em termos de uso da terra e considerando essas repercussões nas transformações da população rural. Para tal, o texto está estruturado em três seções principais. Inicialmente, a agricultura familiar é situada em um processo mais amplo de modernização da agricultura, contextualizando-a em relação à “monopolização do território pelo capital”. Em seguida, são sistematizadas e analisadas as transformações recentes que têm moldado a realidade dos agricultores no estado. Por fim, o capítulo se aprofunda nas leituras dos próprios agricultores familiares da FETRAF-RS (produtores e dirigentes

sindicais) sobre esse processo, enfocando, ainda, estratégias, resistências e alternativas possíveis construídas por agricultores vinculados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-RS, mapa 1), apontando desafios para o fortalecimento e maior autonomia dessa categoria socioprofissional.

A metodologia se apoiou na sistematização bibliográfica, na análise de dados secundários (IBGE e MapBiomass), na pesquisa primária (agricultores e lideranças sindicais das regionais da FETRAF-RS) e na pesquisa ação-participante (interação direta com grupos de dirigentes e sindicalizados da FETRAF-RS).

1.2. Agriculturas de base familiar: dinâmicas territoriais e interações multiescalares

As agriculturas de base familiar, como ponderado, elaboram diferentes estratégias de reprodução social e econômica, de modo que cada grupo considera as maneiras mais factíveis para garantir a sobrevivência, “dar o giro” e conceber perspectivas de futuro. Essas estratégias estão relacionadas à luta pela autonomia, à criação e ao desenvolvimento de bases de recursos autocontroladas e autogerenciadas, processos de coprodução entre os seres humanos e a natureza viva, interação com o mercado, entre outros aspectos (Ploeg, 2008). Como indicamos, podemos encontrar uma diversidade de expressões dessas estratégias, que vão desde uma agricultura altamente tecnificada e integrada aos mercados até o exercício de um modo de vida com maior autonomia relativa.

As agriculturas de base familiar têm forte inscrição local e regional, aspecto que não significa isolamento ou desconexões com as dinâmicas de escalas nacionais e internacionais. Diferentes conjunturas econômicas, políticas públicas, acordos internacionais, arranjos produtivos, redes de atores regionais de desenvolvimento, entre outros aspectos, estão relacionadas às possibilidades de existir em cada momento histórico. Tais relações impõem às famílias determinados condicionantes, produzem dependências, geram oportunidades para criação de “espaços de manobra”, em que a responsabilidade e a capacidade de agir daqueles que vivem no campo se manifestam.

Desse modo, interpretar a diversidade das agriculturas de base familiar no Rio Grande do Sul implica reconhecer a conjuntura econômica atual.

Na escala internacional, Svampa (2019) observa que a América Latina, historicamente, encontra-se inserida no sistema-mundo por meio da extração e da exportação de matérias-primas. Tal condição resulta em uma trajetória histórica caracterizada por apropriação da natureza, exploração da mão de obra e violência. De acordo com a autora, no início do século XXI, a inserção latino-americana no sistema-mundo adquire novos contornos, configurando o período histórico e os processos sociais por ela denominados de “neoextrativismo”. Assim, emerge, em uma nova conjuntura latino-americana, um modelo de desenvolvimento pautado na superexploração de bens naturais cada vez mais escassos e na orientação da exportação de bens primários em larga escala, incluindo hidrocarbonetos, metais, minerais e produtos vinculados ao novo paradigma agrário, como soja, cana-de-açúcar, carnes, entre outros. O “extrativismo do século XXI” é focado na exportação e foi favorecido por uma conjuntura internacional de elevação dos preços dos produtos primários (*commodities*), caracterizada pelo auge econômico do “boom das *commodities*”.

No contexto brasileiro, a situação não se apresentou de forma distinta. Delgado (2012) identifica, na virada do século, a emergência de um novo modelo de desenvolvimento, que representa a etapa mais recente da reestruturação da agricultura capitalista brasileira. Esse modelo se fundamenta na estratégia de acumulação do setor agrário, por intermédio da inserção primário-exportadora na economia global, sustentada pela elevação dos preços internacionais das *commodities*. A dinâmica econômica resultante associa-se à exploração intensiva de recursos e da mão de obra, à penetração do capital financeiro na agricultura, ao domínio de grandes grupos econômicos e empresas nas cadeias produtivas e na comercialização de *commodities*, e à aposta do Estado brasileiro nas vantagens comparativas naturais do país.

A economia do agronegócio, definição de Delgado (2012) para o modelo de desenvolvimento agrário, tem antecedentes que estão presentes desde os primeiros momentos da chegada da modernização da agricultura – processo histórico e complexo, que transformou profundamente as atividades

agrícolas e o espaço agrário brasileiro, especialmente a partir da segunda metade do século XX.

A modernização da agricultura, tal como concebida durante o regime cívico-militar brasileiro, não só permitiu a reafirmação e a consolidação dos interesses hegemônicos (dominantes) no campo (elite agrária brasileira), mas também se manifestou pelo aumento significativo do uso de insumos industriais na agricultura, como agroquímicos (fertilizantes, agrotóxicos etc.), agromecânicos (tratores, implementos agrícolas) e agrobiológicos (sementes etc.), além integração da agricultura com outros setores da economia capitalista, especialmente a indústria de insumos e a indústria de processamento. Ademais, permitiu a integração de capitais intersetoriais (industrial, comercial, bancário, rural) sob o controle do capital financeiro. Ambas as características são reafirmadas e tornam-se centrais para a constituição da economia do agronegócio.

Na conjuntura atual, as transformações produzidas pela modernização da agricultura convergem à mundialização do capital. Ou seja, o campo alinha-se como nunca antes ao reordenamento do capitalismo global através da formação, aquisição e fusão de oligopólios e monopólios em escala mundial. Além disso, o campo passa a estar articulado ao regime de acumulação baseado na financeirização da economia, que se intensificou e tornou-se um elemento central da transformação no espaço agrário brasileiro. Na agricultura, a financeirização manifesta-se na estruturação da produção em torno de *commodities*, nas bolsas de mercadorias e de futuro, no papel crescente dos bancos, financiamentos e letras de crédito. Outra face está associada à onipresença das empresas mundiais com caráter monopolista, que assumem o papel de comando da mundialização da agricultura no Brasil (Oliveira, 2015, 2016).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2015, 2016), a partir de tal contexto que orienta as relações hegemônicas no espaço agrário, reconhece duas formas distintas, mas complementares, pelas quais as empresas monopolistas mundiais articulam seu controle sobre a produção agropecuária e florestal, particularmente, no Brasil. Segundo ele, a atual conjuntura manifesta-se por meio de dois processos no espaço agrário: “territorialização do monopólio” e “monopolização do território”.

A “territorialização do monopólio” na agricultura caracteriza-se pelo controle simultâneo da posse de terras, do processo de produção agrícola e do processamento industrial de produtos agropecuários e florestais. Em outras palavras, a mesma entidade, seja pessoa física ou jurídica, detém a propriedade da terra, do capital agrícola e do capital industrial. Esse modelo está presente em setores que dependem de matérias-primas volumosas com exigências técnicas específicas, as quais impõem restrições na distância entre a produção e o processamento, como nos setores sucroenergético (cana-de-açúcar) e de celulose, papel e madeira plantada. Além disso, tendo em vista a integração de capitais, merece destaque a ocorrência de fusões e aquisições, as quais resultam em fusões territoriais monopolísticas. Tais fusões caracterizam-se pela concentração territorial, na qual parcelas do território capitalista passam a ser controladas por grupos econômicos agroindustriais nacionais e internacionais, os quais exercem o monopólio da propriedade da terra, seja diretamente ou por meio de arrendamento (Oliveira, 2015, 2016).

A “monopolização do território” na agricultura é realizada principalmente por empresas de comercialização (*trading companies*) e/ou processamento industrial da produção agropecuária. Essas empresas não produzem diretamente no campo, mas controlam a produção da agricultura através de mecanismos de subordinação. Esse processo gera o controle monopolístico do território sem que as empresas precisem territorializar os monopólios, ou seja, sem a necessidade de aplicar capital para se tornarem proprietárias de terras. Esse modelo permite o estabelecimento de alianças de classes entre o latifúndio, que produz, e aqueles que fazem as mercadorias circularem globalmente. Proprietários de terras e capitalistas se aliaram a empresas mundiais (nacionais ou estrangeiras) (Oliveira, 2015, 2016).

A “monopolização do território” na agricultura é impulsionada primordialmente por empresas de comercialização e processamento industrial de produtos agropecuários. Embora não produzam diretamente, essas empresas, na relação com as agriculturas de base familiar, exercem controle sobre a produção por meio de sistemas de subordinação. Aos agricultores, especialmente familiares, impõe-se um conjunto de técnicas para produção em escala, a necessidade de adoção regular de novos padrões tecnológicos, vínculos com o sistema financeiro para financiamento da produção e a

introdução de lógicas de dependência. Trata-se aqui das principais formas de integração da agricultura familiar aos Complexos Agroindustriais (CAI), como no caso da produção de carnes de suínos e aves, ou mesmo a integração às cooperativas e/ou agroindústrias (Oliveira, 2015, 2016).

A “territorialização do monopólio” e a “monopolização do território” estão intrinsecamente ligadas à imposição de modelos tecnológicos específicos e à reprimarização, juntamente com uma inserção subordinada na economia global, marcada pela predominância de *commodities* agrícolas na pauta de exportação. Essa inserção, no entanto, subordina-se a um mercado internacionalizado que não prioriza a soberania alimentar nacional. Ademais, observa-se a concentração da produção e da terra, resultado da ação do capital no campo, o que leva à exclusão de um grande número de agricultores e à centralização da produção e das terras.

Até este ponto, apresentamos ao nosso leitor uma revisão de conjunturas e dinâmicas, internacionais e nacionais, com as quais a agricultura e as agriculturas de base familiar estão relacionadas. Cabe questionar: qual é a importância de realizar estudos a respeito dos perfis e da diversidade da agricultura familiar no Rio Grande do Sul? A teoria que destaca as escalas internacionais e nacionais não revela toda a realidade na qual a base da FETRAF-RS está inserida?

A resposta a essas perguntas nos coloca diante de um problema relacionado à escala. Para os geógrafos, a escala (local, regional, nacional, global, mas também a escala cartográfica ou a escala do fenômeno) é uma ferramenta conceitual e metodológica central. Problemas como o desmatamento ou a concentração do poder corporativo pelas transnacionais do agronegócio, por exemplo, apresentarão causas, dinâmicas e consequências distintas se analisados na escala de uma unidade de produção, de um município, de um bioma ou do planeta. A escolha da escala define o que é visível e quais relações de causa e efeito são priorizadas.

Se, por força dos atores hegemônicos do capital e da política (em sua forma governamental), habituou-se a pensar as escalas de cima para baixo, seja na forma de operacionalização de uma política pública, seja na dinâmica territorial de um segmento produtivo, como o complexo da soja, a variação das escalas de observação, o chamado “Jogo de Escalas” (Revel, 1998), considerando a construção social das escalas (Smith, 2015), seja por

parte do indivíduo, da família, da seção sindical etc., pode revelar aspectos completamente diferentes, novas problemáticas e conexões antes invisíveis. O desafio consiste em identificar e “jogar” com essas diferentes escalas, articulando-as para obter uma compreensão mais rica e complexa da realidade social. Não se trata simplesmente de reduzir a escala ou de explicar as mudanças privilegiando os fenômenos globais, mas de entender como diferentes níveis de análise se interconectam e se iluminam mutuamente. A velocidade e a complexidade das mudanças processadas na agricultura familiar exigem esse refino metodológico.

O estudo de um caso particular, aparentemente “pequeno” ou “excepcional”, como presente na dimensão qualitativa da pesquisa com a base da FETRAF-RS, pode iluminar o funcionamento de normas sociais, contradições, tensões e lógicas que operam em um contexto mais vasto.

Por mais que os lugares tenham se transformado no ponto de encontro de interesses longínquos (Santos, 1994), diante das crises do sistema de produção de mercadorias, os elementos do novo, do *vir a ser*, ainda sem uma coerência maior, podem dar pistas na microanálise.

Estudos em escala local frequentemente buscam dar visibilidade às práticas cotidianas, às resistências, às adaptações e às formas como diferentes grupos sociais interagem com e transformam o espaço, revelando relações de poder e desigualdades que podem ser mascaradas em escalas mais amplas. O agricultor familiar não é um sujeito passivo que funciona apenas segundo demandas geradas em escalas macros; ele observa criticamente sua realidade, testa novas estratégias e, na medida do possível, também sugere novas possibilidades com base em sua escala de experiência sensível.

Portanto, no desenvolvimento desta pesquisa, reconhecemos a presença dos “interesses longínquos” influenciando as dinâmicas regionais e locais da agricultura familiar. Afinal, aquilo que se define nas bolsas de valores ou nos escritórios das multinacionais é evidente dentro da porteira das “propriedades” rurais da agricultura familiar? Contudo, reconhecemos a capacidade de agir das agriculturas de base familiar, sua capacidade de agente perante a realidade que se torna aparente, nas estratégias e formas de agir em vista dos desafios que surgem. Os agricultores, importa frisar, não são entendidos aqui, diante dos “jogo de escalas”, como sujeitos passivos nesses processos de transformação gestados em escalas geográficas

mais abrangentes. Há uma capacidade de leitura crítica de sua própria condição, de organização social e de proposição de ações que aponta para outras formas de produzir e ser no campo.

Assim, a adoção do conceito de escala geográfica implica uma postura teórico-metodológica com foco na apreensão das projeções espaciais, as quais indivíduos e grupos sociais inscrevem em suas ações cotidianas (econômicas, políticas, culturais e de interações ecológicas com seus entornos).

De posse da perspectiva escalar, podem-se selecionar “lentes” apropriadas para o estudo das transformações processadas em diferentes recortes espaciais, da escala da família agricultora (unidade de produção e dinâmicas comunitárias rurais) às escalas globais (“circuitos espaciais de produção” e “círculos de cooperação” (Santos; Silveira, 2002) atrelados às *commodities* agrícolas), por exemplo.

Diferentemente dos recortes escalares mais convencionais, como aqueles consagrados pelo IBGE (município, Região Geográfica Imediata, Unidade da Federação, Grande Região, Estados Nacionais etc.), a escala geográfica não é um dado *a priori*, mas sim uma construção social. Cada aspecto da realidade socioespacial que se objetiva evidenciar possui distintas projeções escalares. Ao mudarmos a escala de análise de determinado objeto, do local para o regional, por exemplo, mudamos, qualitativamente, a forma de apreendê-lo. Os temas mobilizados pelo sindicato, por exemplo, possuem nuances complexas a depender da escala apreendida.

1.3. A agricultura familiar do Rio Grande do Sul representada pelas transformações da cobertura e do uso da terra

Mediante a diversidade possível no “jogo” de escalas em que nos colocamos na análise, iniciamos a análise das transformações territoriais com base nos dados da Coleção 9 do projeto MapBiomias Brasil⁷, que detalha a cobertura e o uso da terra. Essa coleção de dados possibilita a quantificação e

7 PROJETO MapBiomias – Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. Disponível em: <https://brasil.mapbiomias.org/map/colecao-9/#>. Acesso em: 1 ago. 2025.

a localização de áreas, conforme classes, no período de 1985 a 2023. Maiores detalhes da metodologia empregada são descritos por Souza *et al.* (2020).

A avaliação da cobertura e do uso da terra demonstra a maneira como a sociedade se apropria dos recursos disponíveis, retratando a interação com a natureza e sua utilização. Tal análise permite identificar os usos predominantes e as relações dos sujeitos do campo com a terra. Além disso, permite avaliar a territorialização das políticas públicas e dos modelos de desenvolvimento, suas transformações ao longo do tempo, e compreender os impactos das ações humanas na paisagem.

Partindo dos dados municipais agregados por regionais da FETRAF-RS, podemos traçar alguns perfis. A Tabela 1 apresenta a participação de cada classe geral de cobertura e uso (nível 1).

No ano de 2023, a terra nos municípios que compõem as regionais da FETRAF-RS, com exceção da Serra, apresentavam-se majoritariamente utilizadas para fins agropecuários. Regionais como Mostardas, Sul e Vale do Rio Pardo possuíam aproximadamente 50% da área destinada a esse fim, enquanto Altos da Serra e Médio Alto Uruguai apresentavam os maiores percentuais da área com uso agropecuário (cerca de 75%).

Além disso, podemos destacar diferentes composições entre classes de uso da terra. As informações permitem afirmar que os municípios da base da FETRAF-RS estão inseridos em contextos geográficos distintos, o que, por óbvio, implica desafios regionais igualmente distintos. Os agricultores familiares estão diante de contextos ambientais com particularidades, como é o caso das áreas florestais e destinadas para preservação ambiental (caso da regional Serra) e das áreas não vegetadas, como dunas e depósito de areias (caso de Mostardas). Cabe questionar: em que medida o modelo de desenvolvimento agrário hegemônico considera a diversidade geográfica de cada regional? Como a diversidade poderia ser utilizada para pensar estratégias produtivas mais ajustadas a cada perfil regional?

Na condição de agente, como destaca Ploeg (2008), as agriculturas de base familiar (camponesas), ao produzirem relações referenciadas ao contexto em que estão inseridas, têm potencial para reconhecer a diversidade geográfica e os desafios do ambiente no qual estão inseridos. Ao assimilarem aprendizados produzidos em suas distintas interações escalares, criam

ativamente recursos, relações, repertórios culturais e apontam, na medida do possível, alternativas ao modelo hegemônico de agricultura.

Tabela 1 – Participação de classes de cobertura e uso da terra das regionais da FETRAF-RS na área total da região, 2023

Regional / Classe	1. Floresta	2. Vegetação Arbustiva e Herbácea	3. Agropecuária	4. Área não Vegetada	5. Corpo D'água
Altos da Serra	22,39%	1,57%	74,90%	0,63%	0,52%
Botucaraí	29,22%	5,40%	63,87%	0,43%	1,09%
Celeiro	32,19%	0,00%	65,70%	0,71%	1,40%
Médio Alto Uruguai	18,65%	0,59%	76,35%	1,08%	3,33%
Mostardas	2,29%	19,73%	51,07%	18,87%	8,03%
Serra	45,73%	11,71%	40,85%	0,67%	1,05%
Sul	23,75%	19,99%	52,09%	1,64%	2,53%
Sutraf	25,45%	0,41%	69,82%	1,30%	3,02%
Vale do Rio Pardo	37,28%	8,91%	51,08%	0,62%	2,11%

Fonte: Projeto MapBiomass – Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil (Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/map/colecao-9/#>. Acesso em: 1 ago. 2025). Organizado por Éverton Kozenieski (2025).

Com fins de registro da dinâmica territorial, a Tabela 2 busca enfatizar a transformação ocorrida no uso e na cobertura da terra no período de 1985 a 2023, ou seja, destaca a medida na qual a área de cada classe aumentou ou diminuiu no período. Destacam-se: as áreas florestais e de vegetação

arbustiva e herbácea, que diminuíram em várias regionais; as áreas agropecuárias, que aumentaram em praticamente todas as regionais excetuando-se a região Celeiro; e os corpos d'água, que aumentaram nas regionais Altos da Serra, Sutraf e Serra. As áreas não vegetadas, que compreendem os espaços urbanos, tiveram variações significativas, mas ocupam pequenas áreas em comparação com as demais classes. As áreas não vegetadas, que compreendem os espaços urbanos, tiveram variações significativas, mas ocupam pequenas áreas em comparação com as demais classes.

Tabela 2 – Transformação por classes de cobertura e uso da terra das regionais da FETRAF-RS: variação percentual da área de 1985 a 2023

Regional / Classe	1. Floresta	2. Vegetação Arbustiva e Herbácea	3. Agropecuária	4. Área não Vegetada	5. Corpo D'água
Altos da Serra	-12,80%	-76,70%	11,80%	187,50%	36,10%
Botucaraí	-11,90%	-62,00%	24,40%	76,40%	-0,70%
Celeiro	6,10%	-	-3,20%	212,50%	-8,70%
Médio Alto Uruguai	-2,90%	-73,30%	2,00%	229,10%	-2,90%
Mostardas	-20,30%	-6,90%	17,60%	-21,00%	-6,70%
Serra	-3,40%	-47,50%	38,70%	72,90%	93,30%
Sul	11,10%	-45,70%	38,00%	28,60%	-8,70%
Sutraf	-5,00%	-77,10%	1,70%	158,80%	32,20%
Vale do Rio Pardo	-10,50%	-15,00%	12,50%	83,30%	-6,30%

Fonte: Projeto MapBiomass – Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil (Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/map/colecao-9/#>. Acesso em: 1 ago. 2025). Organizado por Éverton Kozenieski (2025).

Tabela 3 – Classes e subclasses da agropecuária nas regionais da FETRAF-RS: área em 2023

Classe / Regional	3.1. Pastagem	3.2. Agricultura	3.2.1. Lavoura Tem- porária	3.2.1.1. Soja	3.2.1.3. Arroz	3.2.1.5. Outras La- vouras Temporárias	3.2.2. Lavoura Perene	3.3. Silvicultura	3.4. Mosaico de Usos
Altos da Serra	3,39%	79,99%	79,99%	74,17%	0,00%	5,82%	0,00%	3,03%	13,60%
Botucarai	4,12%	71,29%	71,29%	68,22%	0,00%	3,08%	0,00%	6,25%	18,34%
Celeiro	3,27%	65,57%	65,57%	61,36%	0,00%	4,21%	0,00%	0,29%	30,87%
Médio Alto Uruguai	1,11%	83,56%	83,56%	75,14%	0,00%	8,42%	0,00%	0,66%	14,66%
Mostardas	0,00%	41,12%	41,12%	6,62%	22,57%	11,93%	0,00%	19,59%	39,29%
Serra	25,98%	27,94%	27,94%	23,20%	0,00%	4,74%	0,00%	6,81%	39,27%
Sul	0,00%	46,33%	46,33%	21,61%	10,20%	14,52%	0,00%	15,84%	37,84%
Sutraf	7,32%	64,67%	64,67%	60,55%	0,00%	4,12%	0,00%	4,10%	23,92%
Vale do Rio Pardo	3,65%	46,32%	46,32%	22,18%	0,00%	11,35%	0,00%	10,37%	39,65%

Fonte: Projeto MapBiomass – Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil (Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/map/colecao-9/#>. Acesso em: 1 ago. 2025). Organizado por Éverton Kozenieski (2025).

As Tabelas 3 e 4, sob a mesma lógica das anteriores, demonstram a situação atual (ano de 2023) e as transformações produzidas de 1985 a 2023. Nelas é evidenciado o detalhamento das informações de cobertura e uso da terra relacionadas à agropecuária (nível 1 de informações - “3.” nas tabelas anteriores). Aqui há pormenorização no nível 2 de informações, em que temos a cobertura e o uso da terra classificados como “pastagens”, “agricultura”,

“silvicultura” ou “mosaico de usos”. Além disso, registram-se os níveis 3 e 4 de detalhamento, em que temos a cobertura e o uso do solo da “lavoura temporária” e da “lavoura permanente” e, como detalhamento das lavouras temporárias, temos “soja”, “arroz” e “outras lavouras temporárias”.

Com base na Tabela 3, é possível identificar que há predominância da agricultura, especialmente lavouras temporárias: a classe “3.2. Agricultura” (e, por consequência, “3.2.1. Lavoura Temporária”) é a categoria de uso da terra mais representativa na maioria das regionais. Em particular, a soja (3.2.1.1. Soja) destaca-se como a principal cultura na maioria das regionais, com percentuais elevados em Altos da Serra (74,17%), Botucaraí (68,22%), Celeiro (61,36%), Médio Alto Uruguai (75,14%) e Sutraf (60,55%). Isso sugere uma forte inserção dessas regionais na lógica da produção de *commodities* agrícolas, o que remete à discussão sobre a “monopolização do território” e à subordinação das agriculturas de base familiar aos grandes circuitos do capital agrário, conforme abordado na literatura.

Além disso, é notável a ausência de áreas puramente relacionadas às lavouras perenes; contudo, essas atividades agrícolas podem ser identificadas em dados estatísticos. Acreditamos que, devido à dimensão das áreas cultivadas, a produção de lavouras permanentes está contida/associada aos “mosaicos de usos”. Outro ponto de destaque está relacionado à especialização em arroz nas regionais de Mostardas e Sul; em contraste com a predominância da soja, as regionais de Mostardas (22,57%) e Sul (10,20%) apresentam uma participação significativa da lavoura de arroz (3.2.1.3. Arroz).

Além disso, verifica-se a importância das pastagens na Serra, já que esta sobressai-se com uma proporção considerável de sua área destinada à pastagem (25,98%), o maior percentual entre todas as regionais para essa categoria. Isso indica uma maior relevância da pecuária ou de sistemas agropastoris nessa região, diferenciando-a das demais que têm maior foco em lavouras. Os sistemas pastoris também estão presentes no “mosaico de usos”, sendo este destaque para as regionais Celeiro (30,87%), Mostardas (39,29%), Serra (39,27%), Sul (37,84%) e Vale do Rio Pardo (39,65%).

Por fim, ressalta-se a presença da silvicultura, que tem percentuais mais elevados em algumas regionais: Mostardas (19,59%), Sul (15,84%) e Vale do Rio Pardo (10,37%). A expansão da silvicultura, especialmente para fins de produção de celulose e madeira, é um fenômeno importante no espaço

agrário gaúcho, muitas vezes associado à territorialização de grandes empresas e à transformação das paisagens rurais.

Tabela 4 – Transformação por classes e subclasse da agropecuária nas regionais da FETRAF-RS: variação percentual da área de 1985 a 2023

Classe / Regional	3.1. Pastagem	3.2. Agricultura	3.2.1. Lavoura Temporária	3.2.1.1. Soja	3.2.1.3. Arroz	3.2.1.5. Outras Lavouras Temporárias	3.2.2. Lavoura Perene	3.3. Silvicultura	3.4. Mosaico de Usos
Altos da Serra	-75,80%	45,60%	45,60%	339,30%	-	-84,70%	-	685,20%	-32,30%
Botucaraí	-71,60%	51,30%	51,30%	214,60%	-	-87,90%	-	14183,10%	-2,20%
Celeiro	-40,50%	-12,10%	-12,10%	106,90%	-	-90,60%	-	1372,10%	32,80%
Médio Alto Uruguai	-64,80%	5,10%	5,10%	203,40%	-	-84,60%	-	453,00%	-3,60%
Mos-tardas	-	-29,50%	-29,50%	88,00%	60,80%	-70,70%	-	413,30%	71,70%
Serra	-36,10%	295,30%	295,30%	1744,00%	-	-18,50%	-	5999,00%	61,80%
Sul	-	1,80%	1,80%	178,00%	133,20%	-56,50%	-	2980,60%	43,30%
Sutraf	-46,00%	21,80%	21,80%	342,10%	-	-89,50%	-	3974,70%	-24,20%
Vale do Rio Pardo	-82,60%	5,20%	5,20%	663,90%	-	-65,90%	-	190560,50%	66,50%

Fonte: Projeto MapBiomass – Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil (Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/map/colecao-9/#>. Acesso em: 1 ago. 2025). Organizado por Éverton Kozenieski (2025).

Ao tratar das transformações territoriais, a Tabela 4 nos auxilia no exercício de quantificação das mudanças. Nela destaca-se a explosão da soja, já

que há um padrão mais marcante e generalizado de crescimento da área destinada a essa produção (3.2.1.1. Soja). Praticamente todas as regionais experimentaram aumentos percentuais muito elevados, com destaques impressionantes: Serra (1744,0%), Vale do Rio Pardo (663,9%), Altos da Serra (339,3%), Sutraf (342,1%) e Botucaraí (214,6%).

Esse dado é um reflexo inequívoco da lógica da comoditização no Sul do Brasil, reafirmando o processo de “monopolização do território” pela integração da agricultura familiar a cadeias produtivas globais, muitas vezes sob condições de subordinação.

Por outro lado, verifica-se a redução drástica de “Outras Lavouras Temporárias” e Pastagens. Ou seja, em contrapartida ao avanço da soja, observamos uma diminuição acentuada da área ocupada por “Outras Lavouras Temporárias” (3.2.1.5.) em quase todas as regionais, com perdas percentuais que chegam a: Celeiro (-90,6%), Sutraf (-89,5%), Botucaraí (-87,9%), Altos da Serra (-84,7%) e Médio Alto Uruguai (-84,6%). De forma similar, as áreas de pastagem (3.1.) também sofreram quedas expressivas na maioria das regionais, como em Altos da Serra (-75,8%), Botucaraí (-71,6%) e Vale do Rio Pardo (-82,6%). Isso sugere um processo de especialização e simplificação dos sistemas produtivos, em que a diversificação de culturas para o autoconsumo ou mercados locais pode estar sendo substituída pela monocultura da soja.

Cabe destaque ao crescimento da silvicultura (3.3.), robusto em várias regionais, com alguns aumentos percentuais extremamente elevados: Vale do Rio Pardo (190560,5%), Botucaraí (14183,1%), Serra (5999,0%), Sutraf (3974,7%) e Sul (2980,6%). Esse é um indicativo da crescente importância da produção florestal (eucalipto, pinus) na composição da paisagem agrária, muitas vezes impulsionada por grandes projetos agroindustriais. A significativa variação no Vale do Rio Pardo merece um estudo mais aprofundado, pois pode sinalizar uma reconfiguração profunda do uso da terra nessa região.

E, por fim, o comportamento variável da categoria “Mosaico de Usos (3.4.)” apresenta-se heterogêneo. Enquanto em algumas regionais houve crescimento (Mostardas, Serra, Sul, Vale do Rio Pardo), em outras houve decréscimo (Altos da Serra, Botucaraí, Sutraf). Esse dado pode refletir

diferentes dinâmicas territoriais, desde a intensificação do uso da terra em algumas áreas até a manutenção de sistemas mais diversificados em outras.

Em linhas gerais, os dados demonstram o aumento da agricultura em geral, com algumas ressalvas. Esse crescimento é, em grande parte, impulsionado pela expansão da soja, e não necessariamente por uma diversificação das bases produtivas da agricultura familiar. A expansão do arroz em Mostardas e Sul também é destaque, pois confirma a expansão de área e reforça a especialização e a intensificação da rizicultura nessas áreas.

1.4. A agricultura familiar do Rio Grande do Sul representada pela estrutura fundiária: estabelecimentos rurais nas regionais da FETRAF-RS

A estrutura fundiária refere-se à maneira como a terra é distribuída e organizada por cada sociedade, em diferentes contextos regionais, considerando a quantidade, o tamanho, o estatuto jurídico e a distribuição social das “propriedades” rurais. Em outras palavras, essas informações nos possibilitam analisar conflitos e pressões que a agricultura familiar possa estar enfrentando, além de desvelar a posse e o uso da terra em um contexto agrário.

Os dados até o momento divulgados não permitem elucidar todas as nuances da questão da terra. As informações previamente apresentadas demonstram a expansão da soja, entre outros aspectos, reafirmando o processo de “monopolização do território” por meio da integração da agricultura familiar a cadeias produtivas globais. Tal contexto nos apresenta indícios das questões relacionadas à estrutura fundiária.

O censo agropecuário, por sua vez, possibilita a avaliação do número e da área ocupada por estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar, o que é descrito nas Tabelas 5 e 6.

Tabela 5 – Estabelecimentos rurais da agricultura familiar (AF) e da agricultura não familiar (não AF) nos municípios que compõem as regionais da FETRAF-RS: número de estabelecimentos e área em 2017

Regional FETRAF-RS	Estabelecimentos AF	Estabelecimentos não AF	Área dos estabelecimentos AF (ha)	Área dos estabelecimentos não AF (ha)
Altos da Serra	7.717	950	165.353	127.945
Botucaraí	3.557	964	56.384	99.766
Celeiro	3.498	359	57.767	27.300
Médio AU	5.203	670	96.504	68.054
Mostardas	432	301	10.965	118.554
Serra	1.033	237	24.241	32.148
Sul	10.792	1.654	202.246	359.508
Sutraf	12.211	1.451	252.302	137.679
Vale do Rio Pardo	1.007	50	15.859	5.089

Fonte: IBGE – Censo agropecuário de 2017. Organizado por Éverton Kozenieski (2025).

As duas Tabelas permitem produzir algumas avaliações. O primeiro destaque está relacionado ao fato de a agricultura familiar deter a maioria absoluta dos estabelecimentos em todas as regionais, variando de 58,9% em Mostardas a 95,3% no Vale do Rio Pardo. Nesse sentido, a agricultura familiar é predominante nas regiões de atuação da FETRAF-RS. Em contrapartida, a agricultura não familiar, mesmo representando uma minoria de estabelecimentos, controla uma parte considerável da área.

Tabela 6 – Participação regional da agricultura familiar nas regionais da FETRAF-RS: estabelecimentos e área em 2017

Regional FETRAF-RS	Estabelecimentos AF	Área Estab. AF	Área média dos estabelecimentos na região (ha)	Área média dos estabelecimentos da agricultura não familiar (ha)
Altos da Serra	89,0%	56,4%	33,8	134,7
Botucaraí	78,7%	36,1%	34,5	103,5
Celeiro	90,7%	67,9%	22,1	76,0
Médio AU	88,6%	58,6%	28,0	101,6
Mostardas	58,9%	8,5%	176,7	393,9
Serra	81,3%	43,0%	44,4	135,6
Sul	86,7%	36,0%	45,1	217,4
Sutraf	89,4%	64,7%	28,5	94,9
Vale do Rio Pardo	95,3%	75,7%	19,8	101,8

Fonte: IBGE – Censo agropecuário de 2017. Organizado por Éverton Kozenieski (2025).

Em contrapartida, a agricultura não familiar, mesmo representando uma minoria de estabelecimentos, controla uma parte considerável da área. A discrepância se torna ainda mais gritante quando analisamos a área média por estabelecimento: na regional Sul, por exemplo, um estabelecimento não familiar possui, em média, 217,4 hectares, enquanto a média geral dos estabelecimentos (familiares e não familiares) é de 45,1 hectares. A discrepância entre as médias de áreas dos estabelecimentos e as áreas dos estabelecimentos da agricultura não familiar pode ser observada nas demais regionais (Tabela 6).

Os dados revelam padrões de concentração e desigualdade que se manifestam em todas as regionais, embora com intensidades variadas. Os arrendamentos e a pressão de compra de terras são manifestações cotidianas da concentração fundiária, que pode levar à presença de grandes empreendimentos agrários ou projetos que se territorializam nas regionais, expropriando a terra de agricultores e reforçando a “territorialidade passiva”.

1.5. As dinâmicas populacionais nas regionais da FETRAF-RS

Apesar de os dados censitários não traçarem relações de causa e efeito diretamente, contextos regionais com tendências de transformação populacional podem estar associados aos processos de concentração fundiária, nos quais operam dinâmicas associadas à “monopolização do território” e à subordinação das agriculturas de base familiar aos grandes circuitos do capital agrário. Ou seja, em determinados contextos regionais nos quais esses processos estão presentes, as estruturas populacionais podem ser afetadas, produzindo a diminuição da população residente no espaço rural e não permitindo a reprodução das dinâmicas econômicas e sociais das famílias.

Nessa direção, passamos ao exame das transformações populacionais sob a perspectiva dos municípios e das regionais geográficas imediatas/microrregiões geográficas em um sentido geral e por faixas etárias específicas.

A primeira consideração que podemos traçar está relacionada ao fato de que todas as regionais da FETRAF-RS sofreram uma diminuição de população no período de 2010 a 2022, conforme demonstra a Tabela 7. Isso sugere que o fenômeno da perda populacional não é um evento isolado, mas sim uma tendência sistêmica que afeta o conjunto do rural representado pela FETRAF-RS. As dinâmicas de diminuição da população estão relacionadas às mudanças na fecundidade, ou seja, ao nascimento de um menor número de filhos por família. Contudo, podem estar relacionados, também, a processo migratório e dinâmicas de êxodo rural. As pirâmides etárias, Figura 1, são possibilidades analíticas para avaliar esses processos.

Tabela 7 – População rural nos municípios que compõem as regionais da FETRAF-RS: variação percentual entre 2010 e 2022

Regional FETRAF-RS	População – 2010	População – 2022	Variação (%)
Altos da Serra	30.282	25.356	-16,3%
Botucaraí	16.271	12.935	-20,5%
Celeiro	18.474	14.983	-18,9%
Médio AU	24.274	17.740	-26,9%
Mostardas	3.981	3.761	-5,5%
Serra	4.861	3.968	-18,4%
Sul	68.613	60.172	-12,3%
Sutraf	50.959	38.539	-24,4%
Vale do Rio Pardo	4.484	3.537	-21,1%

Fonte: IBGE – Censo populacional de 2010 e 2022. Organizado por Éverton de Moraes Kozenieski (2025).

Figura 1 – População rural da Microrregião de Erechim (inclui municípios da região SUTRAF) – pirâmide etária (1991)

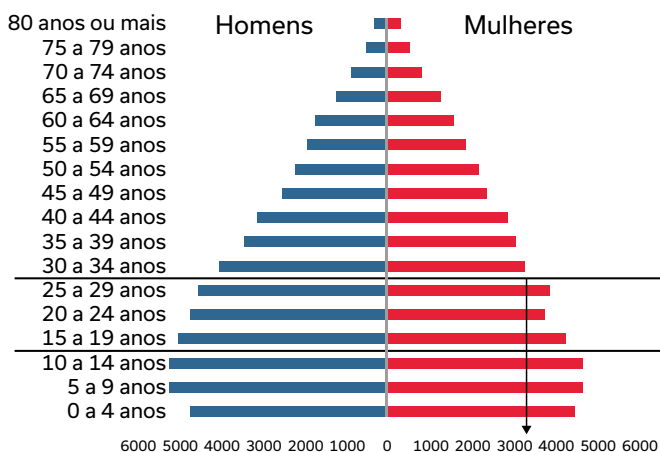


Figura 2 – População rural da Microrregião de Erechim (inclui municípios da região SUTRAF) – pirâmide etária (2010)

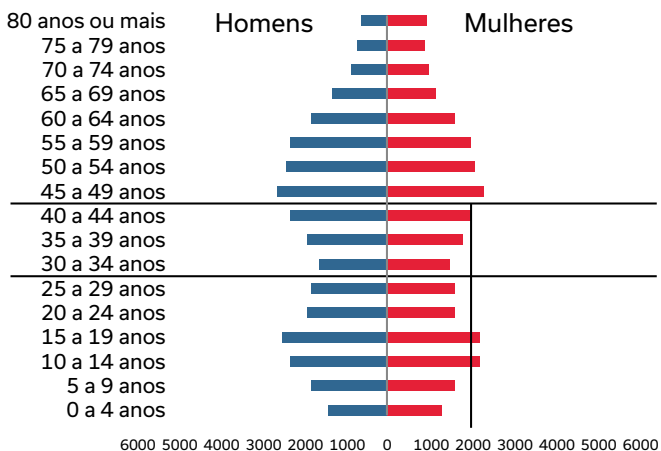


Figura 3 – População rural da Microrregião de Carazinho (inclui municípios da região Médio Alto Uruguai) – pirâmide etária (1991)

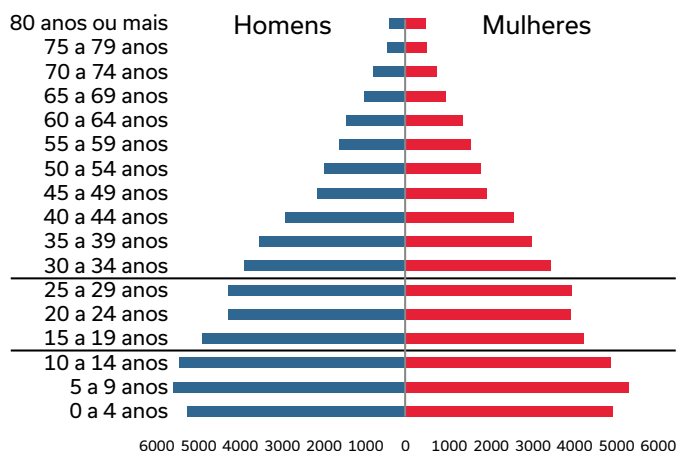


Figura 4 – População rural da Microrregião de Carazinho (inclui municípios da região Médio Alto Uruguai) – pirâmide etária (2010)

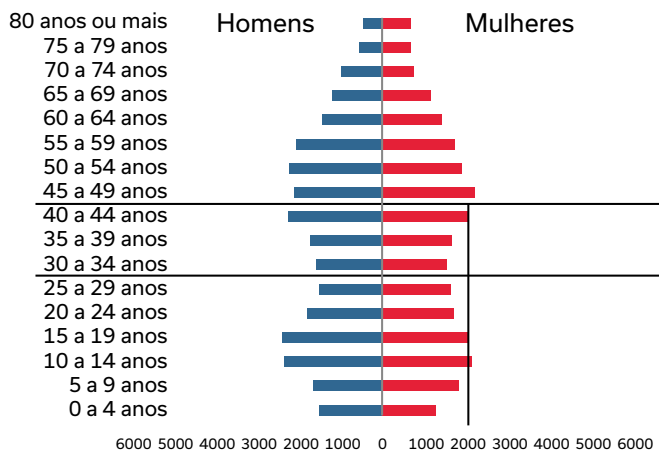


Figura 5 – População rural da Microrregião de Três Passos (inclui municípios da região Celeiro) – pirâmide etária (1991)

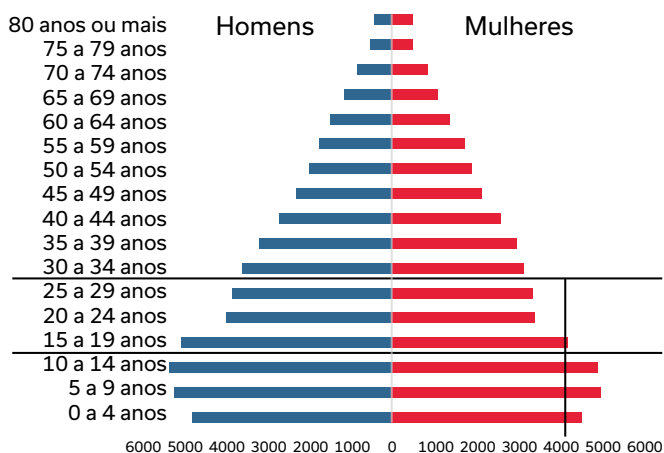


Figura 6 – População rural da Microrregião de Três Passos (inclui municípios da região Celeiro) – pirâmide etária (2010)

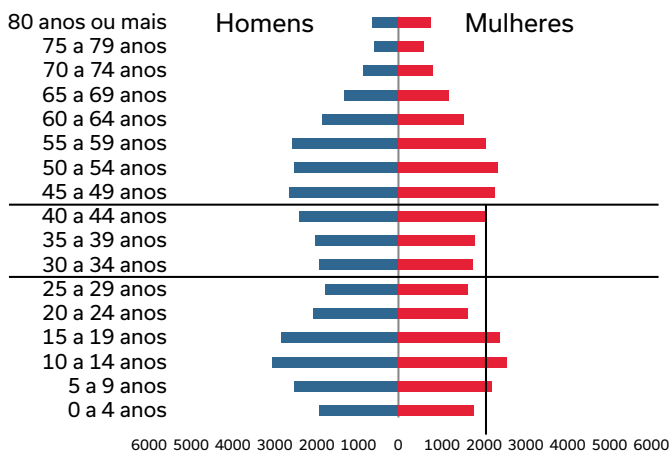


Figura 7 – População rural da Microrregião de Pelotas (inclui municípios da região Sul) – pirâmide etária (1991)

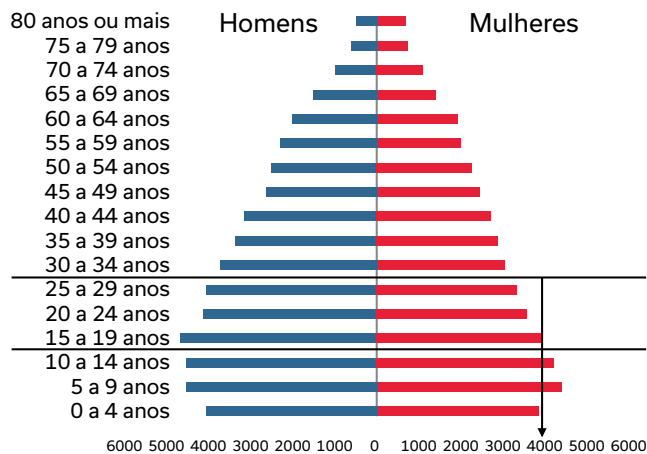
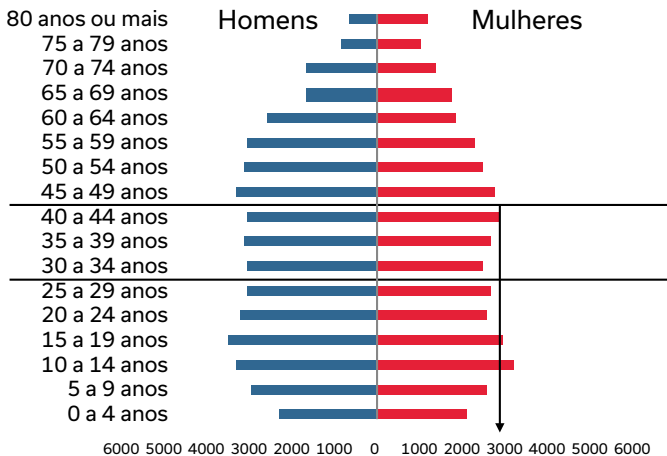


Figura 8 – População rural da Microrregião de Pelotas (inclui municípios da região Sul) – pirâmide etária (2010)



Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 1991 e 2010). Org: Márcio Eduardo, 2025

A análise das pirâmides etárias das populações rurais das microrregiões de Erechim (Figuras 1 e 2), Carazinho (Figuras 3 e 4), Três Passos (Figuras 5 e 6) e Pelotas (Figuras 7 e 8), para os anos de 1991 e 2010, microrregiões com importante incidência da FETRAF-RS nos municípios, revela uma tendência demográfica comum e significativa: o envelhecimento da população rural. Esse fenômeno é um reflexo direto das mudanças nas taxas de natalidade e mortalidade ao longo do tempo. Em 1991, todas as microrregiões apresentavam pirâmides etárias com bases largas. Essa característica indica uma alta proporção de crianças e jovens (até 29 anos) e é típica de populações com elevadas taxas de natalidade e, geralmente, menor expectativa de vida. A forma “triangular” das pirâmides das microrregiões de Erechim, Carazinho, Três Passos e Pelotas, nesse período, confirma uma população predominantemente jovem. No entanto, a transição para 2010 mostra uma mudança marcante; as pirâmides etárias de todas as microrregiões analisadas exibem um estreitamento da base. Esse afinamento é um forte indicativo de uma redução nas taxas de natalidade, ou seja, menos nascimentos ocorrendo nas áreas rurais.

Outro fator intrigante é o comportamento intergeracional do estrato de população jovem de 1991. Conforme indicado pelas barras e linhas de corte, se comparamos a evolução dos estratos de idade entre 15 e 29 anos no intervalo aproximado de 20 anos, entre 1991 e 2010 – ou seja, quando esses jovens, em 2010, estariam no grupo entre 30 e 44 anos –, percebemos um “acinturamento” das barras nesse respectivo estrato de faixas etárias. Essa alteração sugere que muitos jovens migraram do campo nesse período. É possível observar nos gráficos que a população dos estratos jovens, entre 15 e 29 anos de idade, apresentou redução drástica ao realizar a transição para os estratos entre 30 e 44 anos, diminuindo pela metade em muitos casos.

A redução da população jovem e, em decorrência, a diminuição dos estratos da população adulta (extremamente relevante em termos de População Economicamente Ativa), somadas à tendência ao envelhecimento da população rural, são evidentes em todas as microrregiões analisadas e trazem implicações importantes para o desenvolvimento regional, demandando atenção em áreas como saúde, segurança no espaço rural, assistência social, educação e planejamento de tecnologias apropriadas para o campo.

1.6. As percepções das mudanças e perspectivas de futuro: leituras a partir dos agricultores familiares e das lideranças sindicais

Até o presente momento, o texto abordou as transformações territoriais com base na literatura, em dados e informações secundárias referentes à cobertura e ao uso da terra, aos perfis produtivos e aos estabelecimentos agropecuários, bem como às dinâmicas populacionais. De modo adicional, busca-se compreender as avaliações realizadas pelos sujeitos do campo, ou seja, as percepções de agricultores familiares e dirigentes sindicais acerca das transformações ocorridas e das perspectivas futuras.

Com relação aos agricultores familiares, foram realizadas três perguntas diretamente relacionadas a esses aspectos: Como sua comunidade rural mudou nos últimos 10 anos? Como acredita que será a agricultura na sua comunidade daqui a 10 anos? Considerando sua propriedade, você pretende, em um futuro próximo? Para a última questão foram oferecidas as seguintes para resposta: vender/sair da atividade; arrendar para outros produzirem; manter como está; investir em melhorias

As 662 respostas obtidas foram categorizadas utilizando a metodologia de Bardin (2000). Buscou-se interpretar as respostas mediante temáticas preestabelecidas com base na teoria, e foram avaliadas categorias emergentes nas respostas. Em algumas ocasiões, diante das possibilidades de interpretação, foram construídas subcategorias para as respostas. Assim, foram elaboradas tabelas de frequência absoluta das respostas relacionadas a um determinado tema, com percentual em relação ao total de respostas. Uma única resposta poderia ser enquadrada em mais de uma temática. A seguir, apresentamos as categorias, subcategorias e sua presença na percepção dos agricultores.

Com relação a pergunta “Como sua comunidade rural mudou nos últimos 10 anos?”, destacam-se as dez categorias e subcategorias com maior presença nas respostas, conforme Tabela 8.

Tabela 8 – Mudanças nas comunidades rurais segundo agricultores familiares

Categoria ou subcategoria	Frequência	Presença em respostas (%)
Êxodo rural, envelhecimento e sucessão familiar: consequências	471	71,26
Mudanças nas relações sociais e comunitárias	248	37,52
Desafios da sucessão familiar: desinteresse/não permanência dos jovens	214	32,38
Envelhecimento da população rural: descrição	205	31,01
Evolução do acesso a serviços e políticas	199	30,11
Avanços e lacunas em tecnologia e infraestrutura: maquinário e equipamentos	185	28,00
Impactos econômicos e custo de vida	165	24,96
Reconfiguração das atividades agropecuárias predominantes: expansão monoculturas	152	22,99
Alterações nas condições ambientais	100	15,13
Êxodo rural, envelhecimento e sucessão familiar: motivações	90	13,62

Fonte: Pesquisa de campo FETRAF-RS (2025). Organizado por Éverton de Moraes Kozenieski (2025).

A Tabela 8, em articulação com os demais dados que apresentamos, reforça a centralidade da questão demográfica, pois a categoria relacionada a “Êxodo rural, envelhecimento e sucessão familiar” emerge como a mais frequente e de maior preocupação. As “Mudanças nas relações sociais e comunitárias” também são destaque, o que sugere que o êxodo e o envelhecimento têm um efeito cascata, afetando a própria estrutura da vida em comunidade, as redes de vizinhança e as formas de cooperação que historicamente caracterizam a agricultura familiar.

Salientamos, ainda, que o avanço da monocultura e seus impactos merecem atenção, pois a “Reconfiguração das atividades agropecuárias predominantes: expansão monoculturas” foi mencionada por 22,99% dos agricultores. Essa percepção corrobora a nossa análise das Tabelas 3 e 4, ao evidenciar a expansão da soja e da silvicultura em detrimento de outras lavouras. A Tabela 8 nos mostra, no entanto, que os agricultores não veem essa mudança apenas como uma alteração produtiva, mas como uma transformação que impacta suas vidas e a diversidade de suas paisagens.

Com relação à pergunta “Como acredita que será a agricultura na sua comunidade daqui a 10 anos?”, destacam-se as dez categorias e subcategorias com maior presença nas respostas, conforme Tabela 9.

Tabela 9 – Como será a agricultura em dez anos segundo agricultores familiares

Categoria ou subcategoria	Frequência	Presença em respostas (%)
Sentimento de incerteza	443	67,02
Diminuição/Envelhecimento/Falta de sucessão	120	18,15
Concentração de terras/Domínio dos grandes	116	17,55
Avanço tecnológico intenso	86	13,01
Visão pessimista: pessimismo resignado	82	12,41
Manutenção/Expansão da monocultura e <i>commodities</i>	78	11,80
Redução da diversidade produtiva/Alimentos para subsistência	57	8,62
Visão pessimista: pessimismo crítico	54	8,17
Permanência da agricultura familiar com condicionantes	48	7,26
Persistência de dificuldades econômicas	45	6,81

Fonte: Pesquisa de campo FETRAF-RS (2025). Organizado por Éverton de Moraes Kozenieski (2025).

A Tabela 9 nos oferece as expectativas e os sentimentos dos próprios agricultores familiares em relação ao futuro de suas atividades. Ela nos permite entender como as transformações atuais se projetam na mente dos sujeitos do campo e quais são suas principais preocupações para a próxima década. Em linhas gerais, a análise nos mostra que o futuro da agricultura, na percepção dos agricultores familiares, é marcado por um sentimento dominante de incerteza e por uma visão de continuidade das tendências que já observamos. Os agricultores familiares projetam um futuro que é, em grande medida, uma intensificação dos desafios que já enfrentam: mais concentração de terra, mais monocultura e uma crise social e demográfica que se aprofunda.

Por fim, com relação à pergunta, “Considerando sua propriedade, você pretende, em um futuro próximo?”, destacam-se, tendo em vista o menor

número de categorias, as cinco categorias e subcategorias com maior presença nas respostas, conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Como será a agricultura em dez anos segundo agricultores familiares

Categoria ou subcategoria	Frequência	Presença em respostas (%)
Manutenção da situação atual/Continuidade	315	47,66
Expansão da produção/Aumento de escala	236	35,70
Arrendamento ou venda da propriedade/Saída da atividade	102	15,43
Planos relacionados à sucessão familiar na propriedade: sucessão familiar planejada ou com perspectiva positiva	96	14,52
Incerteza/Ausência de planos definidos/Dependência de fatores externos	26	3,93

Fonte: Pesquisa de campo FETRAF-RS (2025). Organizado por Éverton de Moraes Kozenieski (2025).

A Tabela 10 permite identificar uma diversidade de planos e estratégias de reprodução social e econômica, que coexistem no mesmo contexto e refletem as diferentes capacidades de agência dos agricultores. Em síntese, o futuro da agricultura familiar não é um caminho único, mas uma bifurcação entre a permanência (com a busca por expansão ou manutenção da escala produtiva) e o abandono da atividade.

1.6.1. Síntese analítica das entrevistas com os dirigentes sindicais

Nessa parte da pesquisa, empregou-se uma metodologia baseada em um conjunto de perguntas direcionadas aos dirigentes dos sindicatos das regionais da FETRAF-RS (universo de 46 entrevistados), visando apreender suas leituras sobre as transformações do campo em suas áreas de atuação. O objetivo principal foi obter uma compreensão aprofundada das dinâmicas rurais, da influência do agronegócio, dos desafios sociais e organizacionais diretamente da experiência de quem atua com a base sindicalizada. A metodologia, baseada em perguntas estruturadas, foi estruturada em três eixos de investigação, que seguem descritos.

Transformações no mercado de terras, arrendamento e concentração fundiária: as questões buscaram verificar se ocorreram mudanças no mercado de terras nos últimos dez anos e, adicionalmente, procurou-se caracterizar o perfil das pessoas que estão adquirindo ou arrendando essas terras, identificando os agentes por trás das reconfigurações fundiárias regionais.

O discurso e a influência do agronegócio: esse eixo teve como objetivo mapear as características e narrativas do agronegócio em cada seção sindical regional, buscando entender como esse discurso é percebido pelos dirigentes sindicais. A metodologia investigou diretamente se essa comunicação hegemônica tem contribuído para enfraquecer a identidade da agricultura familiar e para o desinteresse pelas formas de organização coletiva.

Desafios de participação e estratégias de engajamento: por fim, a metodologia abordou um desafio crucial para a renovação sindical, a saber, a baixa participação da juventude e das mulheres. Buscou-se coletar sugestões sobre como é possível aumentar o engajamento desses grupos, reconhecendo suas particularidades e buscando soluções práticas para fortalecer a base e a continuidade das organizações sindicais.

As perguntas funcionaram como um roteiro estruturado para coletar informações qualitativas. A seguir, será apresentada uma análise do conjunto das ponderações, com destaque aos elementos que mais compareceram em cada um dos eixos.

1.6.1.1. Transformações no mercado de terras e a concentração fundiária

A última década foi marcada por mudanças significativas no mercado de terras, uma assertiva quase universal entre as lideranças sindicais. A principal delas é a valorização acentuada do hectare, impulsionada, majoritariamente, pela expansão do agronegócio, sobretudo o plantio de *commodities* como a soja e o tabaco. Essa valorização elevou o custo de aquisição e arrendamento, dificultando a permanência e a expansão de pequenos produtores.

Por conseguinte, a concentração fundiária é uma realidade palpável e crescente. Os relatos são unânimes em afirmar que “os maiores estão ‘consumindo’ os menores” e que “uma minoria está ficando com a maioria das terras”. Esse processo ocorre tanto pela aquisição direta quanto, de forma ainda mais expressiva, pelo arrendamento. Agricultores mais velhos, sem sucessão ou

em dificuldades financeiras, arrendam suas terras, que raramente retornam à gestão direta, consolidando a propriedade e a produção em poucas mãos.

O perfil dos adquirentes é predominantemente de “grandes plantadores de *commodities*”, com maior poder aquisitivo. São descritos como “produtores de grãos”, “granjeiros” ou “agricultores com maior poder aquisitivo” que expandem suas posses. Muitos são produtores locais que, ao longo do tempo, “foram crescendo e adquirindo novas terras”. Há também casos de agricultores familiares que se consolidaram, mas a tendência geral é a de que a terra se mova em direção a atores mais estruturados, com “posição política à direita, ligada à monocultura”.

Embora alguns sindicatos notem que a concentração não é tão visível em todos os municípios (especialmente naqueles em que a agricultura familiar é dominante ou o relevo acidentado dificulta grandes lavouras), a tendência geral é de avanço do agronegócio sobre a terra.

1.6.1.2. O discurso do agronegócio: hegemonia e enfraquecimento da agricultura familiar

O agronegócio não se manifesta apenas no campo econômico, mas também como uma força ideológica e cultural poderosa, com um discurso hegemônico que impacta a própria identidade da agricultura familiar. Suas principais características e discursos, de acordo com as entrevistas, podem ser agrupados da seguinte forma:

- exaltação da produtividade e do lucro: há uma constante promoção da ideia de que “o agro é top, é bom, é tudo”, focando na produtividade e no lucro; frases como “Se tu não fizer e não competir, vai ficar para trás” reforçam uma lógica de crescimento contínuo e hegemônica;
- monocultura e despreocupação ambiental: o agronegócio está associado à monocultura (soja, milho, arroz, integração) e a práticas que desconsideram o meio ambiente, como “desmatando e derrubando morros para plantar soja” e “uso intensivo de agrotóxicos”;
- apropriação da identidade da agricultura familiar: este é um dos pontos mais críticos: muitos agricultores familiares, mesmo os pequenos, “já se dizem ou se acham do agro” ou têm “cabeça de agro”, confundindo sua própria identidade; a propaganda maciça na mídia, em músicas e

campanhas diversas é citada como um fator crucial para essa “lavagem cerebral”, levando à “perda de identidade” e à “falta de consciência de classe” – mesmo cooperativas e bancos tradicionalmente ligados à agricultura familiar são vistos como tendo “abraçado o agronegócio”;

- alinhamento político e críticas ao sindicalismo: o discurso do agronegócio frequentemente se alinha à direita ou à extrema direita, com “discurso de ódio” e ataques diretos à “distribuição de renda”, a “políticas sociais” e ao “trabalho do sindicalismo”;
- individualismo: o agronegócio promove uma mentalidade individualista, “as pessoas não se importam com os vizinhos” ou com a “comunidade” e buscam o sucesso pessoal, muitas vezes sem reconhecer o papel das políticas públicas em seu desenvolvimento.

A percepção dos sindicalistas é quase uníssona: o discurso do agronegócio tem enfraquecido a ideia de agricultura familiar e levado ao desinteresse pelas formas de organização coletiva. Essa influência é “muito pesada” e tem desmobilizado a base sindical. O enfraquecimento se manifesta na dificuldade dos agricultores em distinguir sua própria identidade, na adesão a uma lógica de mercado que nem sempre os beneficia, e na crescente individualização que afasta as pessoas da luta coletiva. A pandemia e o governo federal do período 2019-2023 são mencionados como fatores que intensificaram essa tendência, atacando os sindicatos e enaltecendo o agronegócio.

1.6.1.3. Desafios e estratégias para aumentar a participação da juventude e das mulheres

A vitalidade dos sindicatos e o futuro da agricultura familiar dependem, por certo, do engajamento de novos atores, especialmente da juventude e das mulheres. Embora a dificuldade seja grande, há iniciativas e esperanças nos relatos.

A participação da juventude é considerada o maior desafio. A principal razão é o êxodo rural: há “poucos jovens na agricultura” que preferem buscar oportunidades na cidade, estudar ou trabalhar fora. Os que ficam nem sempre se identificam com o trabalho sindical, buscando retorno financeiro imediato. A “monocultura” e a dificuldade de competir com grandes produtores desestimulam a permanência no campo. Para reverter esse, as sugestões incluem:

- políticas públicas específicas: o Crédito Fundiário Jovem é visto como uma esperança concreta, pois permite a aquisição de terras e a permanência no campo; programas que garantam “renda” e “opções” para os jovens, além de um projeto de reforma agrária, são cruciais;
- valorização e oportunidades no campo: é fundamental que o trabalho rural seja percebido como rentável e que haja incentivos para a diversificação da produção (leite, verduras), em vez da monocultura;
- engajamento e vínculo: os sindicatos precisam ser “criativos”, aceitar as “ideias dos jovens”, fazê-los se “sentir importantes” e criar “vínculo, inclusive de amizade”; atividades culturais, lazer e dinâmicas mais leves podem ser o ponto de partida;
- sucessão familiar e autonomia: incentivar a autonomia dos jovens dentro da propriedade desde cedo, envolvendo-os na gestão financeira, e trabalhar projetos de sucessão familiar que envolvam toda a família são estratégias que podem aumentar a permanência;
- adaptação do sindicato: o sindicalismo precisa se modernizar, “falar a mesma língua” da juventude, “dominar a tecnologia, as redes” e abordar temas pertinentes às suas realidades.

Já a participação das mulheres é vista como mais promissora e mais consolidada; muitos sindicatos já possuem “coletivos de mulheres” ativos e a presença feminina na coordenação sindical é um fator de atração. Para fortalecer o protagonismo das mulheres, foram destacadas como centrais algumas estratégias:

- coletivos de mulheres e protagonismo: a criação e o fortalecimento desses coletivos são a estratégia mais eficaz, promovendo “protagonismo”, “valorização”, “capacitações” e “formação de lideranças”;
- atividades focadas em interesses femininos: ações nas áreas de saúde (fitoterápicos, práticas integrativas e complementares em saúde – PICS), alimentação, artesanato e bem-estar físico e mental têm atraído o interesse das mulheres;
- superação de desafios persistentes: apesar dos avanços, o machismo e a subordinação ao marido ainda são obstáculos; a diminuição de ativida-

des tradicionalmente femininas (leite, suínos) em áreas de monocultura também pode impactar negativamente a participação futura.

O cenário rural, na percepção das lideranças sindicais, é de intensa transformação. A expansão do agronegócio e a consequente concentração fundiária representam desafios existenciais para a agricultura familiar. O discurso hegemônico do agronegócio tem enfraquecido a identidade dos agricultores familiares e minado o interesse pelas formas de organização coletiva, promovendo o individualismo.

Para enfrentar esses desafios e garantir a continuidade da agricultura familiar, os sindicatos precisam de um duplo movimento: de um lado, a cobrança por políticas públicas estruturantes que garantam a viabilidade econômica e social da vida no campo, como acesso à terra e renda digna; de outro, inovação e adaptação de suas próprias estruturas e linguagens, para atrair e engajar a juventude e as mulheres. É crucial que o sindicalismo resgate a identidade da agricultura familiar e revitalize o senso de coletividade, construindo um futuro mais justo e sustentável para o meio rural.

1.7. Considerações finais

O presente artigo, realizado em colaboração com a FETRAF-RS, teve a ambição de articular teorias relacionados aos estudos agrários, levantamentos e dados públicos, com resultados de entrevistas, a fim de identificar perfis e traços da diversidade das agriculturas de base familiar no Rio Grande do Sul. Constitui-se como um resultado de pesquisa, que buscou situar conjunturas internacionais e nacionais, reconhecer processos e desafios na escala local e avaliar perspectivas de atuação na escala das regionais da FETRAF-RS.

Os dados demonstram um cenário de transformações que incidem diretamente sobre a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. O avanço vertiginoso da soja e da silvicultura, em detrimento de outras lavouras temporárias e pastagens, não é um fenômeno isolado, mas um indicativo da homogeneização produtiva e da crescente inserção em cadeias de valor controladas pelo agronegócio global. Esse processo, que se manifesta de forma mais intensa em certas regionais, reafirma a tese da “monopolização

do território” pela integração da agricultura familiar a dinâmicas externas e a lógicas de mercado que, muitas vezes, não a beneficiam.

As transformações territoriais também foram evidenciadas por meio da concentração fundiária e dos desafios relacionados à desigualdade de acesso à terra. Em mesma direção, foi possível avaliar possíveis impactos nas estruturas populacionais, especialmente retratando o envelhecimento no campo e a migração da população economicamente ativa, particularmente os jovens.

A análise quantitativa, no entanto, ganha profundidade e relevância quando articulada com as percepções dos próprios sujeitos do campo. A pesquisa junto aos agricultores familiares e dirigentes sindicais da FETRAF-RS demonstrou que as transformações territoriais e produtivas são percebidas em seu cotidiano, com destaque para as preocupações com o “Êxodo rural, envelhecimento e sucessão familiar”. As categorias qualitativas emergentes mostram que a reconfiguração produtiva, com a “expansão das monoculturas”, é vista como um fator que agrava a crise social e demográfica no campo, ao impactar as relações de vizinhança e as redes de cooperação que historicamente caracterizam a vida familiar e camponesa.

Esse cenário de profundas mudanças exige um olhar atento para as estratégias de resistência e adaptação dos agricultores familiares, bem como para as políticas públicas que poderiam fomentar a diversificação e a autonomia, em vez de reforçar a subordinação a modelos hegemônicos.

Nesse contexto, o futuro da agricultura familiar não se apresenta como um destino único, mas como uma bifurcação entre a permanência e a saída da atividade, permeado por um sentimento dominante de incerteza. As lideranças sindicais, por sua vez, apontam para uma batalha cultural e ideológica, em que o discurso hegemônico do agronegócio enfraquece a identidade dos agricultores familiares e promove o individualismo. Para enfrentar esse cenário de profundas mudanças, a pesquisa sugere um duplo movimento: a necessidade urgente de políticas públicas estruturantes, como o acesso à terra para a juventude e o apoio a matrizes produtivas mais apropriadas às realidades das Agrifam; ao mesmo tempo, adaptação e inovação das próprias organizações sindicais para atrair e engajar novos sujeitos, como as mulheres e os jovens, em uma luta por autonomia e valorização.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (org.). *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021.
- DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- DEMATTEIS, G. Sistema local territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (orgs.). *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 33-46.
- FAYAD, J. A. et al. (org.). *Sistema de plantio direto de hortaliças: método de transição para um novo modo de produção*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2017.
- LEFF, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2010.
- OLIVEIRA, A. U. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iandé Editorial, 2016. Disponível em: <https://agraria.fflch.usp.br/ariovaldo-umbelino-de-oliveira>. Acesso em: 4 jun. 2025.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 228-244, nov. 2015. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/102776>. Acesso em: 4 jun. 2025.

PLOEG, J. D. V. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De caos sistêmico e de crise civilizatória: tensões territoriais em curso. *Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)*, Sobral, v. 22, n. 2, p. 103-132, 2020. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/687>. Acesso em: 20 maio 2025.

REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SMITH, N. Geografia, diferencia y políticas de escala. *Terra Livre*, [s. l.], v. 2, n. 19, 2015. DOI: 10.62516/terra_livre.2002.162. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/162>. Acesso em: 2 jun. 2025.

SOUZA, C. M. *et al.* Reconstructing Three Decades of Land Use and Land Cover Changes in Brazilian Biomes with Landsat Archive and Earth Engine. *Remote Sensing*, [s. l.], v. 12, n. 17, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-4292/12/17/2735>. Acesso em: 2 jun. 2025.

SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

2. Organização sindical da agricultura familiar

Everton Picolotto¹

Mateus Lazzaretti²

Bruna Verônica Rech³

2.1. Introdução

As organizações sindicais de agricultores familiares são personagens importantes da construção do Brasil contemporâneo. A sua trajetória foi marcada por experiências de organização próprias e pela forma de relação com o Estado. Nas décadas de 1980, por meio de ações autônomas de organização sindical e produtivas e nas tecnologias da agricultura, sua atuação foi marcada pela conflitividade com os agentes estatais, mas, no final dos anos 1990, se abriram espaços de diálogo e proposição. A partir de 2003, por sua proximidade política, fizeram parte da aliança dos governos progressistas, liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e que governou o Brasil num primeiro ciclo entre 2003 e 2016 e num segundo ciclo iniciado em 2023. Mesmo que tenham ficado em posições secundárias nesses governos, graças à capacidade de lideranças e assessores na elaboração de propostas e na atuação combinada por fora e por dentro do próprio Estado, especialmente por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram fundamentais para desenvolver projetos importantes de afirmação

1 Professor do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho, Agricultura e Movimentos Sociais (TRAMAS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: everton.picolotto@ufsm.br.

2 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Trabalho, Agricultura e Movimentos Sociais (TRAMAS). E-mail: lazzaretti.mateus@acad.ufsm.br.

3 Especialista em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Graduada em Direito pela Faculdade Metodista Centenário (FMC) e graduanda em Ciências Sociais pela UFSM. Bolsista no Grupo de Pesquisa Trabalho, Agricultura e Movimentos Sociais (TRAMAS). E-mail: veronica.brm@gmail.com.

e reconhecimento da agricultura familiar, implementação e execução de políticas públicas país afora (Bagnara, 2021; Medeiros, 2021; Picolotto, 2022).

Nesse primeiro ciclo, além da criação e do fortalecimento de conselhos de políticas públicas, dos quais dirigentes participaram ativamente, alguns aliados próximos do sindicalismo, como ex-assessores e militantes, passaram a ocupar cargos na burocracia estatal. O MDA se converteu no principal canal de acesso ao Estado e em articulador das demandas apresentadas pelo sindicalismo junto a outros setores do governo federal. Essa dinâmica envolvia diálogo e negociação, articulada com manifestações e demonstrações públicas que, diferentemente daquelas das décadas anteriores, tinham como principal objetivo respaldar a interlocução do MDA na disputa orçamentária de um governo de coalizão, orientação que o próprio presidente Lula sempre deu aos movimentos sociais (Lazzaretti, 2024).

No entanto, com o golpe parlamentar que levou à deposição da presidenta Dilma Rousseff em 2016, essas organizações sindicais também foram afetadas e entraram em certa crise. Perderam aliados que ocupavam cargos públicos e boa parte dos canais de interlocução com o Estado, partes das suas bases sociais foram cooptadas pela ideologia “ultraidentitária” da extrema direita (Barros, 2025) e do agronegócio (Severo, 2023), muitos se afastaram e se desfilaram dos sindicatos. Desde 2016, os espaços institucionais e as políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar foram gradativamente enfraquecidos ou simplesmente deixaram de existir (Niederle *et al.*, 2019), prejudicando tanto sua capacidade de diálogo e negociação quanto as possibilidades de executar políticas e mostrar resultados para a base, como ocorria no período anterior. Assim, as organizações sindicais pouco conseguiram reagir às investidas dos governos conservadores e dos agentes do agronegócio, que passaram a disputar com muitos recursos e propaganda os corações e mentes das pessoas do meio rural, inclusive da agricultura familiar. Somado a isso, os impactos causados pela pandemia de Covid-19 deslocaram para o ambiente virtual uma série de ações, desde reuniões e negociações, até as manifestações, criando certo distanciamento entre as lideranças e as bases sociais.

No segundo ciclo de governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), numa correlação de forças bastante distinta daquela do primeiro ciclo, as ações públicas para a agricultura familiar não têm alcançado a mesma

abrangência. São apontadas diversas limitações das políticas públicas, da capacidade política e institucional do MDA, da própria atuação e pressão das organizações sindicais. Se, no primeiro ciclo, chegou a ser organizada uma disputa de projeto da agricultura familiar em oposição ao agronegócio, no segundo, tal disputa está muito menos visível.

O presente capítulo trata centralmente da situação do sindicalismo da agricultura familiar vinculado à FETRAF-RS e da avaliação que as lideranças locais e as famílias agricultoras da sua base fazem sobre os sindicatos num cenário adverso, de estreitamento dos canais de diálogo/acesso ao Estado, em que os setores conservadores e do agronegócio disputam a representação das famílias agricultoras. Neste cenário, as organizações sindicais de agricultores familiares têm buscado se reorganizar para enfrentar essas dificuldades e a concorrência de outros agentes. O texto visa contribuir com o entendimento de tais dificuldades e apontar algumas análises úteis.

Os dados aqui referidos são de fontes secundárias, como o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, dados de sindicatos e filiações fornecidos pela FETRAF-RS e, outros, resultantes da aplicação de um questionário – elaborado por uma equipe composta por pesquisadores acadêmicos e dirigentes da FETRAF-RS – com 662 famílias agricultoras da base dessa organização sindical, distribuídos por dezenas de municípios do Rio Grande do Sul, além de 46 entrevistas qualitativas com lideranças dos seus sindicatos locais. A pesquisa com as famílias agricultoras da base da FETRAF-RS buscou captar centralmente as suas opiniões sobre o sindicato de seus municípios, como se relacionam com ele, suas diretorias, suas ações e os serviços que são prestados; as entrevistas com as lideranças locais buscaram ouvir deles sobre as suas formas de organização, ações desenvolvidas, dificuldades, relação com outros agentes locais, percepções sobre a situação da agricultura familiar, entre outros aspectos.

O texto está organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira faz uma apresentação sumária sobre a trajetória histórica da organização sindical de trabalhadores rurais e agricultores familiares; a segunda apresenta e analisa a forma como os sindicatos e a FETRAF-RS se organizam; a terceira trata dos dados de avaliação das famílias agricultoras sobre os sindicatos e suas direções.

2.2. Organização sindical dos trabalhadores rurais e agricultores familiares

Os primórdios da organização classista dos trabalhadores rurais remontam aos anos de 1960, quando foi estendida a legislação trabalhista e sindical para o meio rural, cerca de 30 anos depois dos trabalhadores urbanos (o previsto na CLT vem dos anos de 1930). Essa defasagem de direitos dos trabalhadores rurais continuou até os anos de 1980-1990 (aposentadoria de meio salário só para o chefe da família, mulheres não eram reconhecidas como agricultoras, serviços de saúde eram muito precários, entre outros aspectos), quando, no processo de redemocratização política do país, o sindicalismo e os demais movimentos sociais tiveram força para equiparar os direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Inicialmente, nas décadas de 1960-1970, foram organizados os sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) municipais, as federações nos estados e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), órgão sindical superior. Nessa estrutura, toda a diversidade de grupos sociais e de situações de trabalho rural foi enquadrada na categoria *trabalhador rural*, sejam eles assalariados, pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, ou outros (Decreto-Lei n. 1166, de 1971). O Estado tinha muito poder sobre as organizações sindicais, e estas deviam prestar serviços assistenciais (saúde, previdência, assistência técnica etc.) nos locais de atuação (Medeiros, 1989; Palmeira, 1986).

Na saída da Ditadura Militar, foi criado o chamado “novo sindicalismo”, orientado por princípios de oposição e superação da estrutura e das práticas sindicais vigentes. Defendia a liberdade e a autonomia de organização sindical e a não interferência do Estado. Emergiram novas lideranças opostas à orientação política e às práticas do sindicalismo contaguiano (questionava-se o “legalismo” do encaminhamento das demandas pelos canais oficiais, o “assistencialismo”, o centralismo do poder no presidente dos sindicatos, entre outras questões).

Esse “novo sindicalismo” formou a Central Única dos Trabalhadores (CUT), tendo nela o seu Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR). O Departamento Rural da CUT do Rio Grande do Sul foi muito

ativo no final da década de 1980 e início de 1990 na organização sindical, no estímulo à organização da produção, do cooperativismo, de alternativas tecnológicas na agricultura (agroecologia) e na formulação pioneira de um projeto alternativo de desenvolvimento rural centrado na agricultura familiar (apresentado em 1993) (Picolotto, 2022; Schmitt, 1996).

A partir de meados dos anos 1990, as duas vertentes sindicais (DNTR/CUT e Contag) realizaram um processo de unificação, iniciado com conquista e adesão de sindicatos e federações da Contag à CUT, além da entrada de algumas de suas lideranças na estrutura da Contag, o que culminou com a filiação da Contag à Central em 1995, por acordo entre elas. Tal acordo levou à extinção do DNTR e à entrada mais ampla dos cutistas na Contag. É importante também destacar que essas duas vertentes sindicais, nesse processo de unificação, elegeram o público da *agricultura familiar* como o depositário de seus maiores investimentos e expectativas, secundarizando outras bandeiras tradicionais, como reforma agrária e direitos trabalhistas.

No início dos anos 2000, começou a ser deflagrado um novo processo de rupturas de atores sindicais com a estrutura da Contag, seja por dificuldades internas de aceitar a incorporação de sindicatos e federações cutistas diferenciadas (como a dos empregados rurais, em São Paulo, e a dos agricultores familiares, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul), seja por opção política de setores sindicais por criarem canais organizativos próprios. Em 2001, por força da articulação de uma frente regional da agricultura familiar, acúmulo político-organizativo dos encontros regionais, mutirões e o Projeto Terra Solidária, foi criada a FETRAF-Sul, organização sindical de agricultores familiares dos três estados da região Sul, com presença nos municípios com os Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAFs). No mesmo ano, em articulação com a pré-campanha de Lula à presidência, a FETRAF-Sul organizou a Caravana da Agricultura Familiar em seus três estados de atuação, num forte processo de elaboração política e mobilização das bases, alavancando o peso político da Federação e possibilitando maior acesso ao Estado durante o primeiro ciclo de governos liderados pelo PT. Com o fortalecimento dessa federação no Sul e a criação de novas em outros estados, também contando com certo suporte da CUT e do governo Lula, a FETRAF foi nacionalizada em 2005, como organização orgânica à estrutura da CUT. Em 2016, a FETRAF-Brasil alterou o

seu nome para Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF-Brasil) (Picolotto, 2022).

É importante ressaltar que a FETRAF e os seus sindicatos, nos primeiros anos de sua existência, assumiram um modelo de entidade *orgânica* da CUT e não de estrutura federativo-confederativa estabelecida na legislação sindical; afirmavam ser contra as restrições normativas que limitavam a existência de apenas um sindicato representativo de categoria econômica ou profissional (princípio da unicidade sindical); e, da mesma forma, questionavam a necessidade de registro sindical no Ministério do Trabalho para obter a chamada “Carta Sindical”. A importância simbólica de romper com as regras sindicais então vigentes fica explícita na apresentação das Resoluções do Congresso de criação da FETRAF-Sul: “Entre as principais resoluções está a criação da primeira Federação de Agricultores Familiares envolvendo três estados, numa clara demonstração de *rompimento* com a *estrutura oficial corporativista* e com a *unicidade sindical*” (FETRAF-SUL, 2001, p.5, grifo nosso). Da mesma forma, a FETRAF organizou seus sindicatos de modo diferenciado do previsto na estrutura sindical; além dos tradicionais STRs municipais que compunham a sua base, criou novos ou transformou os já existentes em sindicatos regionais, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAFs), associações sindicais de trabalhadores agricultores familiares, entre outras organizações.

Na prática, essa orientação sindical visava afirmar outros princípios sindicais, os do pluralismo, da possibilidade de existência de mais de um sindicato disputando a categoria dos trabalhadores rurais ou parte dela, como os agricultores familiares. Nessa perspectiva, os controles estatais eram vistos como nocivos para o movimento sindical, interferência indesejada. O registro das entidades no Ministério do Trabalho, no formato padrão de sindicato, era visto como uma herança corporativista, de controle do Estado, da época autoritária. Portanto, as orientações da FETRAF, seguindo a linha sindical cutista, eram no sentido de que o movimento sindical deveria se organizar da forma como entendesse melhor, sem precisar de registro sindical (“carta sindical”). Seguindo esta perspectiva de autonomia, os sindicatos e as associações sindicais da FETRAF eram de *trabalhadores na agricultura familiar*, mas a lei de enquadramento sindical não previa

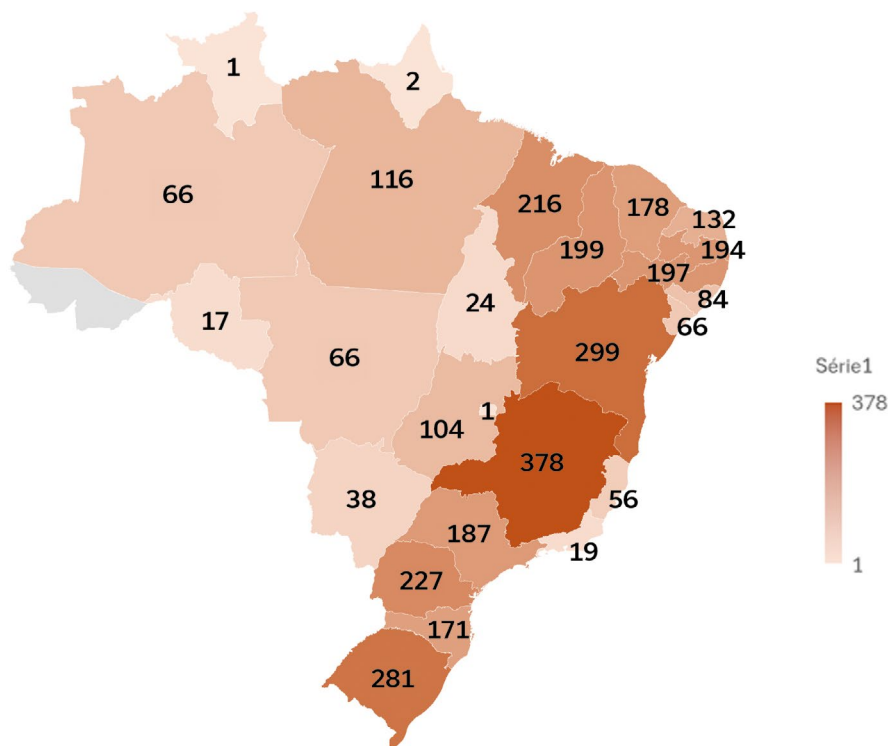
essa categoria sindical, o que motivou diversos conflitos políticos e na Justiça (Picolotto, 2018).

Desde 2014 o Ministério do Trabalho – pressionado pelas novas organizações sindicais e por força de decisões judiciais que reconheceram diversos sindicatos específicos – passou a entender que a categoria de sindicalização *trabalhador rural*, definida pelo Decreto-Lei n. 1.166, de 1971, seria eclética e passível de desmembramento em categorias específicas, tais como *assalariados rurais* e *agricultores familiares*. Com essa possibilidade, e sem ferir o princípio da unicidade (definido na Constituição), foi feito um processo de dissociação da categoria dos assalariados rurais do sistema da Contag. Como resultado, em 2015, formaram-se a Confederação Nacional de Trabalhadores Assalariados Rurais (Contar), suas federações estaduais e sindicatos locais.

A CONTRAF-Brasil está organizada em 17 estados, nas regiões Sul, Sudeste (exceto Espírito Santo), Nordeste (exceto Sergipe), Centro-Oeste (exceto Mato Grosso) e, na região Norte, nos estados do Pará e Tocantins. Desde 2014 reorganizou a sua estrutura para se adequar aos parâmetros formais, em alguns aspectos: a FETRAF-Sul, organização regional que deu o impulso inicial para a organização nacional da categoria, foi desmembrada em federações estaduais (FETRAF-RS, FETRAF-SC e FETRAF-PR); alterou a sua denominação para confederação a fim de se adequar à linguagem formal do Estado; passou a requerer o registro sindical de seus sindicatos, federações e confederação (uma mudança do seu entendimento anterior de não precisar desse registro); e, em 12 de janeiro de 2023, a CONTRAF recebeu o certificado de registro sindical do Ministério do Trabalho, passando a representar oficialmente a categoria dos trabalhadores e as trabalhadoras na agricultura familiar em âmbito nacional, nos estados e nos municípios em que atua.

O Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), mantido pelo Ministério do Trabalho, contava, em maio de 2025, com registro ativo de 3.332 sindicatos de trabalhadores rurais, ecléticos (trabalhadores rurais) ou específicos de agricultores familiares ou de assalariados rurais. A distribuição por estado dos sindicatos de trabalhadores rurais pode ser visualizada no mapa 1 a seguir.

Mapa 1 – Mapa do Brasil com a distribuição por estado dos sindicatos no CNES



Fonte: MTE (2025).

Os sindicatos de trabalhadores rurais podem ter vínculos com as federações e confederações. No CNES estão distribuídas as vinculações com as confederações, conforme a Tabela 1. A Contag conta com 72% dos sindicatos com registro ativo; a CONTRAF conta com 3%; a Contar, com 1,44%; e 23% dos sindicatos de trabalhadores rurais não têm vínculo com nenhuma dessas entidades. Como se percebe nesses dados, existe uma grande dominância da vinculação com a Contag entre os sindicatos com registro ativo, o que pode ser explicado, em partes, pela maior antiguidade e consolidação dessa confederação, mas também pelo fato de os sindicatos vinculados à CONTRAF desde a sua origem terem sido pensados de forma diferenciada ao estabelecido pela legislação sindical (sindicatos regionais,

SINTRAFs, associações sindicais...). Só nos últimos anos a CONTRAF passou a estimular seus sindicatos e as federações para que façam o seu registro. De outra parte, existe um conjunto expressivo de sindicatos sem identificar vínculo com as confederações; os motivos disso não são claros no cadastro.

Tabela 1 – Vínculos dos sindicatos de trabalhadores com as confederações

Confederação	Sindicatos filiados	%
Contag	2.406	72,21
CONTRAF	100	3,00
Contar	48	1,44
Sem vínculo	778	23,35
Total	3.332	100

Fonte: MTE (2025).

O estado do Rio Grande do Sul é o terceiro maior em número de sindicatos de trabalhadores rurais registrados: contava, em 2025, com 281 sindicatos, enquanto Minas Gerais ficava em primeiro (com 378) e o segundo era a Bahia (com 299 sindicatos). A FETAG-RS representa a maioria desses sindicatos. A FETRAF-RS conta com 49 sindicatos, com atuação em cerca de 70 municípios do estado. A Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais (FETAR-RS), criada em 2015, tem oito sindicatos ativos.

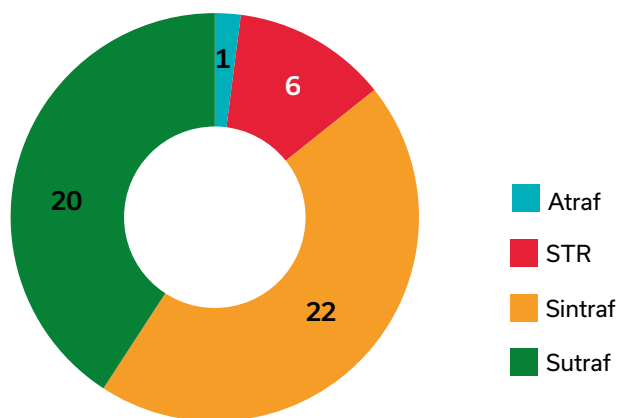
2.3. Forma de organização e bases da FETRAF-RS

A FETRAF-RS foi criada oficialmente em 2014, mas é herdeira de experiências de organização sindical mais antigas, que remontam aos anos de 1980. No período da redemocratização do país, diversos sindicatos de trabalhadores rurais passaram por processos de renovação política, seja por reorganização interna, seja por disputas entre chapa de situação e de oposição, em que apareceram novas lideranças renovadoras das práticas sindicais. Essas experiências contribuíram para construir o chamado “novo sindicalismo” no campo, formar a CUT-Rural e diversas iniciativas de organização da produção (associações, cooperativas, ONGs) e de tecnologias alternativas. Nos anos de 1990-2000, com base em ações ousadas

do sindicalismo – como o Projeto Terra Solidária, mutirões, encontros e a Frente Sul da Agricultura Familiar –, contribuíram para trazer à cena pública estadual e nacional um projeto alternativo de desenvolvimento rural centrado na agricultura familiar. Dessas experiências, foi formada a FETRAF-Sul, o embrião de uma nova organização sindical da agricultura familiar, originalmente formada nos três estados da região Sul, mas visando intervir no debate nos estados da região e em âmbito nacional.

2.3.1. Sindicatos e filiados

Figura 1 – Formatos de sindicatos da FETRAF-RS



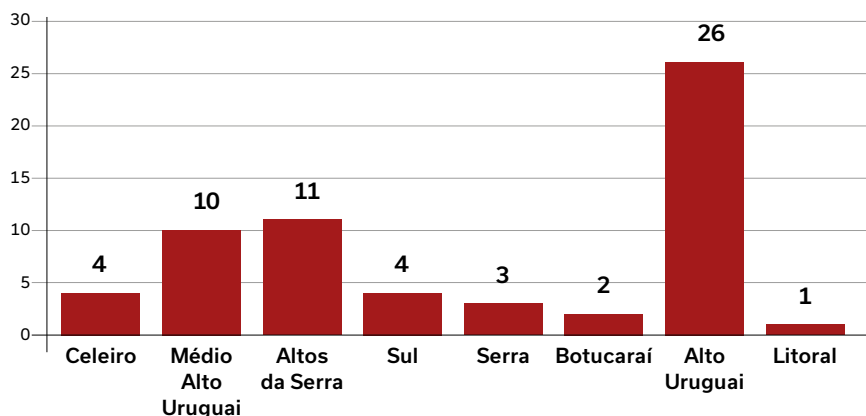
Fonte: elaboração própria com base em dados da FETRAF-RS.

Atualmente a FETRAF-RS conta com 49 sindicatos, muitos deles de atuação regional, em diversos municípios. Conta com diferentes formatos de organização de sindicatos de base, tanto os tradicionais STR quanto o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF) e o Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região do Alto Uruguai (Sutraf), com sedes municipais ou microrregionais. Conforme a Figura 1, a grande maioria dos seus sindicatos são específicos da agricultura familiar, 22 SINTRAF e 20 sedes do Sutraf, além de uma Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Atraf); apenas seis são STR, no formato tradicional. Esses dados mostram que os sindicatos

da FETRAF-RS, majoritariamente, se organizam no formato criado pela própria federação para representar especificamente os agricultores familiares e se diferenciar de outras organizações concorrentes.

Os sindicatos da FETRAF-RS têm sedes em 61 municípios e atuam em mais alguns de diferentes regiões do estado. A maior presença está nas regiões do Alto Uruguai, Altos da Serra, Médio Alto Uruguai, Celeiro, Sul, Serra, Botucaraí e Litoral (Figura 2). Grosso modo, as bases da FETRAF estão centradas nas macrorregiões Norte, Missioneira, Serra e Sul do estado. Está pouco presente ou completamente ausente nos Vales, Metropolitana e Centro-Oeste.

Figura 2 – Distribuição de sedes municipais de sindicatos nas regiões do RS



Fonte: elaboração própria com base em dados da FETRAF-RS.

No que se refere à distribuição dos associados em dia nos sindicatos da FETRAF-RS, pode-se observar a sua distribuição segundo o formato de organização dos sindicatos na Tabela 2. Como se pode ver, mais da metade dos associados estão nos SINTRAF (57%), cerca de 30% no Sutraf e cerca de 3% na Atraf, enquanto apenas 10,61% dos filiados estão nos STR. O Sutraf Alto Uruguai, em seu conjunto, representa uma grande parcela dos associados em dia, mas também outros SINTRAF regionais têm números significativos de associados, como os de São Lourenço do Sul, Camaquã, Sarandi, Constantina, Tenente Portela, entre outros. Essa grandeza de al-

guns dos seus sindicatos regionais mostra a força da presença da FETRAF nesses locais, mas também mostra certa fragilidade dos demais sindicatos, que contam com poucos associados e apresentam dificuldades de atuação de forma isolada.

Tabela 2 – Número de associados segundo formato de sindicatos

Tipo de sindicato	Associados	%
Atraf	238	2,76
STR	915	10,61
SINTRAF	4.916	57,03
Sutraf	2.551	29,59
Total	8.620	100

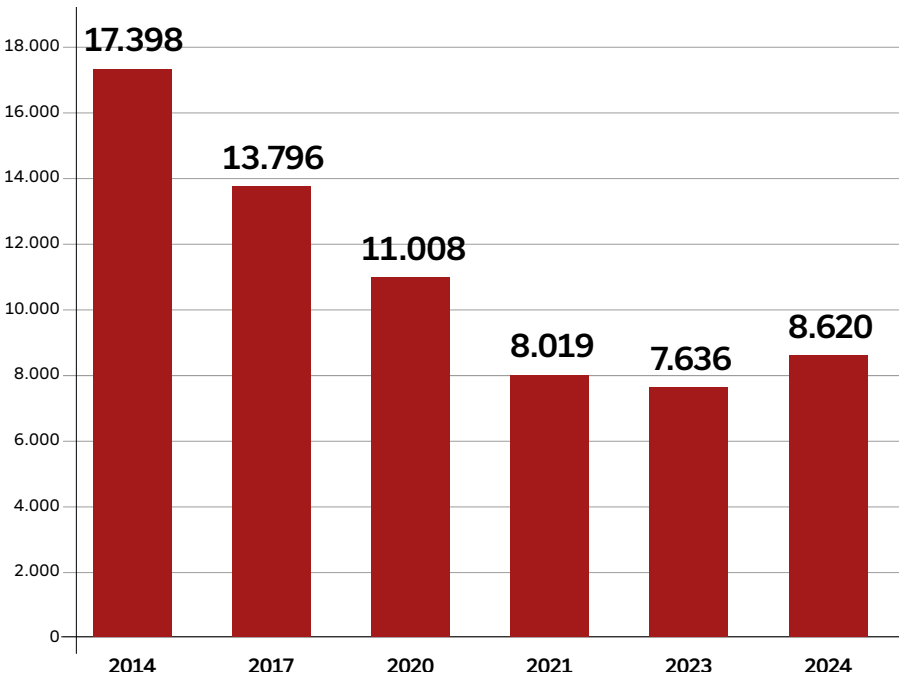
Fonte: elaboração própria com base em dados da FETRAF-RS.

Neste sentido, alguns sindicatos maiores, como é o caso do SINTRAF Sarandi, que representa ainda outros dois municípios, buscam garantir a presença de representantes de suas extensões de base. No entanto, em casos como os dos SINTRAF de Espumoso e Paim Filho, os dirigentes indicaram dificuldades. No primeiro caso, a extensão de base em Jacuizinho estava parada por não contar mais com uma funcionária. No segundo caso, apesar de abranger um município vizinho, o dirigente informou que, na prática, o sindicato atende apenas a Paim Filho. Além dessas situações, há pelo menos três casos de coexistência de sindicatos da FETRAF e da FETAG no mesmo município: em Antônio Prado (Atraf), Gaurama (Sutraf-AU) e São Lourenço do Sul (SINTRAF). Nesses casos, as bases são divididas e disputadas.

No que se refere à evolução do quantitativo da base da FETRAF-RS, os levantamentos da organização apresentam uma base de agricultores familiares filiados aos seus sindicatos que varia ao longo de uma década. Quando a FETRAF-RS foi criada formalmente, em 2014, ela contava com pouco mais de 17 mil associados em dia, conforme Figura 3. Nos anos seguintes, com as mudanças de conjuntura política, os associados foram caindo gradativamente até 2023, ano que apresenta o número mais baixo de associados em dia, com pouco mais de sete mil e seiscentos. Em 2024,

o movimento teve uma mudança, com a alta de quase mil associados em dia comparativamente com o ano anterior.

Figura 3 – Associados em dia nos sindicatos vinculados à FETRAF-RS, 2014-2024



Fonte: elaboração própria com base em dados da FETRAF-RS.

Tal tendência geral de redução dos associados em dia pode ser explicada pelas dificuldades de ação sindical no período de mudança de governo, especialmente após 2016, com o *impeachment* da Dilma. Os governos Temer e, especialmente, Bolsonaro restringiram os canais de diálogo e de acesso dos movimentos populares aos órgãos do Estado, resultando em maiores dificuldades para as organizações sindicais conseguirem apresentar suas demandas e elas serem atendidas. Assim, no entendimento de algumas lideranças locais entrevistadas, sem conseguir a manutenção ou a ampliação de políticas diferenciadas para a agricultura familiar, e com os sindicatos deixando de executá-las e, assim, apresentar resultados para sua

base, criou-se a percepção em parcela dos agricultores familiares de que o sindicato não era mais necessário. Tal percepção encontrou, nesse período, um ambiente propício para sua proliferação, uma vez que a aprovação da Reforma Trabalhista em 2017 veio acompanhada de uma forte campanha ideológica antissindical, o que se intensificou com a ascensão de Bolsonaro ao governo federal.

Após 2023, no segundo ciclo de governos liderados pelo PT, foi recriado o Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar; parte das políticas públicas de apoio aos agricultores familiares foram reativadas e voltou a haver a possibilidade de o movimento sindical apresentar as demandas das suas bases para os órgãos do Estado. Essa melhora na relação com o Estado provavelmente ajuda a explicar esse relativo crescimento nos dados de filiação em dia nas bases da FETRAF-RS. Isso reforça a íntima relação entre o sindicalismo da agricultura familiar e o Estado, em especial com o Poder Executivo, pois durante os governos Temer e Bolsonaro o sindicalismo precisou recorrer quase que exclusivamente a parlamentares próximos para ter algum canal de acesso ao Estado, porém com menor poder de influência política e menor capacidade orçamentária. O Poder Executivo, além de ser o principal foco das demandas, é também um agente importante no estímulo, na segurança e na regulação da produção e da comercialização da agricultura familiar (crédito, seguro agrícola, compras institucionais, estoques reguladores, entre outros elementos), estando, por isso, diretamente associado ao sucesso tanto da agricultura familiar quanto de seus representantes.

2.3.2. Estrutura organizativa e relação com outros agentes

Com base nas entrevistas qualitativas realizadas com 46 lideranças de sindicatos vinculados à FETRAF-RS, foi possível identificar um heterogêneo, mas também recorrente, no que se refere a estrutura organizativa, participação das bases sociais, desafios financeiros e atuação política dos sindicatos locais. Os sindicatos se organizam por meio de uma atuação regionalizada, com direções compostas por um número considerável de membros, geralmente entre 11 e 20. As lideranças também indicam que há uma preocupação com a diversidade de representação nessas direções, incluindo mulheres, aposentados e, em menor medida, jovens. Dados da

FETRAF-RS indicam que atualmente existem 17 presidentas de sindicatos, cerca de 35% do total, e apenas 3 jovens presidentes (abaixo de 35 anos).

A maioria das lideranças sinalizou grandes dificuldades na renovação das direções e na mobilização de jovens para as atividades sindicais, o que aponta a uma tendência de envelhecimento das lideranças e possível dificuldade na continuidade organizativa futura. Em diversos relatos, os dirigentes afirmam que os poucos jovens que residem no meio rural estão mais voltados a estudos ou empregos urbanos, e que há um desinteresse crescente pelas ações do sindicato, seja por descrédito com a política, seja pela falta de retorno concreto às suas demandas. Outro argumento indicado se refere a uma certa “sedução” dos jovens pelo agronegócio, que é associado a prestígio social e, principalmente, retorno financeiro. Ou seja, por um lado, é apontado como fragilidade o fato de que poucos jovens permanecem no meio rural, geralmente porque saem para trabalhar nas cidades; por outro lado, o agronegócio apresenta uma imagem que “resolve” essa questão, pois em tese, através da monocultura e de contratos de integração com grandes empresas, os jovens permaneceriam no campo, tendo rendas elevadas e podendo adquirir não apenas bens de consumo, mas *status* e prestígio.

Mediante isso, diversos dirigentes, quando questionados sobre o que poderia ser feito para aumentar a participação dos jovens no sindicato, defenderam a necessidade de mais políticas públicas atrativas para manter os jovens no meio rural, além de maior agilidade em programas como o Crédito Fundiário, que oferece uma linha de financiamento para a juventude. Porém, entre permanecer no meio rural e participar do sindicato, não existe um caminho automático. Nesse sentido, merece destaque a fala do coordenador do SINTRAF de Dom Feliciano⁴, na região Sul, que já ocupou o cargo de coordenador de juventude da FETRAF-RS: “[...] o sindicalismo por vezes ainda fica preso a uma linguagem dos anos 1980, do sindicalismo de massa, que não existe mais”, mas é preciso “falar a mesma língua que a juventude, conquistando a atenção deles” e “se atualizar, dominar a tecnologia, as redes”.

4 Entrevista concedida no formato virtual, pela plataforma *Google Meet*, em 19 de julho de 2024.

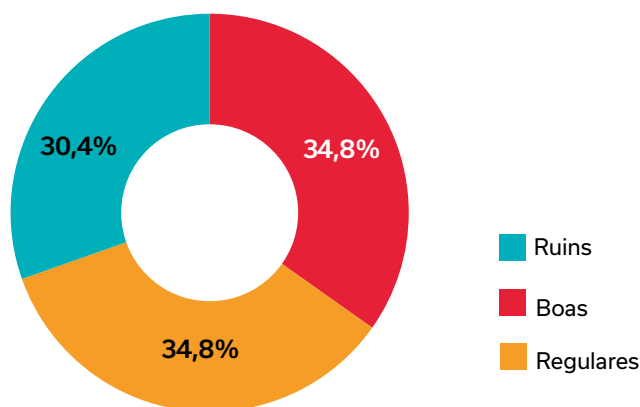
Entre os 46 sindicatos analisados, apenas seis relataram participação efetiva da juventude em suas direções: SINTRAF Tenente Portela, Sutraf-AU Itatiba do Sul, SINTRAF Ipê, STR Mostardas, Sutraf-AU Áurea e Sutraf sede Marcelino Ramos. Nessas entidades, os jovens ocupam cargos com alguma regularidade e estão envolvidos em atividades organizativas e de base, muitas vezes articulados por meio de coletivos ou projetos específicos. Embora representem uma minoria, esses casos indicam que, quando há esforço deliberado de inclusão e estratégias de formação, é possível ampliar a presença juvenil nos espaços de decisão sindical. Ainda assim, a maioria das entidades segue enfrentando dificuldades estruturais para integrar as novas gerações, o que evidencia a necessidade de políticas mais amplas voltadas à sucessão rural e à renovação sindical.

A situação financeira é uma questão bastante sensível aos sindicatos em geral, pois vêm perdendo sindicalizados continuamente na última década (IBGE, 2024) e foram profundamente afetados pela Reforma Trabalhista de 2017, que reduziu 99% de sua arrecadação desde 2018⁵. No caso da FETRAF-RS, esta já vinha perdendo filiados em dia, mas o principal impacto foi sentido durante a pandemia, quando precisou diminuir sua estrutura em 40%, orientação passada também aos sindicatos, impactando no valor para dirigentes liberados e na prestação de serviços (Lazzaretti, 2024). Nas entrevistas com dirigentes dos sindicatos da FETRAF, foram relatadas situações diversas, as quais, no entanto, confluem no ponto de que tais organizações não conseguiriam se manter apenas com a contribuição dos associados. A maioria dos sindicatos consegue contornar essa situação através da prestação de serviços e outras parcerias, de modo que cerca de 70% têm condições boas ou regulares de manutenção do sindicato, em contraponto a 30% que consideram ruins as condições⁶, como pode ser visualizado na Figura 4.

5 Trabalhadores pagam R\$ 2,2 bi a menos com fim de imposto sindical. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-economia/trabalhadores-pagam-r-22-bi-a-menos-com-fim-de-imposto-sindical/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

6 Nem todas as respostas foram objetivas a este respeito. Assim, para criar padrões, na classificação foram consideradas as opiniões dos dirigentes e as informações fornecidas por eles. Em casos em que, por exemplo, o dirigente afirmou que as condições não eram muito fáceis, mas informou que havia dirigentes liberados e funcionários contratados, a situação foi avaliada como boa. Casos em que a situação foi caracterizada como “frágil”, mas que as contas

Figura 4 – Condições financeiras do sindicato, segundo relato dos seus coordenadores



Fonte: elaboração própria.

De modo geral, os sindicatos em condição financeira boa ou regular são aqueles cujos dirigentes afirmaram conseguir diversificar os serviços prestados, muitos dos quais são gratuitos para os associados e cobrados dos não sócios. Além disso, outras estratégias se destacam, isoladamente ou combinadas: 11 lideranças informaram ter algum tipo de parceria com cooperativas de crédito, de produção ou de eletrificação, através de convênios, repasse direto de verbas ou liberação de funcionários, bem como no custeio ou na divisão das despesas com aluguel do prédio. Outra estratégia apresentada foi a de aluguel de salas ou outros espaços do sindicato para estabelecimentos comerciais ou outros profissionais, situação mencionada por 7 entrevistados. As lideranças mencionaram ainda a venda de produtos (5 vezes), arrecadação com festa do agricultor (1 vez), 2 casos de parceria, em que o sindicato está alocado no prédio de sindicatos de outras catego-

estavam em dia, bem como o salário de funcionários, foram consideradas regulares. Foram consideradas ruins aquelas situações em que o coordenador apenas se limitou a dizer que as condições estavam ruins, além daquelas às quais foram adicionadas informações como o fato de não conseguir fechar as contas, a possibilidade de não conseguir pagar um funcionário, ou cuja fonte principal é a contribuição dos associados, as quais foram consideradas insuficientes.

das ações sindicais. A maioria das entidades relatou parcerias satisfatórias com cooperativas de crédito, especialmente com a Cresol, e em menor grau com a Sicredi e outras organizações produtivas locais. Em casos como os de Marcelino Ramos, Itatiba do Sul, Getúlio Vargas e Erval Grande, essas parcerias envolvem não apenas apoio financeiro, mas também colaboração em eventos e projetos comunitários.

Já a relação com as prefeituras e administrações locais é mais desigual: enquanto alguns sindicatos, como os de Erechim, Erval Grande, Ipê, Itatiba do Sul, São Valentim e Tenente Portela, mantêm canais de diálogo e participação ativa em conselhos municipais, outros, como os de Centenário, Floriano Peixoto e Tiradentes do Sul, apontam distanciamento ou resistência política por parte dos gestores locais. A interlocução com as igrejas também varia conforme a figura dos religiosos à frente das comunidades, havendo casos de cooperação direta, como em Getúlio Vargas e Erval Grande, e relações enfraquecidas ou inexistentes, como relatado em Tiradentes do Sul, São Valentim e Jacutinga.

Já no que se refere às entidades sindicais superiores, como FETRAF, CONTRAF e CUT, as avaliações são bastante similares. De modo geral, a avaliação é de que a FETRAF-RS é presente e atuante, numa crescente de organização e suporte aos sindicatos, ainda que com críticas pontuais à sua capacidade de articulação regional, à ausência de estratégias de longo prazo ou à dificuldade de interlocução com os governos no período recente.

No que se refere à CONTRAF, com algumas poucas exceções, as avaliações apontaram para certa fragilidade e distanciamento. Ao menos nove lideranças entrevistadas convergiram na crítica de que a CONTRAF estaria pouco presente ou não estaria atendendo satisfatoriamente às demandas do Sul. A crítica parece ser direcionada especialmente à atual gestão da Confederação, cuja coordenação geral é do Nordeste, pois, segundo uma das lideranças que teceu tal crítica, no período anterior, quando a entidade era coordenada por um representante do Sul (Paraná), havia uma “linguagem mais próxima”. Tais apontamentos remetem a uma disputa mais antiga entre o sindicalismo de ambas as regiões, pois, como relataram um ex-assessor e um ex-dirigente em outra pesquisa, as lideranças do Sul e do Nordeste tiveram divergências quanto à estratégia de nacionalização das lutas e à criação da então FETRAF-Brasil (Lazzaretti, 2024, p. 56-57).

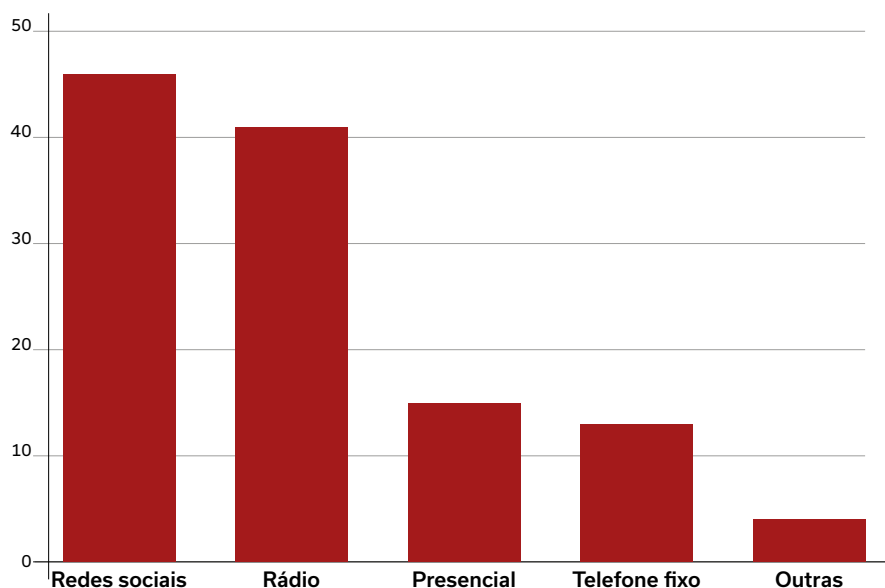
Quanto à CUT, a maioria das avaliações também foi no sentido de não estar muito presente, ter dificuldades; alguns disseram não ter muito contato com a Central. A principal exceção foi o STR de Mostardas, cujo dirigente apontou para a falta de avanço na discussão sobre agricultura familiar e agronegócio, com relações de assalariamento dentro da base da FETRAF, ao mesmo tempo que elogiou a atuação da CUT em âmbitos estadual e nacional.

Esses dados da relação com outros agentes reforçam a importância das redes locais de cooperação para a vitalidade dos sindicatos, ao mesmo tempo que indicam fragilidades institucionais e políticas que limitam a atuação dessas entidades em vários territórios. Neste sentido, a boa atuação dos sindicatos locais, especialmente os mais frágeis, depende significativamente de manter boas relações e parcerias com outros agentes.

2.3.3. Trabalho de base, comunicação e dificuldades atuais

As formas de comunicação utilizadas unificam as experiências dos sindicatos da base da FETRAF. Como é possível observar na Figura 6, todos os 46 dirigentes entrevistados informaram que o sindicato utiliza redes sociais, particularmente as pertencentes ao grupo Meta (WhatsApp, Facebook e Instagram), para se comunicar interna (entre a diretoria e coletivos) e externamente (com os associados). A grande maioria (89%) utiliza também programas e/ou inserções de rádio, sendo que ao menos dois sindicatos deixaram de utilizar essa ferramenta devido aos custos financeiros, um que dispõe apenas de um espaço cedido no programa da prefeitura municipal, e alguns têm inserções divididas com outros sindicatos da região. Além disso, 15 lideranças (32,6%) destacaram o contato presencial, através do atendimento em balcão, conversas nas comunidades e em atividades no município; e 28% mencionaram também o uso do telefone fixo do sindicato como forma de comunicação. Por fim, houve menções à utilização de inserções em jornais impressos (2), e-mail (1) e panfletos (1).

Figura 6 – Formas de comunicação utilizadas pelo sindicato, segundo relato dos seus coordenadores



Fonte: elaboração própria.

A questão financeira está diretamente ligada às condições de trabalho nos sindicatos. Aqueles que dispõem de funcionários contratados para o atendimento de balcão e dirigentes liberados tendem a efetivar com maior êxito a atuação híbrida de prestação de serviços e atuação política. Com isso, conseguem atender melhor seus associados, tornando-se mais atrativos para que eles se mantenham em dia e procurem o sindicato. Por outro lado, os sindicatos com maior fragilidade financeira precisam reduzir o atendimento ao público e dependem fortemente da dedicação pessoal dos dirigentes, que nem sempre conseguem conciliar a atuação sindical com o trabalho em suas propriedades. Essa limitação torna-se evidente quando se analisa como as demandas chegam aos sindicatos: quase a totalidade das lideranças entrevistadas informou que o atendimento de balcão presencial ainda é a principal forma de contato com a base.

Ainda no campo das condições de trabalho, ao menos dois sindicatos mencionaram dificuldades de ordem política, como o afastamento de

agricultores que associam o sindicato a um posicionamento ideológico de esquerda, especialmente após o golpe parlamentar de 2016 (Lazzaretti, 2024). No entanto, uma das maiores dificuldades identificadas diz respeito ao trabalho de base – considerado um dos pilares da atuação sindical da FETRAF. Questionados sobre a realização de reuniões comunitárias e atividades periódicas com as bases, apenas 8 dos 46 dirigentes entrevistados relataram realizá-las de forma contínua, incluindo práticas como assembleias, filós, cafés com atividades formativas, festas de aposentados, visitas com apoio técnico e, em um caso, a realização do Mutirão da Agricultura Familiar – ação historicamente relevante na mobilização sindical e na construção de pautas junto ao poder público (Lazzaretti; Piccolotto, 2024).

Observa-se que apenas cerca de dez sindicatos mantêm atividades regulares nas comunidades, entre eles: as sedes do Sutraf Alto Uruguai de Itatiba do Sul, Getúlio Vargas, Erval Grande, Marcelino Ramos, Erechim e Aratiba; os SINTRAF Tenente Portela e de Tiradentes do Sul, na região Celeiro; SINTRAF Ipê, na Serra; e o STR de Mostardas, no litoral. Nos demais, identificam-se situações de precarização ou suspensão dessas práticas, muitas vezes atribuídas à dificuldade de mobilização dos agricultores, à falta de estrutura, à ausência de lideranças e ao esvaziamento das comunidades rurais. Em alguns casos, dirigentes afirmam que “não se faz mais trabalho de base” ou que “ninguém quer se estressar com sindicato”, revelando um cenário preocupante de desmobilização.

Entre os principais fatores que explicam esse processo estão os efeitos da pandemia de Covid-19 (que interrompeu as reuniões presenciais), a escassez de recursos para combustível e transporte, a sobrecarga de tarefas nas propriedades, o envelhecimento da base social e o avanço ideológico do agronegócio. A retomada das atividades após a pandemia mostrou-se limitada e, em certos municípios, a dificuldade de mobilização é tamanha que os sindicatos não conseguem compor uma direção executiva completa, ou precisam reconduzir dirigentes antigos por falta de novos interessados. Diante desse contexto, ao menos 12 dirigentes (37%) relataram a adoção de visitas pontuais às famílias como estratégia alternativa para manter algum grau de articulação com os associados, o que estaria apresentando melhores resultados do que a tentativa de realizar reuniões comunitárias formais.

Embora algumas ferramentas digitais, como o WhatsApp e os programas de rádio, tenham ampliado o alcance da comunicação, elas não substituem o caráter mobilizador e formativo das reuniões presenciais, fundamentais para a construção de vínculos coletivos e da consciência de classe. Assim, o cenário geral revela um enfraquecimento do trabalho de base e da mobilização sindical, que se relaciona não apenas com limitações operacionais, mas também com transformações mais profundas no perfil da agricultura familiar e nas formas contemporâneas de engajamento político no meio rural.

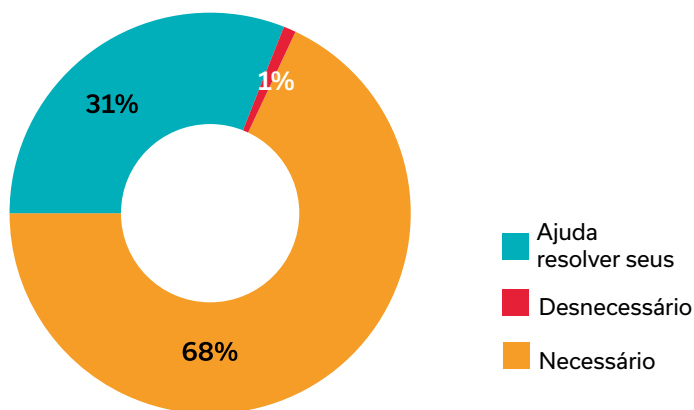
Alguns sindicatos têm particularidades. O STR de Mostardas, por exemplo, difere da maioria dos sindicatos da FETRAF-RS, representando assalariados rurais, pescadores e agricultores familiares, sobretudo quilombolas, enquanto a trajetória da Federação e a presença da maioria dos sindicatos indica um maior enraizamento nas regiões de descendência italiana e alemã. No entanto, as diferenças não se limitam à base representada. A maioria dos sindicatos indicou como forma de comunicação com os associados o uso de redes sociais e de programas de rádio. No caso do STR de Mostardas, além das redes sociais, são utilizadas a visita nas comunidades e a elaboração de “mosquitinhos” (panfletos) para convocação de assembleias, por exemplo, pois, segundo a liderança, muitos agricultores de sua base não possuem telefone ou WhatsApp. O dirigente informou ainda que o STR deixou de realizar o programa de rádio porque o preço se tornou inviável. Além disso, o STR de Mostardas mantém também um ponto de cultura e memória, com produções audiovisuais próprias, elaboração de jornal do sindicato, uma Cooperativa dos Povos Tradicionais de Mostardas (Cooptram), na qual para ser sócio é preciso associar-se também ao sindicato, além de uma feira para comercialização de produção orgânica.

Como se percebe, existem dificuldades para manter o trabalho de base ativo e abrangente. As redes sociais e os programas de rádio são muito utilizados para realizar a comunicação com as bases. Mas o contato direto com as lideranças e funcionários dos sindicatos continua sendo a principal forma de os associados expressarem as suas demandas. Portanto, os sindicatos precisam manter espaços de atendimento e diálogo presencial e virtual.

2.4. Percepção das famílias agricultoras sobre os sindicatos

O questionário aplicado a 662 famílias agricultoras buscou compreender a percepção destas em relação ao sindicato e sua atuação. Para isso, foram feitas perguntas sobre como veem o sindicato, tempo de associação e se conhecem as lideranças sindicais. Também foram analisados os principais temas em que, segundo os agricultores, o sindicato deve atuar, bem como sua avaliação sobre a atuação da entidade. Além disso, foram coletadas informações sobre os serviços do sindicato mais utilizados, a quem os agricultores recorrem quando enfrentam problemas, o nível de conhecimento dos agricultores sobre os serviços oferecidos pelo sindicato aos associados, permitindo uma análise ampla sobre o papel da instituição no meio rural.

Figura 7 – Como a família vê o sindicato



Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo.

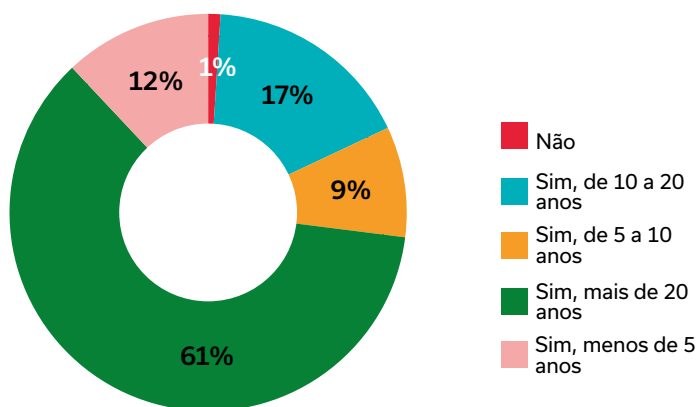
Um dos primeiros aspectos observados diz respeito à forma como os agricultores e suas famílias percebem o sindicato (Figura 7). A maioria expressiva dos entrevistados – 68% – considera a entidade necessária, e outros 31% reconhecem que o sindicato ajuda diretamente na resolução de seus problemas. Essa percepção positiva contrasta com um percentual mínimo de 1% que o considera desnecessário, reforçando o entendimento

de que a presença sindical é vista como fundamental para a vida no campo. Este dado inicial aponta para a relevância do sindicato não apenas como uma estrutura burocrática, mas como um agente ativo na vida cotidiana da agricultura familiar.

A relação duradoura entre os agricultores e os sindicatos é confirmada pelos dados referentes à filiação (Figura 8). Um total de 61% dos entrevistados afirma estar associado à entidade há mais de duas décadas, e outros 17% estão filiados entre 10 e 20 anos, evidenciando vínculos históricos consolidados e certa fidelidade. Ainda que 12% tenham aderido há menos de cinco anos e 9% estejam entre cinco e dez anos, os números indicam que a grande maioria mantém laços antigos com o sindicato. Apenas 1% da amostra entrevistada declarou não ser filiado.

Esses resultados retratam alto grau de pertencimento e fidelidade aos sindicatos, mantendo relações antigas e consolidadas entre as famílias associadas e os seus órgãos de representação de classe. No entanto, também mostra certa dificuldade de renovação e ampliação das bases: os mais jovens estão se filiando pouco aos sindicatos.

Figura 8 – Filiação ao sindicato e tempo de filiação

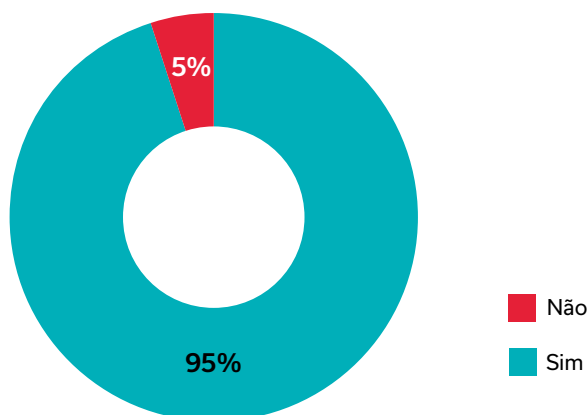


Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo.

Outro fator de destaque é o conhecimento dos agricultores sobre as lideranças sindicais (Figura 9). A ampla maioria, correspondente a 95% dos entrevistados, afirmou conhecer os responsáveis pela direção do sindicato,

o que fortalece a ideia de proximidade e acesso à liderança. A proporção residual de 5%, que indicou não conhecer os dirigentes, aponta para possíveis desafios de comunicação ou distanciamento entre alguns agricultores e a representação institucional. No entanto, o dado geral sugere que, de forma predominante, os sindicatos mantêm canais ativos de diálogo com seus associados.

Figura 9 – Associado conhece as lideranças sindicais



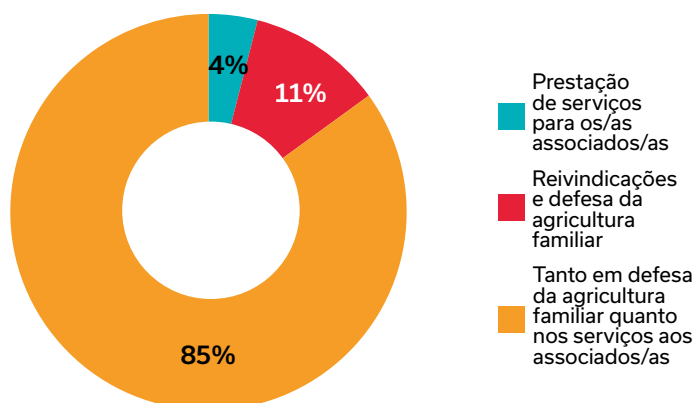
Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo.

Em relação ao papel que o sindicato deve desempenhar, os agricultores demonstraram uma compreensão abrangente das funções da entidade. Para 85% dos entrevistados, conforme a Figura 10, a atuação sindical deve abarcar tanto fazer reivindicações e a defesa da agricultura familiar quanto a prestação de serviços aos associados. Outros 11% entendem que a prioridade deve ser a representação política da categoria, enquanto 4% acreditam que o foco deve estar voltado exclusivamente para os serviços.

A defesa de uma atuação híbrida (atuação política e prestação de serviços), indicada pela grande maioria, sugere que os agricultores identificam o sindicato como um agente multifuncional: um espaço de organização das lutas, mas também uma estrutura de apoio técnico e administrativo. Essa percepção não é nova, mas acompanha a história do sindicalismo cutista da agricultura familiar, pois, como relatam lideranças da década de 1980,

foi preciso ajustar a proposta de rompimento radical com o sindicalismo oficial da época, com a demanda persistente dos agricultores familiares por serviços – principalmente previdenciários e de saúde. Isso resultou na adoção de uma estrutura híbrida, que combinava os momentos de luta com o atendimento de balcão (Schmitt, 1996). Para realizar esse duplo papel, são necessárias capacidades diferenciadas do corpo de dirigentes e de funcionários: alguns com habilidades políticas, organizativas da categoria; e outros habilitados para a prestação de serviços requeridos pelos associados.

Figura 10 – Prioridades de atuação do sindicato

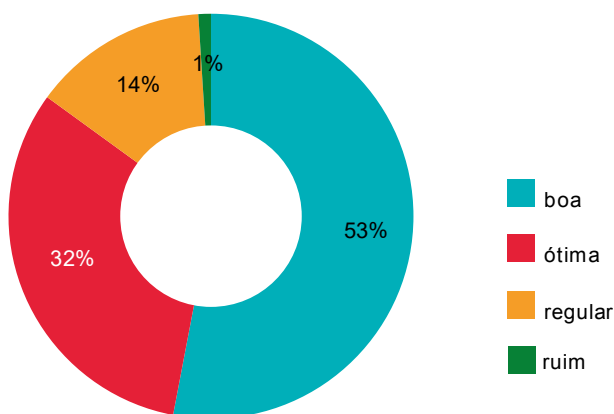


Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo.

A avaliação das famílias sobre o desempenho do sindicato foi majoritariamente positiva, segundo Figura 11. De forma geral, o percentual de 53% classificou a sua atuação como boa e 32% como ótima, revelando um elevado grau de aprovação: 85% de bom/ótimo. Ainda que 14% tenham apontado uma atuação regular e apenas 1% a tenham considerado ruim, a avaliação geral acompanha a tendência de reconhecimento da importância da entidade. No entanto, essa avaliação amplamente positiva precisa ser olhada com cuidado, pois praticamente todos os entrevistados eram filiados aos sindicatos. Como apontamos anteriormente, a grande maioria dos associados estão no sindicato há bastante tempo, têm fidelidade com a entidade, portanto, a avaliam bem. Podemos supor que os que a avaliam

mal podem ter saído, se afastado, deixaram de pagar anuidades. Estes não foram entrevistados, mas se se afastaram provavelmente é por não considerarem o sindicato importante para eles, por discordâncias ou por não se enquadrarem mais como agricultores familiares, pelos critérios legais.

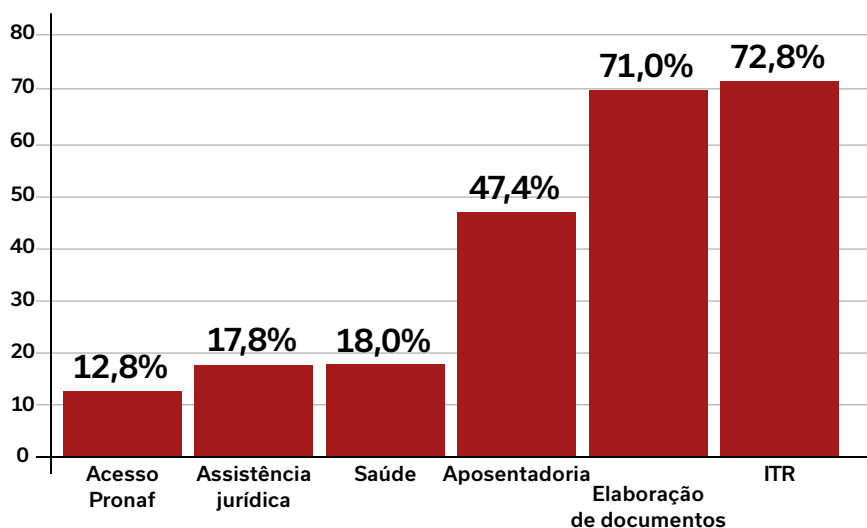
Figura 11 – Avaliação da atuação do sindicato



Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo.

Na dimensão dos serviços oferecidos efetivamente utilizados pelos agricultores, percebe-se uma clara valorização do sindicato como prestador de apoio técnico e documental. Pelos dados da Figura 12, a emissão de documentos e o apoio das obrigações legais se destacam entre os serviços mais acessados, sendo utilizados por 71% dos entrevistados, ao lado do serviço de ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural), com 72,8%. Outras áreas como aposentadoria (47,4%), acesso ao Pronaf (12,8%), assistência jurídica (17,8%) e saúde (18%) também se mostram relevantes.

Figura 12 – Serviços prestados pelo sindicato que a família agricultora usa

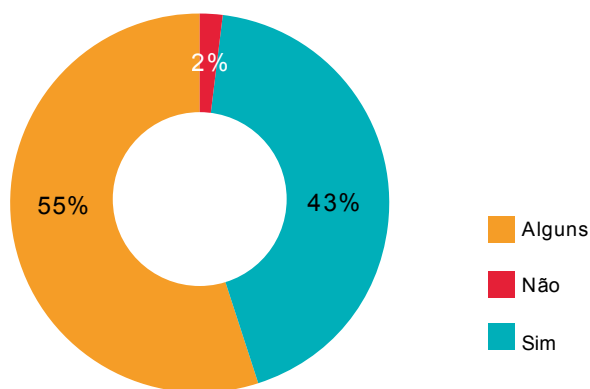


Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo.

No entanto, apesar de valorizarem muito os serviços prestados pelo sindicato, é interessante observar que menos da metade dos entrevistados diz ter conhecimento sobre todos os serviços sindicais disponíveis. Apenas 43% dos agricultores ouvidos declararam conhecer bem as atividades oferecidas pela entidade (Figura 13). Por outro lado, 55% deles afirmaram conhecer apenas parte dos serviços, enquanto 2% disseram não ter conhecimento algum.

Os dados apresentados chamam a atenção, pois a maior parte dos associados em dia afirmam não ter conhecimento sobre todos os serviços oferecidos pelos sindicatos, apesar de valorizarem bastante o que é oferecido de serviços pela entidade. Isso pode significar que a comunicação dos sindicatos com as suas bases esteja falhando nesse aspecto. Porém, por outro lado, pode significar que a oferta de muitos serviços não é condição determinante para a confiança no sindicato, especialmente dentro de um de agricultores que são sócios há bastante tempo. É possível ponderar que, no caso dos que conhecem alguns dos serviços, tal conhecimento se dá porque ele próprio ou pessoas conhecidas recorrem a determinados serviços, enquanto outros não são memorizados ou conhecidos porque não são utilizados.

Figura 13 – Conhecimento dos serviços prestados pelo sindicato aos associados

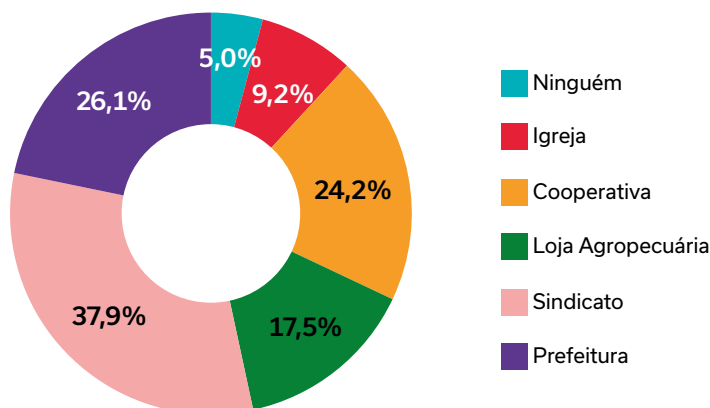


Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo.

Quando questionados sobre a quem recorrem em situações de dificuldade, 37,9% dos agricultores indicaram o sindicato como principal canal de apoio, conforme Figura 14. Em seguida, aparecem as prefeituras (26,1%), as cooperativas (24,2%), as lojas agropecuárias (17,5%), a igreja (9,2%) e, por fim, 5% responderam que não recorrem a ninguém.

Essa configuração reafirma a centralidade da referência no sindicato como principal agente a ser buscado em horas de necessidade pelas famílias agricultoras sindicalizadas – trata-se de importante referência das famílias agricultoras; mas, também, evidencia que outros agentes locais são muito acionados para ajudar, como a prefeitura, a loja agropecuária, a cooperativa e a igreja. O sindicato enfrenta forte concorrência de outros agentes locais como referência política e assistencial das famílias agricultoras.

Figura 14 – Ajuda externa em horas de necessidade



Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo.

2.5. Considerações finais

O sindicalismo da agricultura familiar da FETRAF, apesar de ter uma história longa, só concretizou uma organização estadual há cerca de dez anos. Neste período mais recente, tem enfrentado um cenário difícil de atuação, seja por dificuldades de relação com os governos, redução de políticas públicas para o seu público, seja por disputas com outros agentes nas suas áreas de atuação. Essas dificuldades se refletem na redução significativa de seus filiados em dia. Mas, também, o sindicalismo tem apresentado certa resiliência, capacidade de resistir às dificuldades e de se reorganizar. A grande maioria dos filiados avalia bem a atuação dos seus sindicatos e lideranças, busca o sindicato em momentos de necessidade, valoriza a representação classista e os serviços realizados pelos sindicatos.

A FETRAF-RS tem maior presença de seus sindicatos em algumas macrorregiões do Rio Grande do Sul (Norte, Missioneira, Serra e Sul) do que em outras (Vales, Metropolitana e Centro-Oeste), em que é pouco presente ou completamente ausente. Mantém as suas regiões de atuação desde décadas atrás, o que mostra sua estabilidade de bases, mas não tem se expandido. Alguns de seus sindicatos regionais são fortes e robustos, têm boa capacidade de ação política e recursos, mas outros são mais frágeis,

têm pouca capacidade de realizar ações por conta própria e dependem de apoio de outros agentes locais e do sistema FETRAF/CONTRAF/CUT.

O formato dos sindicatos de base da FETRAF-RS é bem variado, demonstrando boa capacidade de acolher formas de auto-organização de base, diversidade das suas formas de organização e de base. Conta com sindicatos municipais e regionais da agricultura familiar, uma associação sindical e sindicatos ecléticos de trabalhadores rurais. Mas, por outro lado, essa grande diversidade também pulveriza as formas de organização, criando certa flexibilidade e dispersão das bases. O desafio é conseguir dar unidade a essa diversidade e criar políticas comuns.

Além da diversidade organizativa, o estudo mostrou que as experiências locais têm se mostrado determinantes para a vitalidade sindical. Em contextos nos quais há lideranças ativas, inserção em redes locais e articulação com outros atores – como igrejas, cooperativas, prefeituras e entidades de assessoria técnica –, os sindicatos demonstram maior capacidade de mobilização, prestação de serviços e sustentação financeira.

Outro aspecto que se impõe como desafio estratégico é a maior participação de mulheres e, especialmente, da juventude. A luta das mulheres agricultoras é antiga por maior participação nas direções, e elas já obtiveram alguns avanços importantes. No caso dos jovens, embora haja algumas experiências exitosas de sua inclusão nas direções sindicais, o geral é marcado por dificuldades na sucessão de lideranças e por distanciamento das novas gerações em relação à cultura sindical. O desinteresse apontado por dirigentes, somado à influência ideológica do agronegócio e à ausência de políticas públicas eficazes de permanência no campo, compromete a continuidade organizativa no médio prazo. Investir em formação política, em espaços de escuta e protagonismo juvenil, bem como em tecnologias comunicativas adequadas aos jovens, aparece como uma necessidade urgente.

Os sindicatos ainda se constituem como referência importante para boa parte das famílias agricultoras, especialmente aquelas com vínculos históricos com a entidade. A prestação de serviços permanece como um eixo central da relação entre base e sindicato, mas não deve ser compreendida como suficiente. A reconstrução de um projeto político mais amplo, que combine defesa de direitos, organização da produção e

representação institucional, será fundamental para que o sindicalismo da agricultura familiar recupere sua centralidade em tempos de disputas acirradas no campo.

Referências

BAGNARA, A. A. *Enquadramentos Interpretativos da FETRAF e as mudanças da atuação sindical na relação com Estado, Políticas Públicas e Base Social*. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

BARROS, D. *O que é identitarismo?* São Paulo: Boitempo, 2025.

FETRAF-SUL. *Resoluções do I Congresso Sindical da Agricultura Familiar*. Chapecó: FETRAF, 2001.

IBGE. *PNAD-Contínua: características adicionais do mercado de trabalho 2023*. Rio de Janeiro, 2024.

LAZZARETTI, M. “*Venha para o sindicato*” ou “*reze para chover*”: o sindicalismo da agricultura familiar no período recente – análise da atuação da FETRAF-RS entre 2016 a 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024.

LAZZARETTI, M. *Renovação Sindical: surgimento e atuação da oposição cutista no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina/RS na década de 1980*. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

LAZZARETTI, M.; PICCOLOTTO, E. L. Sindicalismo da Agricultura Familiar e Estado: a atuação da FETRAF-Sul frente aos governos liderados pelo PT (2003-2016). *Textos e Debates*, [S. I.], v. 30, n. 02, p. e8254, 2024.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, L. S. Atores, conflitos e políticas públicas para o campo no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, p. 1-16, 2021.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. *Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES)*. Brasília, 2025.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C.; PICOLOTTO, E. L.; SOLDERA, D. Narrative disputes over family-farming public policies in Brazil: conservative attacks and restricted countermovements. *Latin American Research Review*, Austin, Texas, v. 54, p. 707-720, 2019.

PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, V. (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PICOLOTTO, E. L. *A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura: as mãos que alimentam a nação*. Curitiba: Appris, 2022.

PICOLOTTO, E. L. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. *Lua Nova*, São Paulo, v. 104, p. 201-238, 2018.

SCHMITT, C. J. A CUT dos colonos: história da construção de um novo sindicalismo no Campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Zander (org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

SEVERO, M. A classe média rural brasileira e o agronegócio: cooptação e hegemonia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 120, p. 123-166, set. 2023.

3. A dinâmica produtiva e comercial dos agricultores familiares vinculados à FETRAF-RS

Zenicleia Angelita Deggerone¹

Felipe Toniolo²

Claudia Job Schmitt³

Luiz Carlos Scapinelli⁴

3.1. Introdução

A produção de alimentos tem enfrentado um cenário complexo e incerto, tensionado por vários fatores interdependentes. As mudanças climáticas, com seus eventos extremos cada vez mais frequentes e intensos, impõem desafios à estabilidade das colheitas e à previsibilidade agrícola (Marengo *et al.*, 2024; IPCC, 2023). Somam-se a isso os conflitos territoriais, como o observado no leste europeu, que tem afetado as cadeias de suprimentos e pressionado os preços dos insumos agropecuários e das *commodities* agrícolas (Marinho *et al.*, 2023; Possamai; Serigati, 2022).

Esses eventos comprometem a previsibilidade agrícola, a segurança alimentar e a viabilidade econômica das unidades de produção familiares. Contudo, essa conjuntura adversa não se restringe ao campo produtivo: reverbera na dinâmica comercial dos alimentos. A volatilidade nos mercados internacionais, as interrupções logísticas e as flutuações cambiais (Zanel-la; Leismann, 2017), dentre outros fatores, criam um ambiente comercial desafiador para a agricultura familiar.

1 Doutora em Desenvolvimento Rural. Professora na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – Unidade Universitária em Erechim. Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS). E-mail: zenicleia-deggerone@uergs.edu.br.

2 Mestre em Desenvolvimento Rural. Secretário de Formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul. E-mail: felipe1997toniollo@gmail.com.

3 Doutora em Sociologia pela UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: claudia.js21@gmail.com.

4 Agricultor familiar, secretário-geral da FETRAF-RS. E-mail: bilu13ipe@gmail.com.

Nesse contexto, os agricultores familiares são cada vez mais condicionados por processos de especialização produtiva em torno de cadeias agroalimentares (Deggerone, 2021; Schultz *et al.*, 2024). Isso tem acontecido, diante da pressão por competitividade e da necessidade de adaptação, quando muitos agricultores familiares se veem diante da escolha entre diversificar suas atividades como forma de mitigar riscos (ambientais ou econômicos) ou especializar-se em um nicho agroalimentar específico para otimizar recursos produtivos.

Em um contexto de acentuada reconfiguração produtiva e diante dos dilemas vivenciados pelos agricultores familiares, a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS) passou a atuar estrategicamente a partir de 2021 na defesa dessa categoria social. Tal orientação foi motivada, em grande medida, pelo declínio do contingente de agricultores familiares e pela progressiva consolidação de um modelo produtivo hegemônico, o qual exerce pressão sobre os modos de vida e os sistemas de produção agroalimentares.

A FETRAF-RS foi constituída em 2014 e representou a formalização e a consolidação de uma organização política dos atores sociais da agricultura familiar em âmbito estadual, articulando-se às estruturas organizacionais preexistentes nacionalmente (CONTRAF Brasil). A atuação da federação em âmbito estadual tem se concentrado em três frentes: representação e defesa dos interesses dos agricultores familiares perante as instâncias estatais e da sociedade civil; consolidação da identidade dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar como categoria socioeconômica estratégica e de fundamental relevância para o tecido social; e, por fim, na formulação e implementação de um novo projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para a agricultura familiar (FETRAF-RS, 2025).

Considerando a trajetória e o papel da FETRAF-RS na organização e defesa da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, torna-se pertinente aprofundar a compreensão sobre como os agricultores vinculados a essa federação desenvolvem suas atividades produtivas e suas formas de inserção nos mercados. Desse modo, o presente capítulo tem como objetivo principal apresentar um panorama da produção agroalimentar e das estratégias de comercialização adotadas pelos agricultores familiares associados aos

sindicatos municipais vinculados à Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS).

Este capítulo de livro está organizado em três seções para apresentar os elementos centrais do estudo: a primeira seção contextualiza o tema; a segunda seção apresenta a conjuntura produtiva e a dinâmica comercial das unidades de produção familiares (UPFs); a terceira seção apresenta as considerações e as recomendações estratégicas para a atuação da FETRAF-RS.

3.2. Dinâmica produtiva e comercial dos agricultores familiares

No Rio Grande do Sul, os agricultores familiares têm, em grande medida, acompanhado a dinâmica produtiva e comercial hegemônica que está associada à produção de grãos, como soja, milho e trigo, e as cadeias de proteína animal, como a produção de aves, leite, suínos e bovinos de corte (Feix *et al.*, 2022). Essa tendência produtiva tem influenciado desde as estratégias e operações de unidades de produção familiares, que buscam se inserir e adaptar a esses mercados, até as grandes unidades produtivas que lideram e intensificam a produção dessas cadeias agroalimentares.

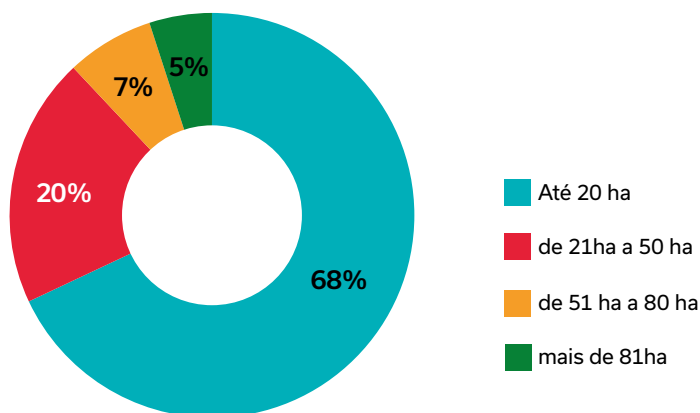
Em contrapartida a esta dinâmica comercial, é importante reconhecer a existência de contramovimentos (Polanyi, 2012) que estão sendo criados pelos agricultores familiares. Esses movimentos de contestação se manifestam por meio de dinâmicas produtivas alternativas, com especial ênfase na produção de olerícolas, no desenvolvimento e na consolidação de agroindústrias familiares que agregam valor localmente, e na expansão da fruticultura. Essas iniciativas representam uma busca por diversificação produtiva (Esau; Deponti, 2020; Sambuichi *et al.*, 2021), maior autonomia (Deggerone, 2021; Schneider, 2016) e acesso a novos tipos de mercados (Schneider, 2016).

Considerando o exposto, as próximas subseções deste capítulo buscam apresentar e analisar a dinâmica produtiva e comercial que caracteriza os agricultores familiares. A descrição envolverá a apresentação das características socioprodutivas das famílias pertencentes à base de atuação da FETRAF-RS, a dinâmica comercial praticada e os desafios envolvendo a transição para um novo modelo produtivo e a comercialização agroalimentar.

3.2.1. Características socioprodutivas das Unidades de Produção Familiares (UPFs)

A análise das características produtivas dos agricultores familiares buscou identificar a área total manejada pelas famílias. A Figura 1 apresenta a distribuição da área produtiva em hectares (ha), visando compreender a estrutura agrária predominante.

Figura 1 – Área total das UPFs



Fonte: banco de dados da FETRAF-RS (2024).

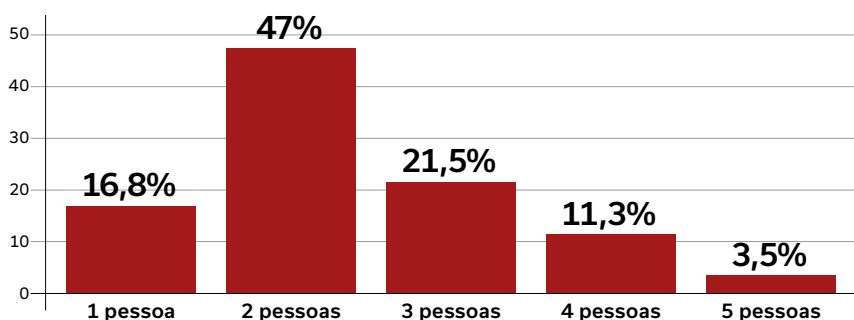
Os dados revelam uma concentração expressiva de agricultores familiares que possuem unidades de produção com uma extensão territorial de até 20 hectares (ha), o correspondente a 68% das famílias pesquisadas. Seguindo a distribuição, 20% das famílias trabalham com áreas que se situam entre 21 e 50 hectares; apenas 7% das famílias manejam áreas entre 51 e 80 hectares; enquanto o menor percentual, 5%, corresponde àquelas que possuem mais de 81 hectares.

Ao comparar esses resultados com os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, observa-se uma progressiva redução na proporção de pequenas unidades de produção no cenário geral (caindo de 65% para 52% na faixa de até 20 hectares) (IBGE, 2018). Essa diminuição no nacional sinaliza um alerta sobre a retração do número de agricultores familiares, o que se reflete também na base de atuação da FETRAF. Embora a FETRAF tenha atuado diretamente com agricultores familiares que possuem unidades

produtivas de pequeno porte, é necessário que a organização sindical haja estrategicamente para representar essa categoria, que, apesar das pressões de mercado e das transformações estruturais do setor, continua a operar em menor escala territorial, preservando assim identidade, modo de vida e de produção distintos.

Além da dimensão territorial, a caracterização da força de trabalho é muito importante para delinear o perfil das unidades de produção familiares. A Figura 2 ilustra o número de pessoas que se dedicam em tempo integral às atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades rurais.

Figura 2 – Número de pessoas que trabalham em tempo integral nas UPFs



Fonte: banco de dados da FETRAF-RS (2024).

As informações expõem que a configuração mais comum, abrangendo 47% das unidades de produção, é aquela que conta com o trabalho integral de duas pessoas. Esse percentual sugere que o núcleo familiar, frequentemente composto por um casal, constitui a base da mão de obra na maioria dos estabelecimentos.

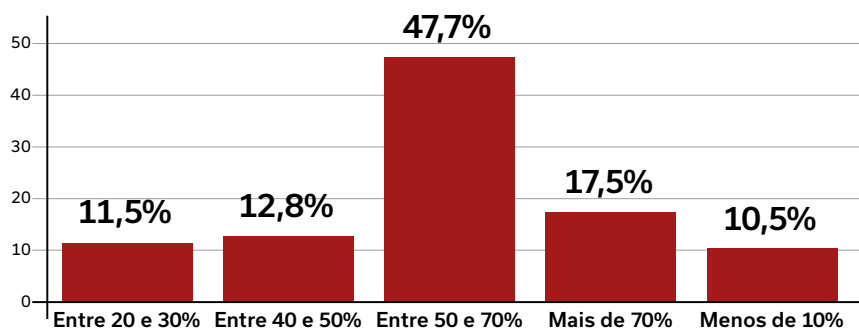
Em seguida, 21,5% das unidades de produção familiares possuem a atuação de três pessoas em tempo integral, o que indica a participação de filhos ou outros membros da família nas atividades produtivas. Verifica-se também que em 16,8% das unidades produtivas atua uma única pessoa em tempo integral. Ainda, 11,3% das unidades produtivas contam com quatro pessoas e somente 3,5% das UPFs possuem cinco pessoas atuando integralmente.

Tal panorama da mão de obra familiar em tempo integral é típico da agricultura familiar, em que o trabalho é majoritariamente executado

pelos próprios membros da família. A quantidade de mão de obra disponível em tempo integral influencia diretamente a capacidade de expansão das atividades, a diversificação da produção, a gestão do tempo e a eventual necessidade de contratação de trabalho temporário ou de terceirização de serviços.

Um aspecto distintivo e fundamental da agricultura familiar é a sua capacidade de produzir alimentos para o próprio sustento, contribuindo diretamente para a segurança alimentar e nutricional da família. A Figura 3 detalha a porcentagem de alimentos que são produzidos nas unidades de produção familiares (UPFs) e destinados ao consumo da própria família.

Figura 3 – Quantitativo de alimentos produzidos nas UPFs para o consumo familiar



Fonte: banco de dados da FETRAF-RS (2024).

Analisando os dados apresentados na Figura 3, observa-se que uma parcela expressiva das famílias se dedica a uma quantidade significativa de sua produção para o autoconsumo. A categoria predominante, com 47,7% das famílias, é aquela em que a produção para consumo próprio se situa entre 50% e 70% do total produzido nas UPFs.

Em seguida, 17,47% das famílias relatam que mais de 70% de sua produção são destinados ao consumo da família, indicando um alto grau de autoaprovisionamento e, possivelmente, uma menor dependência de mercados externos para a alimentação. Somando essas duas categorias,

verifica-se que aproximadamente 65% das famílias utilizam mais da metade do que produzem para o próprio consumo.

As faixas de menor percentual de autoconsumo também são representativas. Cerca de 12,79% das famílias destinam entre 40% e 50% de sua produção para o consumo interno, enquanto 11,54% situam-se na faixa de 20% a 30%. Por fim, 10,45% das famílias agricultoras produzem menos de 10% para o consumo da própria família, o que indica uma maior especialização na produção para venda e, conseqüentemente, uma maior inserção e dependência dos mercados para a aquisição de alimentos.

Esses dados ressaltam a importância da multifuncionalidade da agricultura familiar, que não se limita apenas à produção de excedentes para comercialização, mas desempenha um papel vital na garantia da alimentação (Grisa, 2007; Grisa *et al.*, 2020) e na reprodução social das famílias agricultoras. Ainda de acordo com Grisa (2007), a produção para o autoconsumo é um elemento integrante do modo de vida da agricultura familiar, sendo um instrumento potencial para o desenvolvimento rural local.

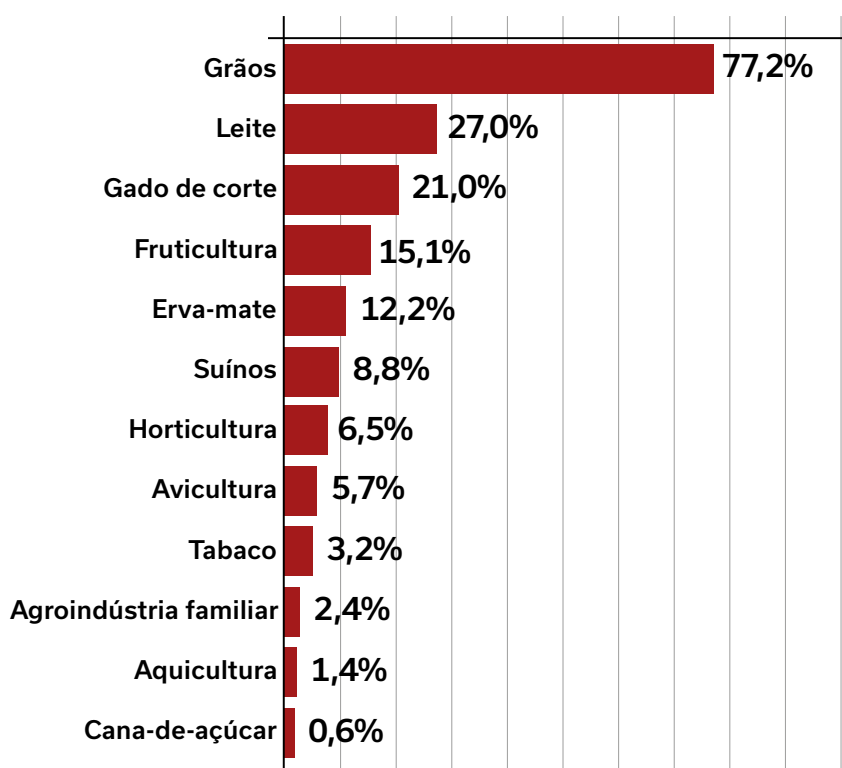
A análise da dinâmica operacional e econômica das unidades de produção familiares (UPFs) envolve considerar, para além da estrutura fundiária e do emprego da força de trabalho, as atividades produtivas concretamente implementadas e, de maneira destacada, sua importância relativa na formação da renda familiar. As Figuras 4 e 5 destinam-se a elucidar esses elementos, oferecendo uma visão das atividades agropecuárias predominantes entre os agricultores familiares pesquisados.

A Figura 4 demonstra a diversidade de atividades agropecuárias presentes nas UPFs, indicando a porcentagem de famílias que desenvolvem cada uma delas. Observa-se uma predominância acentuada da produção de grãos, atividade desenvolvida por 77,2% das famílias pesquisadas. Esse dado sugere que, independentemente de outras especializações, o cultivo de grãos é uma prática amplamente praticada entre os agricultores familiares pesquisados, possivelmente como parte de uma estratégia de rotação de culturas, alimentação animal ou mesmo para comercialização *in natura* dos produtos agroalimentares.

Em seguida, a produção de leite é a segunda atividade mais comum, presente em 27% das UPFs, seguida pela criação de gado de corte, com 21%. A fruticultura (15,1%) e a extração de erva-mate (12,2%) também aparecem

com destaque, indicando nichos de produção relevantes. As atividades associadas a produção de suínos (8,8%), horticultura (6,5%), avicultura (5,7%) e cultivo de tabaco (3,2%) são desenvolvidas por uma parcela menor, mas ainda significativa, entre as famílias pesquisadas. Com menor expressão em termos de número de famílias envolvidas, aparecem a agroindustrialização de alimentos por meio das agroindústrias familiares (2,4%), aquicultura (1,4%) e o cultivo de cana-de-açúcar (0,6%).

Figura 4– Principais atividades produtivas desenvolvidas nas UPFs⁵

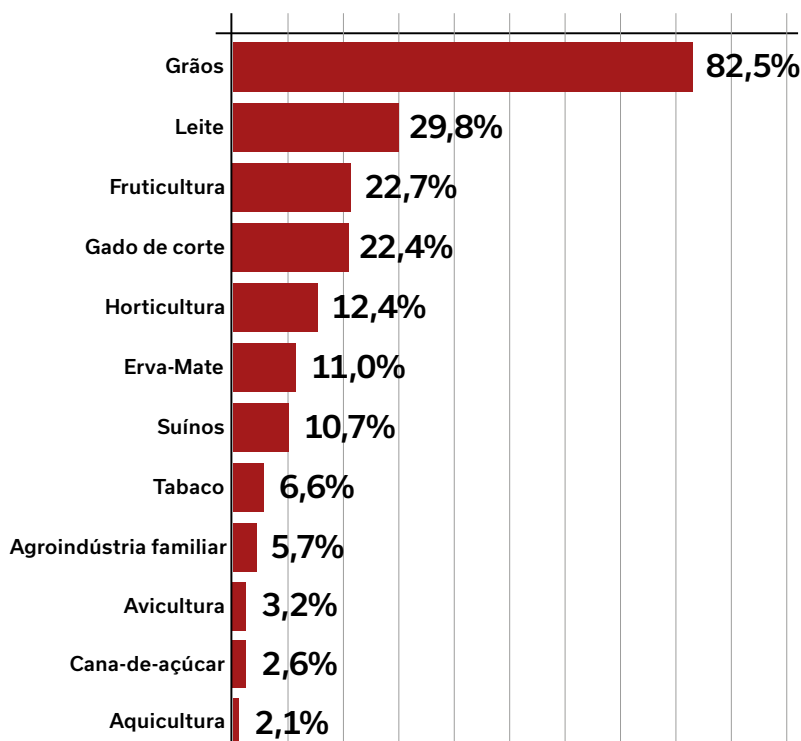


Fonte: banco de dados da FETRAF-RS (2024).

⁵ Essa questão permitia ao entrevistado selecionar mais de uma resposta, por isso a soma total das porcentagens resulta num valor acima de 100%.

Enquanto a Figura 4 revela as atividades produtivas desenvolvidas, a Figura 5 elucida quais delas são as principais fontes de renda para as famílias. Novamente, os grãos se destacam de forma ainda mais expressiva, sendo apontados como principal atividade na composição da renda por 82,5% das famílias.

Figura 5 – Principais atividades produtivas na composição da renda familiar⁶



Fonte: banco de dados da FETRAF-RS (2024).

⁶ Essa questão permitia ao entrevistado selecionar mais de uma resposta, por isso a soma total das porcentagens resulta num valor acima de 100%

A produção de leite também se confirma como uma importante fonte de renda, mencionada por 29,8% das famílias. Enfatiza-se também que a fruticultura (22,7%) e a criação de gado de corte (22,4%) apresentam percentuais significativos na composição da renda. A horticultura, embora desenvolvida por um percentual menor de famílias (6,5% na Figura 4), aparece como uma fonte de renda para 12,4% delas, indicando que, onde é praticada, possui um impacto econômico relevante.

Outras atividades como o cultivo de erva-mate (11,0%), suínos (10,7%), tabaco (6,6%) e agroindústria familiar (5,7%) também figuram como fontes de renda importantes para um grupo considerável de agricultores familiares. As demais atividades, como avicultura (3,2%), cana-de-açúcar (2,6%) e aquicultura (2,1%), embora presentes, são menos representativas na composição da renda da maioria das famílias.

A comparação entre as Figuras 4 e 5 permitem inferir sobre a especialização e a rentabilidade das atividades. A produção de grãos é amplamente desenvolvida e é a principal fonte de renda para a maioria das unidades produtivas; outras atividades como a horticultura, embora menos disseminada, mostram um peso relativamente maior na renda das famílias que desenvolvem essa atividade produtiva. Isso indica os diferentes níveis de inserção nos mercados, agregação de valor e especialização produtiva entre os agricultores familiares estudados. A diversidade de atividades (Sambuichi, *et al.*, 2014) que compõem a renda, mesmo que com pesos distintos, reflete estratégias de mitigação de riscos e de aproveitamento das potencialidades das UPFs (Ellis, 1998; Schneider, 2010).

Além das dimensões estruturais e das atividades produtivas predominantes, a compreensão da dinâmica das unidades de produção familiares (UPFs) passa pela análise das práticas agrícolas efetivamente empregadas no manejo dos agroecossistemas. A Tabela 1 detalha um conjunto de práticas agrícolas e o percentual de famílias que desenvolvem em suas unidades produtivas.

Tabela 1 – Práticas agrícolas desenvolvidas nas UPFs

Práticas agrícolas	Percentual
Preparo do solo com o uso de máquinas	84%
Adubação química convencional	84%
Aplicação de agrotóxicos	80%

Práticas agrícolas	Percentual
Aplicação de inseticidas e fungicidas (convencionais)	78%
Adubação Verde	55%
Adubação orgânica	45%
Uso de medicamentos veterinários	45%
Capina manual	36%
Silagem e armazenamento de forragens	33%
Utilização de biofertilizantes	20%
Manejo integrado de pragas (MIP)	19%
Produção de sementes próprias	13%
Irrigação	8%
Produção de mudas	8%
Aplicação de caldas	6%
Resgate e conservação de sementes crioulas	4%

Fonte: banco de dados da FETRAF-RS (2024).

A análise da Tabela 1 revela uma alta prevalência de práticas associadas ao modelo convencional de produção. O preparo do solo com o uso de máquinas e a adubação química convencional são adotados por 84% das famílias. Em patamares igualmente elevados, encontram-se a aplicação de agrotóxicos (80%) e a aplicação de inseticidas e fungicidas convencionais (78%). Esses dados indicam uma dependência considerável de insumos externos e de mecanização, características do pacote tecnológico difundido pela modernização agrícola (Sambuichi *et al.*, 2014). O uso de medicamentos veterinários, prática comum em 45% das UPFs, também se alinha a essa lógica de controle sanitário convencional na produção animal.

Paralelamente, evidencia-se a presença, ainda que em menor proporção em algumas unidades de produção, de práticas consideradas sustentáveis ou alinhadas com princípios agroecológicos. A adubação verde é praticada por 55% das famílias, e a adubação orgânica, em 45% das UPFs, indicando uma busca pela melhoria da fertilidade do solo por meio de métodos biológicos. A capina manual, embora trabalhosa, é utilizada por 36% dos agricultores familiares. A silagem e o armazenamento de forragens para a alimentação animal são realizados por 33% das UPFs.

A pesquisa também identificou algumas práticas de transição agroecológica que têm sido implementadas pelas famílias em suas unidades de produção familiares. A utilização de biofertilizantes é mencionada por 20% das famílias, e o manejo integrado de pragas (MIP), por 19% dos agricultores familiares pesquisados. A produção de sementes próprias, que confere maior autonomia aos agricultores, é uma prática para 13% das famílias, enquanto o resgate e a conservação de sementes crioulas, fundamentais para a agrobiodiversidade, são realizados por apenas 4%. A irrigação e a produção de mudas são adotadas por 8% das famílias cada, e a aplicação de caldas (alternativas aos insumos químicos), por 6% dos agricultores familiares.

O panorama traçado pela Tabela 1 sugere a coexistência de diferentes lógicas produtivas nas UPFs (Gasselin; Hostiou, 2020; Gasselin *et al.*, 2020). Se, por um lado, há uma forte presença de práticas convencionais, indicando a inserção dessas unidades em modelos tecnológicos hegemônicos, por outro, a adoção de práticas como adubação verde, orgânica e, em menor escala, biofertilizantes e MIP sinaliza uma abertura ou uma transição, ainda que parcial para muitas famílias, em direção a sistemas de produção com menor dependência de insumos químicos e maior valorização dos processos agroecológicos.

Os resultados confirmam a participação dos agricultores familiares adotando processos de especialização e de diversificação produtiva. Gasselin *et al.* (2020) destacam que a especialização das atividades produtivas foi implementada para estimular a produção em escala e aproveitar as infraestruturas de produção implementadas pelos agricultores familiares (Deggerone, 2021). Logo, a diversificação foi implantada em prol das vantagens da autonomia e da resiliência que propicia aos agricultores familiares. Pois, cada agricultor familiar implementa um repertório produtivo que atenda às condições de reprodução social da família, considerando a infraestrutura existente, o conhecimento prévio das atividades produtivas, a disponibilidade de mão de obra, as políticas públicas disponíveis e os fatores institucionais/culturais que acabam influenciando as decisões produtivas e mercadológicas (Deggerone, 2021).

A pesquisa também levantou o conjunto das principais preocupações dos agricultores quanto à produção, conforme pode ser observado na Figura 6.

Figura 6 – Principais preocupações quanto à organização da produção



Fonte: banco de dados da FETRAF-RS (2024).

A Figura revela três pontos centrais na preocupação dos agricultores: o custo elevado dos insumos agrícolas (65,7%), a vulnerabilidade a eventos climáticos extremos (59,5%) e o preço de vendas dos produtos (57,6%). Essas três preocupações centrais revelam a importância que fatores externos as UPFs ganharam na atualidade. Isso está atrelado a maior inserção dos agricultores ao modelo de produção hegemônico, que possui como características centrais o uso intensivo de insumos externos e a volatilidade dos preços no mercado globalizado.

As preocupações confirmam que os custos dos insumos não têm sido contrabalanceados pelos preços dos produtos, pressionando a renda obtida

pelas famílias (Abramovay; Favareto, 2025). Somada a isso, a vulnerabilidade aos eventos climáticos extremos revela a fragilidade dos sistemas produtivos mediante esses eventos que, agravados pelas mudanças climáticas, têm se tornado cada vez mais recorrentes e intensos.

O Rio Grande do Sul, de modo especial, entre os anos de 2020 e 2025, tem sofrido severas perdas produtivas em decorrência de estiagens, vendavais, chuvas de granizo e precipitações intensas. Esses eventos pressionam ainda mais a renda dos agricultores e, em muitos casos, comprometem a margem de lucro, já afetada pelos elevados custos dos insumos.

As três preocupações mencionadas dialogam diretamente com outras, como a necessidade de agregar mais valor aos produtos (17,8%), a excessiva dependência em relação a determinados produtos (9,7%), a redução da renda da família nos últimos dois anos (7,6%), a preocupação acerca dos riscos do uso de agrotóxicos (13,6%). As preocupações estão fortemente relacionadas ao econômico, mas também apontam vulnerabilidades ambientais e sociais.

Destacam-se também preocupações relacionadas à mão de obra, como o número de pessoas da família que se dedicam ao trabalho agrícola (20,5%), a ausência de filhos interessados em continuar na unidade de produção (16,2%) e a dificuldade de encontrar trabalhadores externos (9,1%). Tais preocupações expressam o êxodo rural e o cenário das famílias, que, como apontado na Figura 2, é de baixa mão de obra – 64% das famílias possuem entre uma e duas pessoas trabalhando integralmente na UPF.

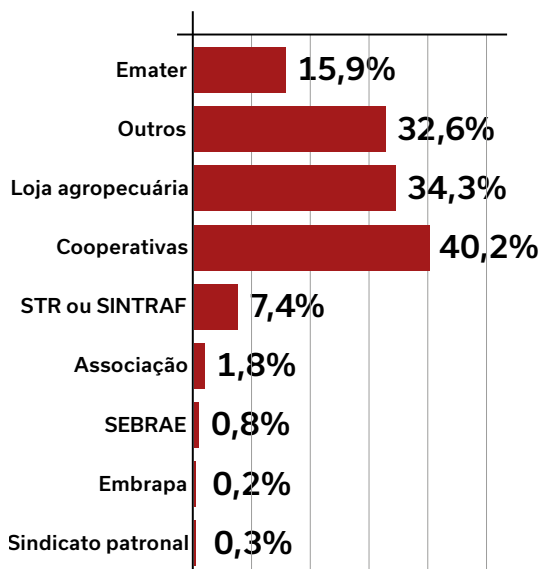
Percebe-se que também há preocupação acerca do acesso a máquinas e equipamentos agrícolas (13,4%), acesso à terra (8,5%) e a linhas de financiamentos (5,6%). É possível afirmar que, embora sejam relevantes, esses temas não estão na centralidade das preocupações, o que pode ser explicado pelas políticas públicas.

Outro fator relevante evidenciado pela pesquisa refere-se ao acesso ao serviço de assessoria técnica. De acordo com os dados, 70% dos entrevistados afirmam contar com algum tipo de assessoria, enquanto 30% declaram não possuir esse acompanhamento. Entre as famílias que recebem assessoria técnica, conforme apresentado na Figura 7, 40,2% indicam ser atendidas por cooperativas, e 34,3%, por lojas agropecuárias.

A Figura também evidencia a baixa participação da assistência técnica pública no acompanhamento das famílias. Apenas 15,9% dos entrevistados

afirmam receber assistência da Emater; 0,8%, do Sebrae; 0,2%, da Embrapa. Já associações, sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), SINTRAFs e sindicato patronal, somados, representam 9,5% dos atendimentos.

Figura 7 – Tipo de assessoria técnica⁷



Fonte: banco de dados da FETRAF-RS (2024).

Este levantamento evidencia a elevada proporção de famílias que não dispõem de assessoria técnica, bem como a dependência da assistência oferecida por cooperativas e lojas agropecuárias, frequentemente alinhadas ao modelo hegemônico de produção, caracterizado pela especialização e pelo uso intensivo de insumos agrícolas.

3.2.2. Dinâmica comercial dos agricultores familiares

A inserção dos agricultores familiares nos mercados é um componente essencial para a sua sustentabilidade econômica e depende intrinsecamente

⁷ Essa questão permitia ao entrevistado selecionar mais de uma resposta, por isso a soma total das porcentagens resulta num valor acima de 100%

dos canais de comercialização que conseguem acessar. A Figura 8 oferece um panorama dos principais canais utilizados pelas unidades de produção familiares (UPFs) para escoar a produção agroalimentar.

Figura 8 – Principais canais de comercialização acessados⁸



Fonte: banco de dados da FETRAF-RS (2024).

A análise da Figura 8 evidencia que os agricultores familiares utilizam uma diversidade de canais para comercializar seus produtos, sendo comum o acesso a mais de um canal simultaneamente. Destacam-se, com percentuais elevados de utilização, as cooperativas (55,9%) e as indústrias (53,8%).

A predominância desses canais de venda sugere uma forte conexão de uma parcela significativa dos agricultores familiares com estruturas de comercialização que estariam consolidadas nos territórios. A influência hegemônica dos grandes complexos agroindustriais de *commodities* molda essas situações, pois, ao mesmo tempo que conectam a produção e a agroindustrialização, sua estrutura de poder e alcance impõe termos que enfraquecem o poder de barganha dos agricultores familiares.

⁸ Essa questão permitia ao entrevistado selecionar mais de uma resposta, por isso a soma total das porcentagens resulta num valor acima de 100%

Contudo, outras dinâmicas comerciais que privilegiam os circuitos curtos de comercialização foram identificadas pela pesquisa. As vendas realizadas nas unidades de produção familiares são praticadas por 19% das famílias pesquisadas. Este canal de comercialização direta permite uma maior apropriação do valor do produto pelo agricultor familiar, eliminando intermediários e fortalecendo o vínculo com os consumidores (Gazolla, 2017; Gazolla; Schneider, 2017).

Outros canais, embora com menor percentual de acesso, complementam as estratégias de comercialização. A venda de aves e suínos pelo sistema de integração é utilizado por 6,6% das famílias, quando existe um acordo formal estabelecido com as agroindústrias compradoras. As feiras no município ou regionais são acessadas por 5,6% dos agricultores, representando um espaço tradicional de venda direta e de valorização de produtos locais e da agricultura familiar. Os supermercados e restaurantes são acessados por 4,5% das famílias para ofertar a produção agroalimentar. E, finalmente, 3,0% dos agricultores familiares acessam os canais de venda institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A diversidade de canais acessados sugere que os agricultores familiares adotam múltiplas estratégias para escoar sua produção, buscando tanto a segurança de mercados mais consolidados (cooperativas e indústrias) quanto as vantagens de canais mais curtos e diretos (venda na propriedade, feiras) (Deggerone, 2021). A escolha dos canais é influenciada por diversos fatores, como o tipo de produto, o volume de produção, a localização da propriedade, o nível de organização dos agricultores, o acesso a informações, a infraestrutura logística para escoar a produção agroalimentar e também as instituições sociais que condicionam as decisões dos agricultores familiares.

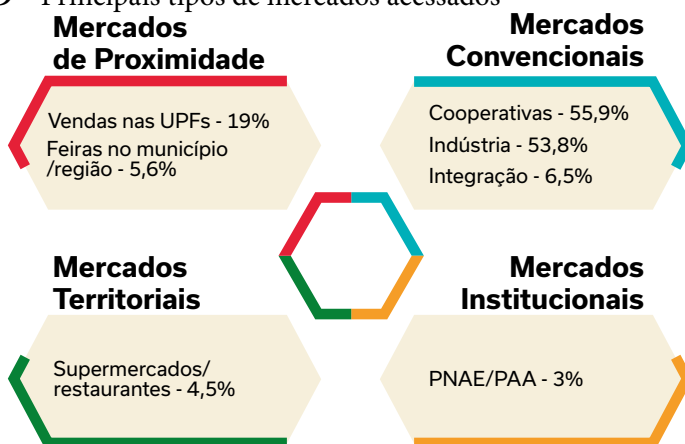
Para além da identificação dos canais de comercialização individualmente acessados, a Figura 9 propõe uma categorização desses canais em quatro principais tipos de mercados: os mercados territoriais, convencionais, institucionais e de proximidade (Schneider, 2016).

Os mercados convencionais representam os canais mais significativos em termos de volume e alcance para a agricultura familiar. Esses mercados conectam os agricultores familiares às cadeias agroindustriais mais extensas e consolidadas no setor agroindustrial. Dentro desta categoria,

destacam-se as cooperativas, acessadas por uma expressiva parcela de 55,9% das famílias agricultoras, seguidas pela venda direta à indústria, que absorve a produção de 53,8% das famílias. O sistema de integração, embora com uma participação menor (6,5%), também compõe esse cenário de mercados estabelecidos.

O predomínio do acesso a esses canais sugere uma forte inserção de uma parcela considerável dos agricultores familiares em sistemas de produção e comercialização orientados para *commodities* agrícolas ou para produtos que serão processados em larga escala. Embora esses mercados ofereçam a vantagem do escoamento para grandes volumes de produção, frequentemente impõem aos agricultores um menor poder de negociação sobre os preços praticados e as condições contratuais estabelecidas, refletindo a dinâmica de poder inerente a essas cadeias produtivas mais longas.

Figura 9 – Principais tipos de mercados acessados



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2024).

Em contraste com a lógica dos mercados convencionais, os mercados de proximidade englobam os canais que buscam promover uma relação mais direta e próxima entre quem produz e quem consome, resultando no encurtamento da cadeia de comercialização. Os principais canais desta categoria são as vendas realizadas diretamente nas propriedades rurais, uma prática adotada por 19,0% das famílias, e a comercialização em feiras

livres no município ou na região, que conta com a participação de 5,6% dos agricultores familiares.

Esses mercados são muito importantes para fomentar a autonomia dos agricultores. Ao reduzirem o número de intermediários, permitem uma maior apropriação do valor agregado do produto pelo agricultor familiar. Além disso, esses canais fortalecem os laços sociais e a construção de confiança com os consumidores locais e representam, igualmente, uma forma de valorização da produção local e da identidade territorial.

Os mercados territoriais contam com a participação de 4,5% das famílias agricultoras. Esse tipo de mercado é caracterizado pelo acesso a estabelecimentos como supermercados e restaurantes localizados no próprio município ou na região do agricultor familiar. Atende, pois, a uma demanda específica por produtos locais por parte de estabelecimentos comerciais que buscam diferenciar sua oferta e valorizar a produção agroalimentar da sua região. Para os agricultores familiares, representa uma oportunidade de acessar um mercado com certa regularidade e, potencialmente, com condições de negociação mais favoráveis do que as encontradas nas grandes redes varejistas.

E os mercados institucionais compreendem as vendas direcionadas a programas governamentais de aquisição de alimentos. Entre os mais relevantes, citam-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que, conjuntamente, são acessados por 3,0% das famílias agricultoras.

Apesar de o percentual de acesso dos agricultores familiares ser relativamente baixo, esses mercados revestem-se de grande importância estratégica para a agricultura familiar. Eles representam uma fonte de demanda estável e garantida, o que confere maior segurança de renda aos agricultores; adicionalmente, promovem a oferta de alimentos de qualidade, muitas vezes oriundos da produção agroecológica ou orgânica, para equipamentos públicos como escolas e hospitais. Por fim, o acesso a esses programas pode atuar como um importante indutor à diversificação da produção nas propriedades e à adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis.

A tipificação dos mercados acessados pelos agricultores familiares, conforme ilustrado na Figura 8, evidencia a complexidade e a diversidade das estratégias de comercialização adotadas pelos agricultores familiares em

suas regiões. Torna-se clara a coexistência entre a inserção em mercados convencionais de grande escala e a oferta em canais alternativos como os mercados de proximidade, territoriais e institucionais. Estes últimos, embora em alguns casos sejam acessados por uma proporção menor de famílias, oferecem oportunidades para o incremento da autonomia, para a agregação de valor aos produtos, para o reconhecimento social e econômico da produção familiar.

Esse tipo de mercado mostra-se fundamental para a construção de sistemas alimentares mais justos, resilientes e sustentáveis. A capacidade dos agricultores familiares em transitar e combinar o acesso a esses diferentes tipos de mercado surge como um fator para a resiliência socioeconômica e para a viabilidade de suas atividades produtivas no longo prazo.

3.2.3. Desafios envolvendo a transição para um novo modelo produtivo

A promoção de um novo modelo produtivo que seja mais resiliente e economicamente viável na agricultura familiar requer a necessidade de abordar três desafios interconectados: o elevado custo dos insumos, a vulnerabilidade a eventos climáticos extremos e a oscilação de preços no momento da comercialização dos produtos agroalimentares.

O elevado custo dos insumos produtivos (fertilizantes, agrotóxicos, fungicidas) que são adquiridos por mais de 78% das famílias, segundo a Tabela 1, tem elevado os custos de produção e reduzido as margens de lucro das atividades produtivas. A alternativa para contornar esse desafio estaria associada à transição de modelo produtivo para novos sistemas que adotem práticas e tecnologias de base ecológica na agricultura familiar.

Os agricultores familiares pesquisados apontaram novos desafios que interagem e se reforçam mutuamente: a carência de suporte técnico especializado, a insuficiência de formação específica e a intensificação da demanda por mão de obra em um contexto de disponibilidade limitada.

1. **Carência de assessoria técnica especializada:** a ausência de uma assessoria técnica qualificada e contínua para acompanhar os processos de incorporação de tecnologias de base ecológica – *“Não temos assessoria técnica para acompanhar os processos de incorporação dessas tecnologias”*

(FETRAF-RS, 2025) – emerge como um obstáculo primário. A transição agroecológica frequentemente envolve uma reconceitualização do manejo da unidade de produção, passando de um modelo baseado na aplicação de insumos para um fundamentado no conhecimento dos processos ecológicos locais. Isso requer um tipo de assistência técnica distinto daquele voltado ao modelo convencional. Sem um acompanhamento adequado, os agricultores familiares se sentem inseguros para iniciar ou dar continuidade a novas práticas, enfrentar dificuldades na adaptação de tecnologias às suas realidades específicas, e podem não conseguir solucionar problemas que surgem durante o processo, levando à desmotivação e ao abandono das iniciativas implementadas.

2. **Formação insuficiente dos agricultores familiares:** intimamente ligada à carência de assessoria técnica está a percepção de que *“Os agricultores(as) não têm a formação necessária para utilizar esse tipo de prática ou tecnologia”* (FETRAF-RS, 2024). Muitas práticas ecológicas são mais intensivas em conhecimento do que em capital ou insumos externos. O manejo integrado de pragas (MIP), a produção de biofertilizantes, o consórcio de culturas ou o manejo da agrobiodiversidade, por exemplo, demandam uma compreensão aprofundada das interações ecológicas e das particularidades dos agroecossistemas. A formação tradicional, muitas vezes focada no modelo da Revolução Verde, pode não ter preparado os agricultores para essa nova abordagem. A superação dessa limitação exige investimentos em capacitações, cursos, metodologias participativas de aprendizado, como as trocas de experiências entre agricultores, que valorizem o conhecimento local, integrando-o a novas informações técnicas.
3. **Indisponibilidade de mão de obra:** os agricultores familiares pesquisados alegaram que *“Esses cultivos demandam mais mão de obra e não temos trabalhadores(as) disponíveis na nossa unidade produtiva”* (FETRAF-RS, 2024), apontando para uma restrição estrutural na agricultura familiar. As diversas práticas de base ecológica, como a capina manual, o manejo de adubação orgânica, a diversificação produtiva e a colheita seletiva, podem, de fato, requerer um volume maior de trabalho humano, especialmente em períodos específicos do ciclo produtivo ou durante a fase de transição, antes que o sistema atinja um novo equilíbrio ecológico que possa

reduzir certas demandas (como o controle de pragas). Constatou-se, pela presente pesquisa, que a mão de obra nas UPFs é predominantemente familiar e muitas vezes limitada (Figura 2), já que 47% das UPFs contam com apenas duas pessoas trabalhando em tempo integral, e 16,8%, com uma única pessoa. O aumento da carga de trabalho se torna um fator impeditivo, haja vista que já existe escassez de mão de obra no meio rural, agravada pelo envelhecimento da população rural e pelo êxodo da juventude rural.

Em conjunto, essas três limitações – carência de assessoria técnica, formação insuficiente e escassez de mão de obra mediante uma demanda maior – criam um ciclo vicioso que dificulta a incorporação de práticas e tecnologias de base ecológica. A superação desses obstáculos requer políticas públicas integradas que contemplem o fortalecimento de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) com enfoque agroecológico, programas de formação e capacitação continuada para agricultores, desenvolvimento de estratégias para otimizar o uso da mão de obra e valorizar o trabalho no campo.

3.3. Considerações finais

Este capítulo analisou a dinâmica produtiva e comercial dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul, destacando tanto a predominância da inserção em mercados hegemônicos quanto a emergência de contra movimentos em direção a modelos mais autônomos e diversificados. A pesquisa revelou um perfil socioprodutivo característico dessas unidades de produção familiar (UPFs) e identificou os principais desafios para a transição agroecológica.

A análise das características socioprodutivas das UPFs ligadas à FETRAF-RS revelou uma forte concentração de pequenas unidades de produção familiares, com 68% das famílias manejando até 20 hectares. Em relação à força de trabalho, a maioria das UPFs (47%) conta com a atuação integral de apenas duas pessoas, indicando a predominância da mão de obra familiar e, conseqüentemente, limitações para a expansão de atividades mais intensivas em trabalho. Um aspecto fundamental

ressaltado é a produção para autoconsumo: aproximadamente 65% das famílias destinam mais da metade de sua produção à própria alimentação, reforçando a multifuncionalidade da agricultura familiar e sua importância para a segurança alimentar e nutricional.

Quanto às atividades produtivas, observou-se uma predominância na produção de grãos, desenvolvida por 77,2% das famílias e sendo a principal fonte de renda para 82,5% delas. A produção de leite (27% das UPFs), a criação de gado de corte (21%) e a fruticultura (15,1%) também se destacam. Notavelmente, atividades como a horticultura, embora menos disseminadas, demonstram um impacto econômico relevante para as famílias que as praticam, sugerindo diferentes níveis de especialização e diversificação produtiva.

No que tange às práticas agrícolas, o estudo apontou uma alta prevalência de métodos convencionais, como preparo do solo com máquinas (84%), adubação química (84%) e aplicação de agrotóxicos (80%). Contudo, a pesquisa também identificou a adoção de práticas sustentáveis e agroecológicas, como adubação verde (55%), adubação orgânica (45%) e, em menor escala, uso de biofertilizantes (20%) e manejo integrado de pragas (19%). Essa coexistência de lógicas produtivas indica uma possível transição, ainda que parcial, em muitas unidades de produção familiares.

Também se evidencia a centralidade das preocupações dos agricultores relacionadas ao elevado custo dos insumos agrícolas (65,7%), à vulnerabilidade a eventos climáticos extremos (59,5%) e aos preços de venda dos produtos (57,6%). Tais preocupações revelam a inserção dos agricultores no modelo de produção hegemônico, a pressão sobre a renda das famílias e sua crescente vulnerabilidade mediante eventos climáticos extremos.

A pesquisa revelou que os agricultores familiares acessam uma diversidade de canais de comercialização. Os mercados convencionais, representados por cooperativas (55,9%) e indústrias (53,8%), são os mais utilizados, indicando uma forte inserção em cadeias agroindustriais consolidadas. Em contrapartida, os contramovimentos se manifestam através do acesso a mercados de proximidade, como vendas na propriedade (19%) e feiras locais (5,6%), que permitem maior apropriação do valor e fortalecem o vínculo com o consumidor. Os mercados territoriais (supermercados e restaurantes locais – 4,5%) e os mercados institucionais (PAA e PNAE – 3,0%) também

desempenham um papel estratégico, oferecendo estabilidade de demanda e fomentando a diversificação e práticas sustentáveis, apesar do menor percentual de acesso. Essa combinação de canais demonstra estratégias de resiliência e busca por autonomia.

Apesar do interesse dos agricultores familiares em aderir a novos modelos produtivos que sejam mais resilientes e economicamente viáveis, eles têm enfrentado alguns desafios: a falta de assistência técnica agroecológica qualificada, a escassez de conhecimento para novas práticas e a limitação da mão de obra familiar (predominantemente duas pessoas por UPF) dificultam a implementação e a manutenção de sistemas de base ecológica, que muitas vezes demandam mais trabalho humano, especialmente na fase de transição.

Em suma, a pesquisa evidenciou que, embora os agricultores familiares vinculados à FETRAF do Rio Grande do Sul ainda estejam fortemente inseridos na dinâmica produtiva e comercial hegemônica, há um crescente movimento de busca por diversificação e autonomia. Superar os desafios, especialmente no que tange ao suporte técnico e à gestão da mão de obra, é muito importante para fortalecer essa transição rumo a sistemas alimentares sustentáveis.

Referências

ABRAMOVAY, R.; FAVARETO, A. A transição Agroalimentar: Entre Ruptura, Gradualismo e Reconfiguração. In: ABRAMOVAY, R.; FAVARETO, A. (org.). *Caminhos para a transição do sistema agroalimentar: desafios para o Brasil*. São Paulo: Senac São Paulo, 2025. p. 23-59.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

DEGGERONE, Z. A. *Caracterização dos mercados agroalimentares no Alto Uruguai-RS: um estudo sobre o processo de mercantilização da agricultura familiar em Aratiba-RS*. 2021. 286 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, Londres/UK, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

ESAU, C.; DEPONTI, C. M. Tomada de decisão pela diversificação: uma alternativa para agricultura familiar na microrregião de Santa Cruz do Sul/RS. *DRd - Desenvolvimento Regional em Debate*, Concórdia/SC, v. 10, p. 439-460, 22 maio 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2749>. Acesso em: 9 maio 2025.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO RIO GRANDE DO SUL – FETRAF-RS. *Quem Somos*. Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://fetrafrs.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 24 maio 2025.

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S.; BORGES, B. K.; PESSOA, M. L. *Painel do agronegócio do Rio Grande do Sul - 2022*. Porto Alegre: SPGG, 2022.

GASSELIN, P. *et al.* The coexistence of agricultural and food models at the territorial scale: an analytical framework for a research agenda. *Review of Agricultural, Food and Environmental Studies*, França/FR, v. 101, p. 339-361, 2020.

GASSELIN, P.; HOSTIOU, N. Wat do our research friends say about the coexistence and confrontation of agricultural and food models? Introduction to the special issue. *Review of Agricultural, Food and Environmental Studies*, França, v. 101, p. 173-190, 2020.

GAZOLLA, M. Cadeias curtas agroalimentares na agroindústria familiar: dinâmicas e atores envolvidos. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas*. Porto Alegre: UFRGS, 2017. p. 175-194.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas*. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: GEN Atlas, 2019.

GRISA, C. *A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul*. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRISA, C. *et al.* As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: a ação pública na busca e na crítica à modernidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 78-108, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agro 2017: resultados preliminares mostram queda de 2,0% no número de estabelecimentos e alta de 5% na área total*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21798-censo-agro-2017-resultados-preliminares-mostram-queda-de-2-0-no-numero-de-estabelecimentos-e-alta-de-5-na-area-total>. Acesso em: 6 jul. 2025.

KOZENIESKI, E. *Mapa de Localização geográfica das regiões de atuação da FETRAF-RS*: FETRAF-RS: Atuação Regional (2022). Erechim, 2022. 1:100 km. Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, Curso de Geografia, Laboratório Cartografia, Acervo e Documentação. 2022.

MARENGO, J. A. *et al.* O maior desastre climático do Brasil: chuvas e inundações no estado do Rio Grande do Sul em abril-maio 2024. *Estudos Avançados*, São Paulo/SP, v. 38, n. 112, p. 203–228, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202438112.012>.

MARINHO, A. R. *et al.* Efeitos da crise do leste europeu na exportação brasileira de milho e trigo. *Revista Jovens Pesquisadores*, Santa Cruz do Sul/RS, v. 20, n. 1, p. 38, 2023.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – IPCC. *Mudanças Climáticas e Terra: Relatório Especial do IPCC sobre Mudanças Climáticas, Desertificação, Degradação da Terra, Gestão Sustentável da Terra, Segurança Alimentar e Fluxos de Gases de Efeito Estufa em Ecossistemas Terrestres*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023. Disponível em: www.cambridge.org/97810-09158015. Acesso em: 21. dez. 2024.

PELLEGRINI, L.; TASCIOTTI, L. Crop diversification, dietary diversity and agricultural income: empirical evidence from eight developing countries. *Canadian Journal of Development Studies*, Kelowna, v. 35, n. 2, p. 211-227, 2014.

POLANYI, K. *A Grande Transformação*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Edições 70, 2012.

POSSAMAI, R.; SERIGATI, F. Riscos geopolíticos no leste europeu? *AgroANALYSIS*, São Paulo v. 42, n. 3, p. 14-15, 2022.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. In: MONASTERIO, L. M.; NERI, M. C.; SOARES, S. S. D. (org.). *Brasil em desenvolvimento 2014: Estado, planejamento e políticas públicas*. v. 2. Brasília: Ipea, 2014. p. 61-84.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 93-135.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Ruris: revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas/SP, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010.

SCHULTZ, G. *et al.* *Cadeias produtivas agrícolas, sistemas agroindustriais e redes agroalimentares: conceitos, dimensões e teorias*. Porto Alegre: UFRGS, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/272031>. Acesso em: 9 maio 2025.

ZANELLA, T. P.; LEISMANN, E. L. Abordagem da sustentabilidade nas cadeias de *commodities* do agronegócio brasileiro a partir de sites governamentais. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, São Paulo/SP, v. 7, n. 2, p. 6-19, 2017.

4. Circuitos curtos de comercialização e a agricultura familiar: panorama e proposições nos municípios da base de atuação da FETRAF-RS

Zenicleia Angelita Deggerone¹

Felipe Toniolo²

Claudia Job Schmitt³

Luiz Carlos Scapinelli⁴

4.1. Introdução

As transformações nos modos de produzir, comercializar e consumir alimentos nas últimas décadas evidenciam disputas entre diferentes lógicas econômicas, sociais e políticas. No campo da sociologia econômica, autores como Polanyi (2012) defendem que os mercados não são espaços neutros, autorregulados e puramente econômicos, mas sim instituições sociais historicamente construídas, moldadas por contextos culturais, por políticas públicas e por relações sociais que lhes conferem formas e significados específicos.

Nesse sentido, a compreensão dos mercados como fatos sociais inseridos em sistemas de reciprocidade, redistribuição e mercado (Polanyi, 2012) permite resgatar a centralidade das relações humanas e territoriais na sua constituição. No Brasil, autores como Schneider (2016) aprofundam essa perspectiva ao refletir sobre os mercados da agricultura familiar como

1 Doutora em Desenvolvimento Rural. Professora na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – Unidade Universitária em Erechim. Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS). E-mail: zenicleia-deggerone@uergs.edu.br.

2 Mestre em Desenvolvimento Rural. Secretário de Formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do SUL. E-mail: felipe1997toniollo@gmail.com.

3 Doutora em Sociologia pela UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: claudia.js21@gmail.com.

4 Agricultor familiar, secretário-geral da FETRAF-RS. E-mail: bilu13ipe@gmail.com.

espaços heterogêneos, híbridos e socialmente construídos, que articulam elementos econômicos, sociais, políticos e simbólicos.

A construção social dos mercados, segundo Cassol e Schneider (2021), possui uma dimensão institucional das trocas e focaliza os processos sociais, institucionais e territoriais que produzem e sustentam determinados arranjos de comercialização. Os autores enfatizam que os mercados são espaços gerados a partir das práticas dos atores sociais, das relações de poder, das normativas institucionais e dos valores simbólicos que circulam nos territórios (Cassol; Deggerone; Schneider, 2024; Cassol; Schneider, 2021).

Nesse contexto, torna-se relevante investigar os mercados da agricultura familiar, especialmente aqueles promovidos por organizações representativas do setor, como sindicatos, federações e movimentos sociais. Conforme Schneider (2016), os mercados ocupam um lugar estratégico no fortalecimento da agricultura familiar, não apenas pelo acesso à renda, mas também por promoverem reconhecimento social, valorização da produção local, autonomia dos agricultores e dinâmicas de desenvolvimento territorial.

Diante disso, este capítulo de livro propõe apresentar o panorama da atuação dos agricultores familiares nos circuitos curtos de comercialização de alimentos construídos no âmbito da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS).

Este capítulo de livro está organizado em três seções, além desta introdução, para apresentar os elementos centrais do estudo: a primeira seção contextualiza o tema; a segunda apresenta um panorama dos circuitos curtos de comercialização de alimentos existentes nos municípios de atuação da FETRAF; a terceira seção apresenta algumas considerações e recomendações para a atuação da FETRAF-RS na promoção de circuitos curtos de comercialização de alimentos.

4.2. Circuitos curtos de comercialização de alimentos

Os circuitos de comercialização de alimentos da agricultura familiar representam um conjunto de canais de comercialização por meio dos quais os agricultores familiares ofertam a produção agroalimentar para os con-

sumidores (Deggerone; Schneider, 2022). A comercialização pode ocorrer por meio de diferentes canais de venda, como feiras e outros circuitos, que incluem cooperativas, alimentação escolar, grupos de consumo, entregas diretas etc.

Os circuitos de comercialização podem ser categorizados em: circuitos longos, que envolvem um maior número de agentes intermediários ao longo da cadeia produtiva; e circuitos curtos, caracterizados pela venda direta ou pela existência de um agente econômico (cooperativa, associação etc.) mediando a relação entre os agricultores familiares e os consumidores (Deggerone, 2021). Os circuitos curtos de comercialização (CCC), de acordo com Rover e Darolt (2013), permitem aos consumidores saberem onde o produto foi produzido (lugar), por quem (agricultor familiar) e de que forma (sistema de produção) foi utilizado para produzir os alimentos.

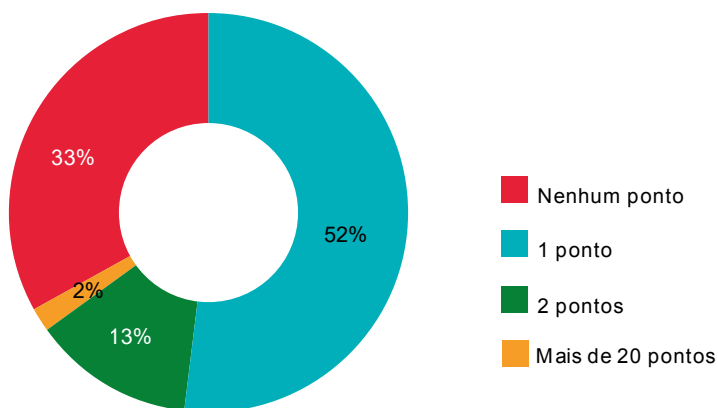
As cooperativas e associações assumem uma posição estratégica na intermediação da venda dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares. A organização dos agricultores familiares, especialmente em cooperativas segundo Moreira *et al.* (2021), viabiliza a inserção no mercado institucional e propicia ganhos coletivos por meio da ampliação dos mercados. Pois, de acordo com os autores, as instituições que atuam nos mercados institucionais realizam as negociações de preços e prazos de entrega; participam da construção das chamadas públicas; realizam a mediação comercial, pelo fato de realizarem as operações de compra e venda, representando os agricultores familiares fornecedores (Moreira *et al.*, 2021).

As cooperativas desempenham um grande papel de viabilizar o acesso dos agricultores familiares tanto aos circuitos curtos de comercialização quanto aos mercados institucionais de alimentos. Contudo, o trabalho das cooperativas/associações é viabilizado pela atuação estratégica das organizações sindicais. Os sindicatos e a federação fazem a articulação social e política, ao levantar e apresentar as demandas dos agricultores familiares até as instituições compradoras ou contribuir na melhoria dos mecanismos de compra dos mercados institucionais.

4.3. Panorama da comercialização de alimentos através das feiras municipais

As feiras da agricultura familiar têm suas raízes nas feiras livres brasileiras que, como mercados, apresentam uma grande diversidade, pois nelas se manifestam as especificidades regionais que influenciam as relações socioeconômicas (Cruz; Schneider, 2022). Esses espaços de venda operam sob uma lógica de funcionamento específica, na qual se destacam os seguintes aspectos: a identificação da origem do produto (proximidade, local), o papel ou atitude do agricultor na comercialização, o uso de matérias-primas locais, a disponibilidade e o fluxo contínuo de informações entre consumidores e agricultores (Darolt, 2013).

Figura 1 – Número de pontos de venda dos produtos da agricultura familiar nos municípios pesquisados

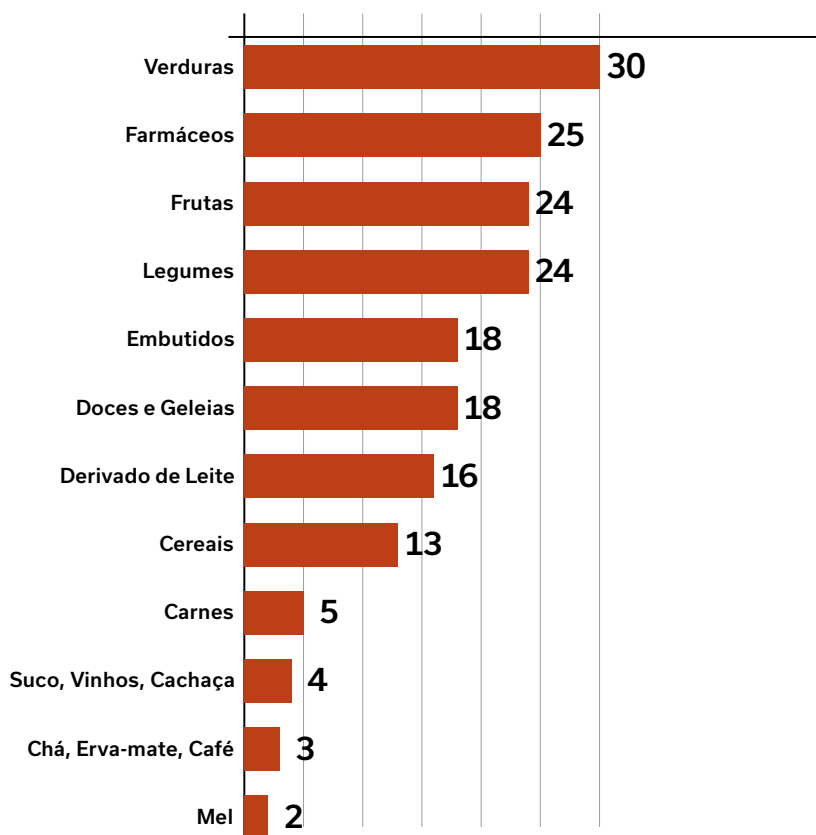


Fonte: banco de dados da FETRAF-RS (2024).

Os municípios localizados na base de atuação da FETRAF-RS possuem feiras municipais que oferecem semanalmente produtos oriundos dos agricultores familiares. A pesquisa constatou (Figura 1) o número de feiras municipais e a existência de outros canais de venda curtos (pontos de venda) que oferecem os produtos da agricultura familiar. Verificou-se que 52% dos municípios contam com apenas um ponto de venda (feira semanal)

para oferecer os produtos. Em seguida, 13% dos municípios dispõem de dois pontos de venda para a venda de alimentos da agricultura familiar.

Figura 2 – Alimentos comercializados nas feiras da agricultura familiar



Fonte: banco de dados da FETRAF-RS (2024).

Um dado particularmente preocupante é o de que 33% dos municípios pesquisados não possuem nenhum ponto de venda para os produtos da agricultura familiar. Essa ausência de canais de comercialização representa um entrave para o desenvolvimento socioeconômico das famílias, dificultando a agregação de valor aos produtos e a comercialização direta. Por outro lado, 2% dos municípios pesquisados apresentam uma infraestrutura com mais de 20 pontos de venda com produtos da agricultura familiar. Esse

último percentual é decorrente da existência de um grande contingente populacional (cidades de médio a grande porte) que acabam demandando uma quantidade maior de alimentos provenientes da agricultura familiar.

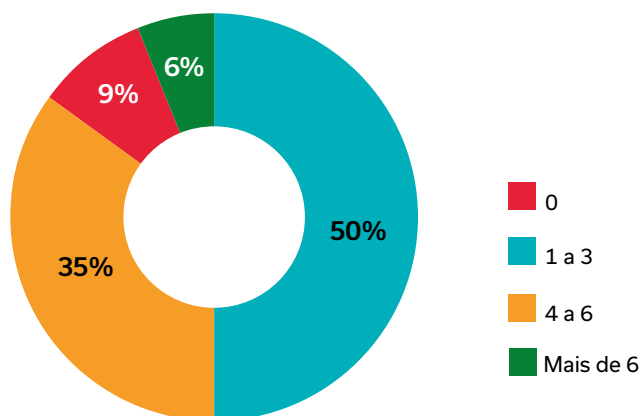
Esses circuitos curtos comercializam diferentes tipos de alimentos. A Figura 2 detalha os tipos de alimentos que são predominantemente comercializados nas feiras da agricultura familiar. Os dados revelam a predominância de produtos frescos e de consumo diário, característicos dos circuitos curtos de comercialização. As verduras destacam-se como o item mais frequente (30), seguidas de perto por farináceos (25), frutas (24) e legumes (24), o que ressalta a importância da produção agrícola primária.

Além dos produtos frescos, as feiras também apresentam uma diversificação que inclui itens processados e semiprocessados: embutidos (18) e doces e geleias (18), bem como derivados de leite (16) e cereais (13), demonstram a agregação de valor e a variedade da oferta de produtos provenientes da agricultura familiar. Em menor escala, mas complementando a gama de produtos, encontram-se carnes (5), sucos, vinhos e cachaça (4), chá, erva-mate e café (3), e mel (2), indicando a adaptabilidade da produção às demandas dos consumidores e o potencial da agricultura familiar em contribuir para a segurança alimentar local.

Os produtos *in natura* e os processados em agroindústrias familiares são os principais tipos de alimentos comercializados. A Figura 3 apresenta o número de agroindústrias familiares existentes nos municípios pesquisados. A análise da distribuição de agroindústrias familiares nos municípios pesquisados revela que metade dos municípios (50%) possui entre 1 e 3 agroindústrias familiares, indicando uma base existente, mas ainda em estágio inicial de desenvolvimento nesse segmento. Um percentual considerável, 35% dos municípios, demonstra uma capacidade instalada um pouco maior, com 4 a 6 agroindústrias familiares.

Por outro lado, 9% dos municípios pesquisados não apresentam nenhuma agroindústria familiar, o que representa um desafio para a agregação de valor à produção local e para a diversificação dos canais de comercialização. Apenas 6% dos municípios apresentam um número mais amplo, com mais de 6 agroindústrias familiares instaladas.

Figura 3 – Agroindústrias familiares existentes nos municípios pesquisados



Fonte: banco de dados da FETRAF-RS (2024).

A análise da distribuição das agroindústrias familiares nos municípios pesquisados evidencia a heterogeneidade da capacidade de processamento e agregação de valor à produção dos agricultores familiares. Esses resultados evidenciam que existe um potencial para ampliar o número de feiras, a diversidade de produtos e o número de agroindústrias familiares nos municípios da base de atuação da FETRAF-RS.

Essa potencialidade pode ser dinamizada pela atuação dos atores institucionais. A Figura 4 identifica as instituições que têm atuado na organização dos agricultores familiares nos circuitos de comercialização. Os resultados revelam a relevância e a diversidade dos atores envolvidos no suporte à comercialização da agricultura familiar.

Os sindicatos municipais foram indicados como a principal entidade de apoio, sendo mencionados com a maior frequência (21), o que sublinha o papel central na articulação e representação dos interesses dos agricultores familiares. Em estreita colaboração, as prefeituras municipais/as secretarias de agricultura também desempenham essa função, com 20 menções, indicando o engajamento do poder público local no fomento aos circuitos de comercialização. A Emater/RS-Ascar municipal, com 18 menções, reforça a importância da assistência técnica e da extensão rural na organização e na qualificação das famílias.

Figura 4 – Instituições que atuam na organização dos agricultores familiares nos circuitos de comercialização



Fonte: banco de dados da FETRAF-RS (2024).

As cooperativas, embora com uma frequência menor (11), são reconhecidas como instrumentos fundamentais para ganhos de escala na comercialização. Outras formas de organização (“Outros”, com 5) e a “Auto-organização” (3) também contribuem, embora em menor grau, para a diversificação dos arranjos comerciais.

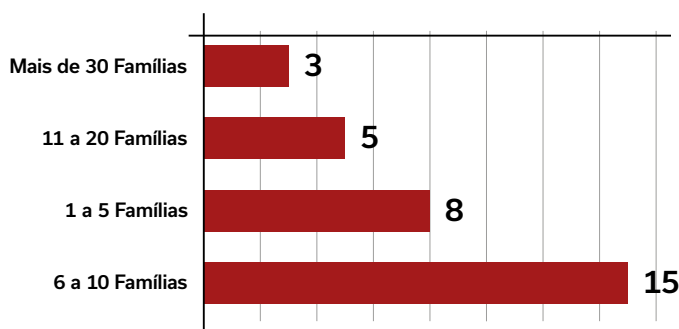
A relevância dessas instituições na organização e no apoio aos agricultores familiares nos circuitos de comercialização tem relação com o número de famílias envolvidas na venda dos produtos nas feiras da agricultura familiar. A Figura 5 apresenta o quantitativo de famílias que participam das feiras nos municípios pesquisados.

A análise revela padrões importantes sobre a escala de participação da agricultura familiar nesses circuitos de comercialização. O gráfico indica que a maior parte dos municípios (15) possui entre 6 e 10 famílias engajadas na venda dos produtos em feiras. Em seguida, 8 municípios contam com 1 a 5 famílias participando, o que pode indicar feiras menores ou iniciativas mais recentes.

Por outro lado, a participação em maior escala é menos comum: apenas 5 municípios têm de 11 a 20 famílias envolvidas, e somente 3 municípios

registram a presença de mais de 30 famílias envolvidas na comercialização de alimentos em feiras da agricultura familiar.

Figura 5 – Número de famílias que participam das feiras



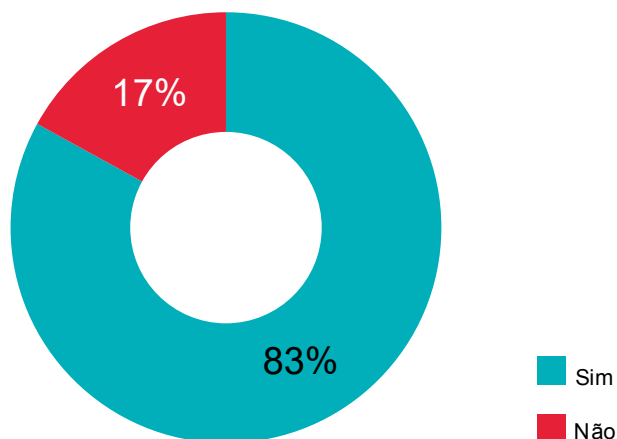
Fonte: banco de dados da FETRAF-RS (2024).

Esses dados sugerem que, embora as feiras sejam um canal importante, a capacidade de reunir um grande número de famílias em um único ponto de venda ainda é um desafio nesses municípios. Contudo, para além das feiras e dos demais circuitos curtos que podem ser organizados, a Figura 6 revela o percentual de famílias dos municípios pesquisados que participam do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De acordo com a pesquisa realizada, cerca de 83% dos municípios pesquisados possuem famílias que participam da oferta de alimentos para o PNAE, enquanto 17% dos municípios ainda não possuem agricultores familiares participando desse tipo de canal de venda institucional.

A análise dos dados revela que os circuitos curtos de comercialização de alimentos da agricultura familiar nos municípios pesquisados enfrentam alguns desafios associados: baixa capilaridade e distribuição do número de feiras e circuitos curtos nos municípios; reduzido número de famílias que participam das feiras; existência de um número muito restrito de agroindústrias familiares nos municípios. Apesar dessa situação, é preciso considerar que as instituições coletivas da agricultura familiar possuem espaço para atuar na comercialização de alimentos, assim como para viabilizar a ampliação do número de agricultores familiares nos mercados institucionais.

Figura 6 – Percentual de famílias dos municípios pesquisados que participam do PNAE



Fonte: banco de dados da FETRAF-RS (2024).

4.4. Algumas considerações e proposições

Os desafios que permeiam os circuitos curtos de comercialização de alimentos da agricultura familiar são evidentes e exigem uma atuação mais coordenada das organizações sindicais municipais e da própria FETRAF-RS. A baixa capilaridade e distribuição do número de feiras e circuitos curtos revela que 33% dos municípios analisados não possuem qualquer ponto de venda para os produtos da agricultura familiar, o que compromete diretamente o desenvolvimento socioeconômico das famílias, a agregação de valor e a concretização da comercialização direta.

Nessa situação, as organizações sindicais municipais podem atuar na mobilização e na construção junto aos poderes públicos locais para a criação de feiras e na construção de mecanismos públicos para acolher a oferta de alimentos da agricultura familiar. Um exemplo seria o Programa Vale-Feira, que se destina a funcionários públicos e/ou para famílias em situação de vulnerabilidade social que passariam a adquirir nas feiras municipais os alimentos destinados à alimentação familiar.

Pandolfo (2023) enfatiza que esse tipo de iniciativa promove o desenvolvimento rural através da valorização dos espaços locais de comercialização, em especial, nestes casos, das feiras da agricultura familiar e da criação de uma moeda social como o vale-feira. Entre os benefícios, algumas pesquisas apresentam os seguintes resultados: Siqueira *et al.* (2022) destacam o aumento do consumo na feira além do projetado; aumento da renda dos feirantes, assim como melhoria da qualidade e diversidade dos alimentos ofertados (Siqueira *et al.*, 2022) nos espaços de venda.

Para além desses benefícios, observa-se que o incremento e a regularidade na aquisição de alimentos em feiras municipais impulsionariam a demanda por maior volume e variedade de produtos. Consequentemente, isso exigiria a ampliação do número de famílias fornecedoras, o que, por sua vez, contribuiria para solucionar a questão do reduzido número de famílias participando das feiras da agricultura familiar, assim como ampliar o número de agroindústrias familiares municipais.

Além disso, a FETRAF poderia continuar a articular e ampliar a participação dos agricultores familiares em eventos regionais e estaduais. Desde 2023, a FETRAF tem mobilizado os agricultores familiares para participarem de feiras regionais em diferentes cidades do estado do Rio Grande do Sul: Expodireto, em Não-Me-Toque; Expoagro Afubra, em Rio Pardo; Expointer, em Esteio; Feira Estadual de Economia Solidária Popular, em Porto Alegre; Feira Internacional da Economia Solidária (Feicoop), em Santa Maria; II Feira da Agricultura Familiar de Capão da Canoa (Schmitt; Deggerone, 2024).

Adicionalmente, os sindicatos municipais e a FETRAF poderiam incentivar a formação de novas cooperativas vinculadas à agricultura familiar ou potencializar as estruturas coletivas já existentes. A pesquisa constatou que as cooperativas da agricultura familiar têm uma atuação muito limitada na promoção dos circuitos curtos de comercialização. As cooperativas poderiam articular um número maior de agricultores e agroindústrias familiares oportunizando a comercialização coletiva, otimizando a logística e ampliando a capacidade de oferta. Além disso, a atuação cooperativista facilitaria o acesso a novos mercados, viabilizando a oferta de alimentos para mercados institucionais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ainda em relação às cooperativas, essas instituições poderiam articular-se em redes de cooperação. De acordo com Schmitt e Deggerone (2024), em vez de competirem isoladamente em um mercado dominado por grandes *players*, as cooperativas da agricultura familiar organizadas em redes podem fortalecer suas posições no mercado, acessar novos espaços e agregar valor aos produtos da agricultura familiar.

Considerando, ainda, as oportunidades nos mercados institucionais de alimentos (PAA e PNAE), em feiras regionais, no abastecimento de regiões metropolitanas, entre outros espaços, as cooperativas da agricultura familiar, juntamente com o poder de articulação da FETRAF, poderiam projetar centrais regionais de armazenagem e distribuição de alimentos. Esses locais poderiam estar localizados em diferentes regiões do estado para abastecer as grandes regiões metropolitanas das principais cidades do Brasil.

Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

CASSOL, A. P.; DEGGERONE, Z. A.; SCHNEIDER, S. Sociologia dos mercados alimentares: revisão e contribuições teóricas e metodológicas recentes. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v29i1.19288>. Acesso em: 24 jul. 2025.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. A imersão social da economia em mercados alimentares brasileiros: uma abordagem institucionalista. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 60, p. e233766, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.233766>. Acesso em: 24 jul. 2025.

CRUZ, M. S.; SCHNEIDER, S. Feiras alimentares e mercados territoriais: a estrutura e o funcionamento das instituições de ordenamento das trocas locais. *Raízes: revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, v. 42, n. 1, p. 93-113, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.769>. Acesso em: 24 jul. 2025.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. *In*: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/circuitos_curtos_2.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

DEGGERONE, Z. A. *Caracterização dos mercados agroalimentares no Alto Uruguai-RS: um estudo sobre o processo de mercantilização da agricultura familiar em Aratiba-RS*. 2021. 286 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232595>. Acesso em: 24 jul. 2025.

DEGGERONE, Z. A.; SCHNEIDER, S. Os canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares em Aratiba – RS. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, [s. l.], Lavras, v. 24, p. e1892, 2022. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/1892>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. *Cooperativismo, agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar: reflexões para uma agenda municipal de desenvolvimento sustentável*. Viçosa: Asa Pequena, 2021.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: GEN Atlas, 2019.

KOZENIESKI, E. *Mapa de Localização geográfica das regiões de atuação da FETRAF-RS: FETRAF-RS: Atuação Regional* (2022). Erechim, 2022. 1:100 km. Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, Curso de Geografia, Laboratório Cartografia, Acervo e Documentação. 2022.

MOREIRA, I. R. J. *et al.* Papéis e desafios das cooperativas da agricultura familiar no processo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em cidades de Minas Gerais, Brasil. *Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociología*, Maracaibo v. 30, n. 3, p. 196-227, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/122/12268654009/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

PANDOLFO, M. C. *Programa Municipal de Vale Feira no Município de São Jose do Herval (RS): contribuições, impactos e limitações*. 2023. Dissertação (Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO/FPA), Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/19129>. Acesso em: 24 jul. 2025.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. São Paulo: Elsevier Brasil, 2012.

ROVER, O. J.; DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. *In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (org.). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 19-43. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/circuitos_curtos_2.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

SCHMITT, C. J.; DEGGERONE, Z. A. Organização socioeconômica da agricultura familiar, mercados agroalimentares e consumo. *In: Congresso da Agricultura Familiar da FETRAF-RS, 4., 2024. Documento Base [...]*. Rio Grande do Sul, 2024. p. 43-56.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 93-135.

SIQUEIRA, A. C. da; HENDLER, V. M.; SCALON, L.; MOURA, C. F. de; CRUZ, F. T. da. O Prato do Trabalhador: Conectando Urbano e Rural por meio do Vale-Alimentação da Papayas. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí/RS, v. 20, n. 58, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.11834>. Acesso em: 24 jul. 2025.

5. Políticas públicas para a agricultura familiar: dinâmicas nacionais e na base da FETRAF-RS

Catia Grisa¹

Alcemir Bagnara²

Marialva Oliva Lunkes³

5.1. Introdução

Em 2025 completamos 30 anos de políticas públicas específicas para a agricultura familiar. Embora a Constituição de 1998 tenha trazido conquistas importantes para a sociedade brasileira como um todo (por exemplo, o Sistema Único de Saúde) e para aqueles, na época, reconhecidos como pequenos agricultores (Previdência Social para trabalhadores e trabalhadoras rurais em economia familiar), foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1995 que se tornou o marco para o reconhecimento político e institucional da agricultura familiar. Trata-se da primeira política agrícola destinada exclusivamente para a categoria social, reconhecendo sua presença no território brasileiro e sua importância econômica e social para o país (Grisa, 2012; Schneider; Cazella; Mattei, 2004). A partir de então, em diferentes ritmos e com construções e desmontes (Niederle *et al.*, 2022; Sabourin *et al.*, 2020), um amplo leque de políticas públicas foi estabelecido para a agricultura familiar brasileira.

Essa trajetória e as conquistas não teriam sido possíveis sem a atuação dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar (Bagnara, 2021;

1 Doutora em Ciências Sociais (CPDA/UFRJ) e Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Presidente do Conselho Científico do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), França. E-mail: catiagrisaufrgs@gmail.com.

2 Agricultor familiar, coordenador geral do Sutra Alto Uruguai, membro da Direção Geral da FETRAF-RS. mestre em desenvolvimento rural pela UFRGS. E-mail: alcebagnara@gmail.com.

3 Agricultora familiar, coordenadora do Sutra Alto Uruguai sede municipal de Aratiba, do qual também é secretária de finanças e membro da direção-geral da FETRAF-RS. E-mail: marialvalunkes@hotmail.com.

Conti, 2016; Grisa, 2012; Picolotto, 2011; Santos, 2011). Dentre outros atores, foram fundamentais as ações do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (os rurais da CUT), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-Sul) e da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF-Brasil/CUT), culminando na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (CONTRAF-Brasil) em 2016. Por meio de mobilizações sociais, jornadas de luta, proposições, cooperações e conflitos (mais ou menos intensos) com os governos, a CONTRAF e suas federações (dentre elas, a FETRAF-RS) pautaram a construção, aperfeiçoamentos e a defesa de diversas políticas para a agricultura familiar (Bagnara, 2021; Conti, 2016; Picolotto, 2011).

Este capítulo tem um duplo objetivo. Em um primeiro momento, o texto procura retomar a trajetória de construção das políticas públicas para a agricultura familiar (e a atuação do sindicalismo nesse processo), identificando diferentes tipos ou gerações de programas e ações estabelecidos. Essas gerações apresentam distintas compreensões e procuram atuar em dimensões específicas (aumento da produção agrícola, qualidade de vida, mercados etc.) da agricultura familiar. Uma vez identificadas as políticas públicas, o capítulo busca trazer a avaliação dos dirigentes e dos associados da FETRAF-RS sobre essas ações, identificando as políticas mais acessadas, as mais expressivas no cotidiano das famílias e as mais demandadas. Essa análise ganha relevância à medida que evidencia certa confluência ou descompasso entre o processo de construção nacional, a atuação dos sindicatos e as necessidades da agricultura familiar gaúcha vinculada à FETRAF-RS. Os resultados dessa análise, por sua vez, podem dar subsídios à atuação/revisão da própria organização sindical e seus sindicatos.

A elaboração deste capítulo parte de pesquisas documental e bibliográfica e elaborações realizadas pelos próprios autores em outros trabalhos (Bagnara, 2021; Grisa, 2012; Grisa; Schneider, 2024). Ademais, os dados secundários são oriundos de questionário construído por uma equipe de pesquisadores acadêmicos e dirigentes da FETRAF-RS e aplicado a 662 famílias da base organizacional da FETRAF-RS, localizadas em 33 municípios. Também foram realizadas 46 entrevistas com lideranças de sindicatos presentes nesses municípios.

O capítulo está organizado em mais três seções principais. A próxima recupera a trajetória de construção das políticas públicas para a agricultura familiar, identificando diferentes gerações e a atuação do movimento sindical nelas. A seguinte apresenta a avaliação das famílias e dirigentes dos sindicatos sobre o acesso e a importância dessas políticas públicas. Por fim, são apresentadas as principais conclusões e considerações sobre o trabalho.

5.2. Trajetória das políticas para a agricultura familiar no Brasil⁴

A partir dos anos 1960, o Estado brasileiro passou a promover uma política agrícola ativa (Delgado, 2010), com vistas a aumentar a produção, modernizá-la, integrá-la com a indústria e intensificar sua participação nos mercados nacional e internacional (Gonçalves Neto, 1997; Graziano da Silva, 1999). Para isso, um conjunto de ações foi estabelecido, a exemplo de crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola, desenvolvimento de infraestruturas. Se, por um lado, esse processo aumentou a produção e a produtividade, por outro, apresentou diversas consequências negativas.

Como evidenciado por diversos autores (Delgado, 2010; Gonçalves Neto, 1997; Graziano da Silva, 1999), esse processo foi triplamente seletivo, beneficiando principalmente os médios e os grandes agricultores, localizados nas regiões Sul e Sudeste, produtores de produtos para a exportação ou de interesses de grupos agroindustriais (café, soja, trigo, cana-de-açúcar, laranja, algodão). Ademais, incrementou o êxodo rural e a desigualdade na agricultura, a dependência de insumos externos e de grandes corporações para iniciar o processo produtivo, a produção de *commodities* em detrimento da produção de alimentos básicos e regionais; produziu diversos impactos ambientais (aumento do desmatamento, contaminações com agrotóxicos etc.); e favoreceu a redução da biodiversidade. Prevalecia um modelo de

4 Grande parte desta seção foi construída com base em Grisa e Schneider (2024).

desenvolvimento rural e agrícola que, embora com resultados econômicos, foi se mostrando bastante excludente, insustentável e com impactos importantes na segurança alimentar e nutricional (redução da produção de alimentos básicos e regionais, incremento de *commodities* associadas a alimentos ultraprocessados etc.) (Lamine, 2020; Preiss; Schneider, 2020).

A construção dessas políticas ocorreu no contexto da Ditadura Militar, configuração que excluía a participação das organizações da agricultura familiar e limitava uma atuação mais crítica e propositiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), representação dos “pequenos agricultores” na época. Contudo, nos anos 1980 esse cenário começou a ser alterado com o processo de redemocratização e emergência de novas organizações sindicais e da sociedade civil, dentre elas o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) na CUT. Ainda que com objetivos um pouco distintos, essas organizações tornaram visíveis as precárias condições de reprodução social dos pequenos produtores e, cada vez mais, reclamaram a atuação do Estado na construção de políticas públicas adequadas às suas particularidades, destacando-se a reforma agrária e o crédito rural. Os representantes da agricultura familiar passaram a adotar estratégias propositivas e adentraram nos espaços institucionais, propondo e disputando a construção das políticas públicas. Tanto a Contag quanto o DNTR/CUT elaboraram textos para a discussão com suas respectivas bases sociais sobre a reforma constituinte, a Lei Agrícola e disputaram a institucionalização das regras com outros segmentos, nomeadamente com o setor da agricultura patronal (Grisa, 2012; Picolotto, 2011).

Não obstante as sinalizações positivas da Constituição Federal, no início dos anos 1990, os pequenos agricultores estavam vivenciando um cenário bastante desafiador: i) a adoção do neoliberalismo como modelo econômico no país implicou redução da intervenção do Estado, privatização de companhias estatais e enxugamento em diversas políticas públicas (extensão rural, abastecimento alimentar, crédito rural etc.); ii) a promoção da liberalização econômica gerou abertura dos mercados e queda nas tarefas de importação de diversos produtos; iii) a criação do Mercosul afetou negativamente a produção agropecuária dos estados do Sul, notadamente das pequenas propriedades, as quais sentiram dificuldades de competir com a

produção dos países vizinhos; iv) a adoção do plano real valorizou a moeda e a taxa de câmbio, com impactos importantes em termos de aumento das importações de produtos agrícolas e o decréscimo das exportações (Delgado, 2010; Picolotto, 2011). Diante desse contexto, as organizações da agricultura familiar intensificaram sua postura propositiva (Favareto, 2006) e, por meio de grandes mobilizações (como o Grito da Terra Brasil, em 1994), passaram a exigir políticas específicas para a categoria social, bem como a participação em tal construção. A partir de então, as políticas para a agricultura familiar começaram a ser construídas e a ganhar fôlego.

5.2.1. Primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, com foco agrícola e no acesso à terra

Nos anos 1990, as principais reivindicações das organizações da agricultura familiar giravam em torno de seguro agrícola obrigatório para o pequeno agricultor que aderisse ao crédito rural e opcional para aquele que utilizasse recursos próprios; pesquisa, assistência técnica e extensão rural adequadas às especificidades dos pequenos produtores; preços mínimos condizentes com os reais custos de produção, garantindo uma remuneração adicional para a mão de obra familiar ou para produtos específicos; aquisição de produtos dos pequenos produtores pelo preço mínimo (aquisições do governo federal – AGF), oferta de empréstimos do governo federal (EGF) para comercialização e formação de estoques públicos reguladores, sobretudo para produtos de abastecimento interno; crédito rural de custeio e investimento, com juros específicos ou redução nos encargos financeiros, e sistema de equivalência em produto para a quitação do empréstimo (Contag, 1989; CUT, 1991). Dentre essas ações, em meados dos anos 1990, a construção do crédito rural diferenciado para os pequenos agricultores foi elencada como uma prioridade, considerando o seu poder de mobilização e possíveis resultados no curto prazo (Grisa, 2012). Ainda que ajustável às especificidades da agricultura familiar (condições de crédito particulares), esse conjunto de políticas procurava reproduzir as políticas públicas às quais a agricultura patronal teve acesso nas décadas anterior e continuava mobilizando (ainda que em menor intensidade) nos anos 1990.

Reagindo ao cenário desafiador apresentado e em diálogo com o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (Maara),

as organizações sindicais da agricultura familiar propuseram a criação de um “Programa Especial de Crédito para os Pequenos Produtores Rurais”, a implantação de um seguro agrícola destinado exclusivamente aos pequenos produtores rurais e uma definição de pequeno produtor, que balizaria a construção de políticas públicas para a categoria social (Brasil, 1994). Fruto de mobilizações e dessas proposições dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar, de influências de estudos acadêmicos que passaram a visibilizar e reconhecer a importância econômica da agricultura familiar no Brasil e no mundo (Abramovay, 1992; Lamarche, 1993; Schneider, 2003; Veiga, 1991), de interesses do governo federal em manter a ordem social no campo, criou-se em 1995 a primeira política agrícola nacional (crédito) específica para a agricultura familiar: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A criação do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf-2004, também conhecido como Proagro Mais), do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF-2006) e a retomada da assistência técnica e extensão rural (ATER) pública em anos posteriores reforçariam esse viés orientado para o aumento da produção agrícola (no caso da ATER, com fomento à agroecologia, a práticas mais sustentáveis e metodologias participativas).

É importante destacar que, em meados da década de 1990, as lutas pelo acesso à terra estavam em um momento de ascensão e os conflitos agrários se acirravam. O “Massacre de Corumbiara” (Rondônia, 1995) e o “Massacre de Eldorado do Carajás” (Pará, 1997) tiveram grande repercussão nacional e internacional e, concomitantemente à continuidade das mobilizações, desencadearam o incremento nas políticas de assentamentos de reforma agrária (e crédito fundiário), que havia ganhado fôlego com a redemocratização e a proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), no início do governo Sarney (1985), mas, logo em seguida, abafadas pelas pressões de atores e organizações com posicionamentos contrários. Com efeito, a criação do Pronaf e o incremento da política de assentamentos de reforma agrária e crédito fundiário surgiram, em certa medida, como resposta às demandas oriundas de várias mobilizações, protestos e ações diretas (eventos regionais, Gritos da Terra Brasil, ocupações de terra e acampamentos de reforma agrária) dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar.

Assim, surgiu uma primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, orientadas pelo fomento à produção agrícola (crédito rural, seguro de produção e de preço) e pelo acesso à terra (política de assentamentos de reforma agrária e crédito fundiário) (Grisa; Schneider, 2024; Schneider; Shiki; Belik, 2010). Essas políticas exigiram do Estado e da sociedade brasileira um olhar mais atento para a importância da agricultura familiar no desenvolvimento do país e para as suas condições de reprodução social com base na terra e na produção agrícola. No caso das políticas agrícolas, com certas exceções, prevalecem desafios importantes em termos de promoção de práticas mais sustentáveis, saudáveis e inclusivas. As críticas recorrentes ao Pronaf são emblemáticas nesse sentido (Gazolla; Schneider, 2013; Wesz Junior, 2021).

5.2.2. Segunda geração de políticas, com foco em assistência social e melhorias nas condições de vida

Como comentado já, dentre outras contribuições, a Constituição de 1988 trouxe o reconhecimento da agricultura familiar (nos termos de agricultura em regime de economia familiar) no âmbito da seguridade social, particularmente na previdência social. Até 1988, apenas os agricultores tinham o direito à previdência reconhecido, com valor de meio salário-mínimo. A partir de então, agricultores e agricultoras passaram a ter direito a um salário-mínimo na esfera da previdência social.

Nos anos 1990, a partir da interpretação de que o Estado deveria atuar onde não era atrativo ou naquilo que não seria resolvido pelos mercados, começaram a ser delineadas políticas públicas orientadas ao combate à pobreza rural (incluída aqui a agricultura familiar) (Banco Mundial, 1994). Nos anos 2000, essa interpretação foi ganhando novos contornos, com o entendimento de que o Estado deveria atuar na melhoria das condições de vida, na assistência social (entendida como um direito) e em processos de inclusão produtiva da agricultura familiar e dos territórios.

Embora a previdência social tenha sido um marco nesse sentido, essa nova orientação nas políticas públicas teve impulso no Governo Fernando Henrique Cardoso, com o Programa Comunidade Solidária (1995); com a aproximação do Pronaf ao Comunidade Solidária, manifesta na criação do Pronaf Infraestrutura; com a criação de programas de transferência,

que culminaram na criação do Programa Bolsa Família (2003); com a criação do Programa Garantia Safra; e seguiram no Governo Lula, com a Estratégia Fome Zero, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), as políticas de desenvolvimento territorial, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o Plano Brasil Sem Miséria etc.

Ainda que tenha ganhado impulso a partir de uma perspectiva neoliberal (atuação focalizada do Estado onde não era atrativo para o mercado), logo essa geração de políticas para a agricultura familiar começou a ser interpretada de modo distinto e a ser disputada. Por um lado, organizações da agricultura familiar (movimentos sociais e sindicais), gestores públicos e acadêmicos passaram a reivindicar um “olhar” mais atento do Estado aos grupos vulneráveis da categoria social e reivindicaram políticas sociais para estes, seja no sentido de contribuir e garantir a sua reprodução social, seja com vistas a dar condições para que esses atores conseguissem minimamente alterar suas condições sociais e econômicas e passassem a interagir nos mercados agrícolas e de trabalho (França; Marques; Del Grossi, 2016; Mattei, 2006). Havia a interpretação de que as políticas públicas para a agricultura familiar não poderiam reproduzir a seletividade e a desigualdade observadas nas políticas agrícolas das décadas de 1960-1980, sendo emblemática, como resposta nesse sentido, a criação dos grupos do Pronaf, particularmente a criação do Pronaf B (“Pronafinho”).

Por outro lado, a partir de 2010, com a publicação dos dados do Censo Agropecuário de 2007, que mostrava a importância socioeconômica da agricultura familiar, e com o acirramento das disputas entre a categoria social e grupos reconhecidos politicamente como agronegócio, esses e certos acadêmicos passaram a questionar a participação da agricultura familiar no valor bruto da produção nacional e a insistir na destinação de apenas políticas sociais para ela, considerando a não viabilidade de políticas agrícolas. Afirmava-se que, “[...] na agricultura, simplesmente não há solução para o problema de pobreza destes. Forte dose de política social, de caráter assistencialista se faz necessária para manter as famílias a eles vinculadas nos campos” (Alves; Rocha, 2010, p. 288). Inicialmente disputada, essa interpretação passou a ter mais repercussão nas políticas públicas a partir de 2016, com as mudanças políticas no país.

5.2.3. Terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, focada na construção de mercados para a segurança alimentar e nutricional e na sustentabilidade ambiental

Os anos 2000 iniciaram com mudanças importantes, notadamente as eleições presidenciais de 2002 e a posse de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República. Com isso, também ocorreram alterações no entendimento sobre o papel do Estado, as políticas públicas e as respectivas relações com os movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar e com a sociedade civil. Com efeito, a partir de então, intensificaram-se os diálogos, a participação em conselhos e as interações para a construção de políticas públicas.

Dentre os que ganharam mais espaço na interação com o Estado, destacaram-se atores e organizações vinculadas à segurança alimentar e nutricional e à agroecologia. Quando o presidente Lula assumiu, os temas da fome e da segurança alimentar e nutricional ganharam um novo impulso e esses atores encontraram possibilidades para pautar suas ideias. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi restabelecido, foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), e teve início o programa Fome Zero, o qual, segundo Menezes (2010, p. 247), “representou a culminância de todo um processo anterior de formulações e práticas na luta contra a fome e pela segurança alimentar e nutricional no Brasil experimentadas por governos (nos níveis municipal e estadual) e organizações sociais”. O programa Fome Zero propôs um conjunto de políticas estruturais que visavam melhorias na renda para dar mais poder de consumo à população (Bolsa Família, aumento do salário-mínimo etc.) e políticas focadas no aumento da oferta de alimentos básicos, conferindo prioridade à agricultura familiar.

Resgatando experiências de alguns municípios e estados brasileiros, o programa Fome Zero ressaltava o potencial do mercado institucional (alimentação escolar, hospitais, presídios, distribuição de cestas básicas etc.) no fortalecimento da agricultura familiar, na dinamização da economia dos municípios e das regiões, no atendimento às necessidades alimentares e na introdução de “elementos de diversidade regional em cardápios com importância não desprezível na formação de hábitos alimentares” (Instituto

Cidadania, 2001, p. 39). Essas ideias culminaram na criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e desencadearam uma efervescência em torno dos mercados institucionais, seja orientados para a segurança alimentar e nutricional, seja para preocupações ambientais, como a produção de bicomcombustíveis (neste caso, de forma controversa) e o pagamento por serviços ambientais.

A partir de então, configurou-se uma terceira geração de políticas públicas, focada na construção de mercados para a segurança alimentar e nutricional e na sustentabilidade ambiental. O PAA, as mudanças no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM Bio), ações de agregação de valor (apoio às agroindústrias, criação de selos de diferenciação, como o Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar, Selo Quilombos do Brasil, Indicações Geográficas etc.) e a ampliação dos mecanismos de certificação, com destaque para a certificação orgânica, foram alguns dos programas e ações promovidos. Valorização da produção de alimentos regionais, diversificação produtiva, reconhecimento dos produtos da sociobiodiversidade, visibilidade a povos e comunidades tradicionais, promoção da agroecologia e da produção orgânica, e incentivos a práticas sustentáveis são elementos presentes nessa geração de políticas públicas.

Embora os movimentos sindicais da agricultura familiar não tenham sido protagonistas na construção dessa terceira geração de políticas públicas, à medida que essas ações foram ganhando maior reconhecimento e seus resultados positivos evidenciados, logo as organizações sindicais incluíram a construção de mercados orientados à segurança alimentar e nutricional e à sustentabilidade ambiental em suas agendas. Ampliação do volume de recursos, maior número de agricultores beneficiados, aumento do limite de comercialização (R\$) por agricultor/ano nos mercados institucionais e fortalecimento da Companhia Nacional de Abastecimento foram e continuam sendo algumas demandas assíduas nas pautas de reivindicações (Contag, 2010, 2009; FETRAF-Brasil, 2011, 2010).

5.2.4. Quarta geração de políticas públicas, orientadas a partir de uma visão produtivista e de uma única agricultura no Brasil

Desde 2013 diversos elementos foram configurando uma crise política no Brasil, que, aliada a alterações em dinâmicas e indicadores econômicos nacionais e internacionais, culminou em mudanças políticas importantes, como a destituição da presidenta Dilma Rousseff, a posse do presidente Michel Temer (2016) e a eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018. A partir de tais eventos, o Estado brasileiro passou a atuar segundo outras ideias, valores e interpretações de mundo. Ao retorno de ideias e princípios neoliberais com o Governo Temer, somaram-se valores sociais bastante conservadores com o Governo Bolsonaro.

Essas mudanças políticas também produziram alterações nas relações de poder entre os atores envolvidos na construção das políticas para a agricultura familiar. Com a entrada do presidente Temer, atores com outras vinculações sindicais e partidárias, organizações do agronegócio e pesquisadores que disputaram as políticas com uma perspectiva assistencial ganharam maior espaço na construção das políticas para a agricultura familiar (Mattei, 2016; Soldera, 2017). Enquanto isso, atores vinculados aos movimentos sindicais e sociais da agricultura familiar diminuíram a política de proximidade com o governo e procuraram intensificar posições de oposição e mobilizações sociais (Bagnara, 2021; Barth, 2018).

Acompanhando essas mudanças, interpretações passaram a sustentar a ineficiência produtiva da pequena agricultura (aqui incluída a agricultura familiar). De acordo com essa interpretação, duas dinâmicas foram se delineando no rural brasileiro: uma delas, marcada pela presença de estabelecimentos tecnificados, produtivos e eficientes econômica e financeiramente; outra, pelos estabelecimentos não produtivos, com pouca produção e renda (Alves; Rocha, 2010). A partir de análises eminentemente setoriais e produtivistas para o rural brasileiro, e revigorando antigos preceitos da modernização agrícola, tais autores passaram a pautar políticas públicas orientadas para a difusão tecnológica e o aumento da produtividade, acompanhados de políticas sociais para a agricultura familiar “não produtiva” (Soldera, 2017). No início do Governo Bolsonaro, tais interpretações foram complementadas com a ideia de uma única agricultura no país, que apenas

se diferenciaria em termos de escala de produção. Assim interpretada, não haveria mais necessidade de institucionalidades e políticas públicas específicas para a agricultura familiar, sendo emblemática a extinção dos Planos Safra da Agricultura Familiar a partir de 2019.

Todas essas mudanças e opções políticas repercutiram no desmantelamento de diversas políticas públicas para a agricultura familiar (Grisa; Porto, 2023; Sabourin *et al.*, 2020). Nesse processo, diversas institucionalidades e políticas públicas foram extintas ou paralisadas, a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de diversas secretarias e diretorias dedicadas a temas e grupos sociais específicos, das políticas de desenvolvimento territorial (Pronat e PTC), do PNHR, do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e da homologação de territórios indígenas (Niederle *et al.*, 2022; Silva; Machado; Sauer, 2022). Outras políticas públicas sofreram redução importante de recursos, de número de beneficiários ou ações realizadas, a exemplo do PAA, da ATER, do P1MC, do reconhecimento e titulação de comunidades quilombolas, da criação de assentamentos de reforma agrária (Grisa; Porto, 2023; Niederle *et al.*, 2022). Outrossim, diversos discursos de atores governamentais procuraram deslegitimar políticas públicas ou problemas sociais que pudessem reclamar a atuação do Estado.

Ainda que todas as gerações de políticas públicas tenham sido afetadas, observamos que os processos de desmantelamento foram mais recorrentes nas políticas com foco nas dimensões agrária, social e assistencial, e de construção de mercados para a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade. A proximidade de certas dinâmicas das políticas agrícolas (por exemplo, Pronaf, seguro da agricultura familiar) com as ideias e os valores da nova coalizão de atores envolvida nas políticas para a agricultura familiar pode ser um fator explicativo para terem sofrido reduções e cortes menos intensos (ainda que com mudanças normativas importantes).

5.2.5. A reconstrução das políticas para a agricultura familiar e a necessidade de uma nova geração

Desde 2023, após os desmontes nas políticas para a agricultura familiar a partir do entendimento de uma única agricultura no país e com as mudanças decorrentes das eleições presidenciais de 2022, observam-se esforços de

reconstrução e retomada de diversas políticas para a agricultura familiar. Ações características das três primeiras gerações supramencionadas estão sendo reestruturadas e retomadas em termos de orçamento, capacidade de implementação e público atendido, ainda que com diversas dificuldades e em diferentes ritmos. Dentre as três gerações, as políticas agrícolas parecem ganhar mais fôlego, com o fortalecimento do Pronaf (com novos estímulos para a produção de alimentos e práticas mais sustentáveis), promoção de máquinas agrícolas adaptadas à agricultura familiar, e outras tecnologias que visam aumentar a capacidade produtiva da categoria social. Inovações importantes foram anunciadas na terceira geração, com a Política e o Plano Nacional de Abastecimento, e o III Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; contudo, essas enfrentam desafios importantes em termos de implementação.

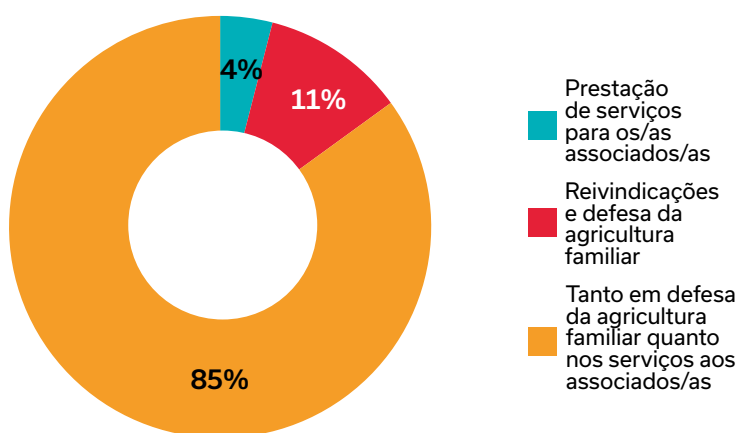
Ainda que de maneira tímida, parece emergir uma quinta geração de políticas públicas para a agricultura familiar – ou, pelo menos, essa nova geração de ações e programas deveria ser criada – para fazer frente a novos desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas e a necessidade de fortalecer sistemas alimentares sustentáveis. Esses elementos ganham espaços nos discursos e documentos governamentais e igualmente nas reivindicações (ainda que bem recentes) dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar. No documento base do Congresso 2024 da FETRAF-RS, Cenci (2024) afirmava que “As mudanças climáticas impõem grandes desafios para viver e produzir, exigindo uma revisão das dinâmicas de produção e de convívio com o ambiente. É necessário pensar em um novo modelo de produção que seja capaz de gerar renda e boas condições de trabalho e vida no campo, com mais autonomia, custos menores e uma agricultura mais sustentável”. O fortalecimento da presença da agricultura familiar no Plano Setorial de Mitigação Agricultura e Pecuária, o estabelecimento do Plano Nacional de Adaptação para a Agricultura Familiar, a criação de programas como Florestas Produtivas (ainda que de maneira bastante focalizada no país), a Estratégia Alimenta Cidades etc. ilustram esses movimentos, mesmo que com importantes desafios em termos de implementação e amplitude. As críticas aos sistemas alimentares industriais e aos modelos de desenvolvimento rural ganham fôlego no Brasil e no mundo, cobrando revisões de políticas anteriores e a construção de ações

que promovam sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e inclusivos (LEE, 2023; Lamine, 2020; Preiss; Schneider, 2020).

5.3. As políticas públicas entre os associados e nos sindicatos da FETRAF-RS

Como visto anteriormente, o sindicalismo da agricultura familiar teve um papel fundamental na construção e na defesa das políticas públicas para agricultura familiar. Ao longo dessa trajetória, a CONTRAF-Brasil e suas federações construíram propostas, apresentaram reivindicações nas Jornadas de Luta, dialogaram e cobraram ações dos governos e, quando necessário, organizaram mobilizações e protestos como forma de chamar a atenção da sociedade e pressionar os atores governamentais. A atuação em defesa da agricultura familiar é uma atividade constitutiva da Confederação, sendo reconhecida pelos associados da FETRAF-RS. Com efeito, como mostra a Figura 1, a grande maioria dos associados da FETRAF-RS (85%) compreende que os sindicatos devem atuar na defesa da agricultura familiar e na oferta de serviços aos associados.

Figura 1 – Principais áreas em que os sindicatos devem atuar segundo associados da FETRAF-RS, 2025



Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo.

Além da atuação na construção e defesa, muitos sindicatos também auxiliam no acesso/na implementação de diversas políticas públicas ou prestam serviços (por exemplo, documentação) que viabilizam o acesso a elas. De acordo com entrevistas realizadas com 46 dirigentes sindicais, apoio no acesso à habitação rural (citado por 22 entrevistados/sindicatos), crédito fundiário (17), Pronaf (14), Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) (11), previdência social (11), troca-troca de sementes (8) e outros auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram algumas das atividades mais recorrentes. Observa-se uma prevalência de ações que contribuem para a dimensão agrícola e o acesso à terra (primeira geração de políticas públicas) e assistência social e melhorias nas condições de vida (segunda geração). Também foram citados, ainda que com menor recorrência, PNAE (4), Cadastro Ambiental Rural (CAR) (4), serviços de saúde (2), Imposto Territorial Rural (ITR) etc.⁵. Outrossim, quatro sindicatos afirmaram não auxiliar na mediação ou na implementação de políticas públicas.

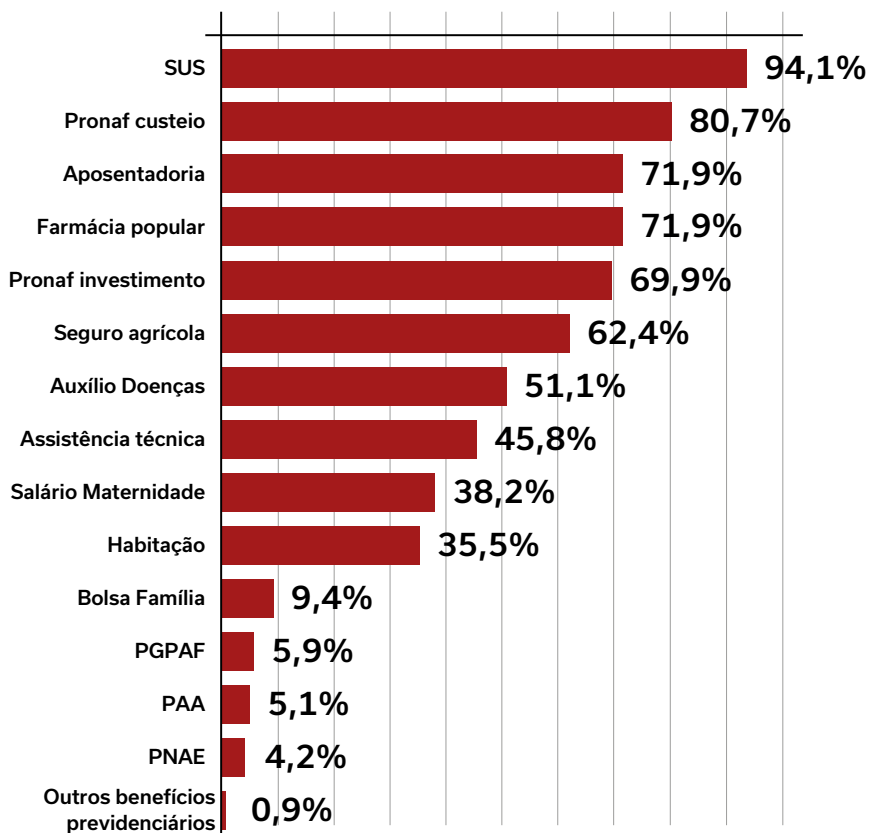
É importante destacar que, além dos sindicatos, diversos outros atores presentes nos municípios podem mediar o acesso e a implementação dessas e de outras políticas públicas e instrumentos, como a prefeitura municipal, a assistência técnica e extensão rural, os bancos, as cooperativas, as organizações não governamentais etc. Como comentado nas entrevistas, se essa diversidade de atores oferece maiores oportunidades para a agricultura familiar, também coloca desafios para a atuação e o reconhecimento dos sindicatos nas localidades, que passam a disputar a atenção dos agricultores e agricultoras com outros atores e organizações.

Uma vez identificadas as políticas públicas reivindicadas (seção 5.2) e mediadas pelos sindicatos, torna-se oportuno analisar as ações acessadas pelos associados da FETRAF-RS. Como podemos observar na Figura 2, o Sistema Único de Saúde foi a política mais recorrente, acessada por cerca de 95% das famílias, seguida por Pronaf Custeio (81%), aposentadoria (72%), Farmácia Popular (72%), Pronaf Investimento (70%), Seguro Agrícola (62%), auxílio-doença (51%), ATER (46%), salário-maternidade

5 Confluindo com esses dados, ainda que não necessariamente na mesma ordem, 73% dos associados da FETRAF-RS destacaram o apoio do sindicato no acesso ao ITR; 71% na elaboração de documentos, 47% no acesso à aposentadoria; 18% aos serviços de saúde; 17% à assistência jurídica; e 13% ao acesso ao Pronaf.

(38%) e habitação (35%). Bolsa Família, Política de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), PAA e PNAE foram acessados por menos de 10% dos entrevistados.

Figura 2 – Políticas públicas já acessadas, em algum momento, pela família da base social da FETRAF-RS, 2025⁶



Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo.

Pelo menos quatro observações merecem menção a partir desses dados. A primeira delas diz respeito à elevada frequência das políticas públicas de

⁶ Essa questão permitia ao entrevistado selecionar mais de uma resposta, por isso a soma total das porcentagens resulta num valor acima de 100%

acesso à saúde (SUS, Farmácia Popular e auxílio-doença), igualmente ou mais expressivas que as políticas agrícolas. É fato que, como destacado no capítulo de Kozenieski e Freitas Eduardo (neste livro), o público da agricultura familiar está envelhecendo (portanto, apresenta maior recorrência aos serviços de saúde e a medicamentos); todavia, esses dados chamam a atenção e demandam maior aprofundamento acadêmico e do próprio movimento sindical.

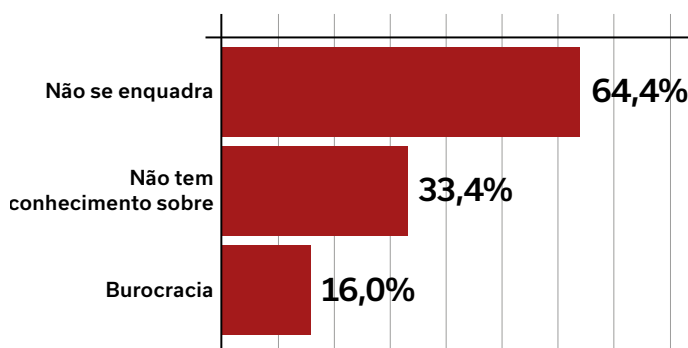
A segunda observação refere-se à também elevada frequência da previdência social. Além de muito presente nos estabelecimentos da agricultura familiar, 60% deles identificaram a previdência social como uma das principais entradas monetárias anuais. Para 50% das famílias pesquisadas, a previdência respondia por mais de 51% das rendas monetárias anuais recebidas e, para 24% delas, a previdência representava de 76% a 100% das rendas.

A terceira observação diz respeito ao baixo percentual de famílias que acessam ou já acessaram a política de assistência técnica e extensão rural. Complementando essa informação, foi perguntado aos entrevistados se, naquele momento, eles contavam com assessoria técnica: 70% sinalizaram positivamente e 30% negativamente. Dentre aqueles que contavam com assessoria técnica no momento da pesquisa, apenas 16% citaram a Emater. As fontes mais frequentes de assessoria técnica foram as cooperativas (citadas por 40% dos entrevistados) e as lojas agropecuárias (34%).

A quarta observação concerne novamente à maior incidência (ainda que com pouca diversidade) da primeira (políticas agrícolas) e da segunda gerações (assistência e melhoria nas condições de vida) de políticas públicas para agricultura familiar. É notável a baixa incidência dos mercados institucionais (PAA e PNAE) e de outras políticas públicas de acesso aos mercados, promoção da segurança alimentar e nutricional, agroecologia ou práticas mais sustentáveis. Tais resultados, dentre outros fatores, expressam – como apresentado no Capítulo de Deggerone *et al.* (neste livro) – a base produtiva presentes entre os associados da FETRAF-RS. Com efeito, 77% dos estabelecimentos entrevistados produzem grãos e, para 83% deles, essa atividade constitui-se em uma das principais fontes de renda agrícola (ainda que alguns não produzam, contam com a renda em grãos fruto do arrendamento das terras).

Quando questionados sobre os motivos pelo qual a família não acessou outras políticas públicas (Figura 3), 64% dos associados da FETRAF-RS afirmaram não se enquadrar nas condições exigidas, 33% não tinham conhecimento sobre as ações, e 16% argumentaram sobre as dificuldades em termos de documentação e procedimentos (no senso comum, burocracia) dos programas. Por um lado, esses dados novamente podem ilustrar as características da base social da FETRAF-RS (menos demandante em termos de políticas de inclusão produtiva ou com limites de renda/comercialização menos atrativos para certas políticas públicas, como os mercados institucionais). Contudo, por outro lado, podem mostrar a permanência de desafios importantes em termos de conhecimento, comunicação e necessidade de simplificação das políticas públicas existentes.

Figura 3 – Motivos para o não acesso às demais políticas públicas, entre a base social da FETRAF-RS, 2025⁷



Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo.

Também foi solicitada à base social da FETRAF-RS a indicação de demandas ou necessidades para as quais o governo poderia direcionar políticas públicas. Conforme a Tabela 1, o elemento mais recorrente foi a melhoria nos preços dos produtos agrícolas e/ou redução ou controle no preço dos

⁷ Essa questão permitia ao entrevistado selecionar mais de uma resposta, por isso a soma total das porcentagens resulta num valor acima de 100%.

insumos. Também, condizente com os dados referidos, foram apresentadas demandas para melhorias e investimentos em saúde pública; mais apoio e tratamento diferenciado aos pequenos agricultores; redução dos juros; mais incentivos para a agricultura e os/as agricultores/as; aumento da produção e melhores condições para os produtos produzidos pelas famílias; apoios para recuperação dos solos (calcário, adubação etc.), sobretudo em decorrências das intensas chuvas em 2023 e 2024; mais e melhores condições de financiamento; apoios para construção ou melhorias nas habitações; melhorias nas estradas; redução dos impostos. Apoios à produção orgânica ou agroecológica foram mencionados por apenas três entrevistados de um total de 662. De modo geral, trata-se de demandas bastante tradicionais (recorrentes), orientadas para a primeira geração (foco na produção agrícola). Ainda que atendendo certas especificidades da agricultura familiar, observam-se poucas sinalizações em termos de construção de modelos mais diversificados, sustentáveis, saudáveis e inclusivos de agricultura.

Tabela 1 – Demandas ou necessidades para as quais o governo poderia direcionar políticas públicas

Palavra	Contagem
preço	104
saúde	61
pequenos	55
juros	47
incentivos	46
produtos	43
solo	39
financiamento	37
casa	30
estradas	28
impostos	22
orgânico/agroecológico	3

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa de campo.

Quando se indagou aos 46 dirigentes dos sindicatos sobre o modelo de desenvolvimento rural mais adequado para agricultura familiar, foram recorrentes as referências à produção de alimentos (13), à promoção da diversificação produtiva (6), à promoção de sistemas mais sustentáveis (12), com redução dos insumos e agrotóxicos (8), e à promoção da agroecologia (5). Quando questionados sobre três desafios centrais para os próximos cinco anos, além de questões como sucessão rural, renovação das lideranças sindicais, redução dos custos de produção, falta de mão de obra etc., também fizeram referência (11) à mudança no modelo produtivo em direção a práticas mais sustentáveis e produtoras de alimentos e (4) às mudanças climáticas. Para fazer frente a esses desafios, foram citadas diversas políticas públicas, como fortalecimento da ATER, crédito subsidiado, fomento ao cooperativismo, acesso à terra, políticas para a juventude rural etc. Ainda que, entre as lideranças, observem-se certas reivindicações e sugestões que favoreçam a transição nos sistemas alimentares e no modelo de desenvolvimento rural, emerge dessa análise a necessidade de construção uma proposta sistêmica e articulada que oriente a atuação dos dirigentes em diálogo com os associados.

5.4. Considerações finais

Vimos, na segunda seção deste capítulo, que: i) o reconhecimento da agricultura familiar e a construção de políticas públicas para a categoria social foram frutos de muita mobilização, reivindicações e proposições dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar, dentre eles os rurais da CUT, a CONTRAF-Brasil e a FETRAF-RS; ii) diferentes tipos de políticas públicas foram criados (quatro gerações identificadas e uma quinta em possível construção) respondendo a reivindicações de grupos de atores distintos e a momentos políticos e conjunturais diversos; iii) as três primeiras gerações, embora muito importantes para a agricultura familiar, apresentam limitações, seja em função do modelo de desenvolvimento rural e agrícola fomentado (primeira geração), seja em relação às disputas no que concerne ao entendimento das políticas assistências (como direito e elemento fundamental para melhoria das condições de vida, ou como única alternativa para a agricultura familiar), seja em relação ao tamanho

(mercados institucionais) e ambiguidades (PNPB) das políticas orientados aos mercados para a segurança alimentar e nutricional e à sustentabilidade; iv) a construção dessas políticas não segue uma trajetória cumulativa, sempre de fortalecimento – as políticas públicas para a agricultura familiar são objeto de diferentes interpretações e disputas, podendo culminar em processos de desmonte a partir de compreensões que não reconhecem suas especificidades, modos de vida e importância econômica e social; v) é necessário fortalecer (e aperfeiçoar) as três primeiras gerações existentes, mas igualmente avançar em gerações e políticas que contribuam para o enfrentamento dos problemas contemporâneos (mudanças climáticas, má nutrição, perda da biodiversidade, falta de sucessores etc.) e para a construção de sistemas alimentares sustentáveis.

Haja vista essa dinâmica nacional, a terceira seção apresentou informações sobre o papel dos sindicatos na promoção e no acesso às políticas públicas; as políticas e os serviços mais acessados pelos associados/as; as razões para o não acesso a determinadas políticas públicas; as principais demandas ou necessidades (entre os/as associados/as e os/as dirigentes) para as quais os governos poderiam direcionar políticas públicas. Vimos que as políticas da primeira e da segunda gerações foram as mais frequentemente acessadas e as políticas agrícolas (primeira geração) são as mais demandas pelos associados/as. Esses resultados podem expressar as características produtivas e demográficas da base social da FETRAF-RS, as dificuldades de acesso a determinadas políticas públicas (por limitações de enquadramento por parte das famílias agricultoras, por baixo orçamento das políticas públicas, ou desinformação), ou a reprodução (por costume, de maneira pouco reflexiva) de práticas de agricultura e de modelos de desenvolvimento rural. Ainda que as demandas pelas políticas públicas da primeira geração sejam essenciais para a reprodução e o desenvolvimento da agricultura familiar, elas podem apresentar limitações em termos de construção de modelos mais diversificados, sustentáveis, saudáveis e inclusivos de agricultura. Entre os/as dirigentes, as referências a modelos, ações e gerações de políticas públicas mais sustentáveis, saudáveis e inclusivas foram predominantemente recorrentes.

A análise realizada neste trabalho reafirma a importância da atuação sindical na construção e na defesa de políticas públicas para agricultura

familiar e salienta a relevância de os movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar, dirigentes, sindicatos e associados/as avançarem na construção de práticas, dinâmicas e sistemas alimentares sustentáveis, ambientalmente adequados, pautados na segurança alimentar e nutricional, no reconhecimento de diferentes modos de vida rurais e na promoção da equidade social.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec: Unicamp, 1992.

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. *A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2010.

BAGNARA, Alcemir Antonio. Enquadramentos interpretativos da FETRAF e as mudanças da atuação sindical na relação com estado, políticas públicas e base social. 2021. 138 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BR-RS, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/250781>. Acesso em: 29 maio 2026.

BANCO MUNDIAL. *Brazil: the management of agriculture, rural development and natural resources*. Report n. 11783-BR, Brasília, v. I, 1994.

BARTH, V. J. *Caminhando sobre desertos, oásis e campos férteis: interações entre o Movimento dos Pequenos Agricultores e o Estado na luta pelas políticas públicas para a agricultura camponesa*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (Maara)/Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). *Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural*. Brasília, 1994.

CENCI, D. Desafios e perspectivas da agricultura familiar gaúcha. In: FETRAF-RS. *Documento Base Congresso 2024*. Porto Alegre: FETRAF-RS, 2024.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT. *Proposta para um projeto de lei agrícola*. São Paulo: CUT, 1991.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – Contag. *Grito da Terra Brasil 2010: pauta de reivindicações*. Brasília, 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – Contag. *Grito da Terra Brasil 2009*. Brasília, 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – Contag. *Proposta do movimento sindical de trabalhadores rurais para as leis agrária e agrícola*. Brasília, 1989.

CONTI, I. L. *Organizações sociais e políticas públicas: inserção da FETRAF-Sul nas políticas de segurança alimentar e nutricional*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília: Condraf: Nead, 2010. p. 28-78.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 21, n. 62, p. 27–44, 2006.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR – FETRAF-Brasil. *Pauta de reivindicações da VII Jornada nacional de luta da agricultura familiar*. Brasília, 2011.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR – FETRAF-Brasil. *Pauta de reivindicações da VI Jornada nacional de luta da agricultura familiar*. Brasília, 2010.

FRANÇA, C. G.; MARQUES, V. P .M. A.; DEL GROSSI, M. E. *Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras*. Brasília: FAO, 2016.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, [s. l.], v. 51, n. 1, p. 45–68, 2013.

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira: 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, [s. l.], v. 52, n. suppl 1, p. 125–146, 2014.

GRISA, C. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isoppo. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, [s. l.], v. 61, n. 3, p. e259390, 2023.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil: uma análise revisitada. In: CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. C. A. (org.). *Consequências de movimentos sociais nas políticas públicas no Brasil: diversidade teórica e de casos*. Vitória: UFES, 2024.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. São Paulo, 2001.

LAMARCHE, H. *A agricultura familiar I: uma realidade multiforme*. Campinas: Unicamp, 1993.

LAMINE, C. *Sustainable Agri-food Systems: case studies in transitions towards sustainability from France and Brazil*. London: Bloomsbury Academic, 2020.

LEE, Hoesung; ROMERO, Jose (org.). *Climate Change 2023: synthesis report*. Geneva, Switzerland: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023.

MATTEI, L. *O governo interino e a desestruturação da política agrária e de desenvolvimento rural no país*. Texto para discussão 018/2016. Florianópolis, 2016.

MATTEI, L. *Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica*. Brasília: MDA, 2006.

MENEZES, F. Participação social no Fome Zero: a experiência do CONSEA. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. *Fome Zero: a experiência brasileira*. Brasília: MDA, 2010. p. 247-264.

NIEDERLE, Paulo *et al.* Ruptures in the agroecological transitions: institutional change and policy dismantling in Brazil. *The Journal of Peasant Studies*, [s. l.], v. 50, n. 3, p. 931–953, 2023.

PICOLOTTO, E. L. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. *Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos*. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

SABOURIN, Eric *et al.* Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. *Cahiers Agricultures*, [s. l.], v. 29, p. 31, 2020.

SANTOS, F. P. *Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil*. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 21-49.

SCHNEIDER, S.; SHIKI, S.; BELIK, W. Rural development in Brazil: overcoming inequalities and building new markets. *Rivista di Economia Agraria*, a. LXV, n. 2, p. 225-259, Napoli, Itália, 2011.

SILVA, A. A.; MACHADO, D. D. G.; SAUER, S. Políticas territoriais no Brasil: avanços, ausências e desmontes. In: VALENCIA PERAFÁN, M. E. et al. *Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar*. São Leopoldo: Oikos, 2022. p. 165-189.

SOLDERA, D. *A instabilidade do referencial de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: uma análise das narrativas dualistas*. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

VEIGA, J. E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: USP: Hucitec, 1991.

WESZ JUNIOR, V. J. O Pronaf pós-2014: intensificando a seletividade? *Grifos*, Chapecó, v. 30, n. 51, 2021.

6. Horizontes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul

Direção Geral da FETRAF-RS⁸

A Federação dos/as Trabalhadores/as na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS) tem uma atenção muito profunda e permanente à realidade concreta vivida pelas agricultoras e agricultores familiares do Rio Grande do Sul. Desde suas raízes, nas décadas de 1980 e 1990, propõe-se a construir um Novo Sindicalismo, partindo da realidade concreta e da construção coletiva, para alcançar o desenvolvimento rural alternativo, sustentável e solidário.

A FETRAF-RS carrega em sua essência as marcas de um sindicalismo propositivo e combativo, que não quer apenas remediar as condições impostas às agricultoras e aos agricultores, mas que se orienta pela construção de um projeto estratégico transformador. Foi esse horizonte que, no passado, contribuiu para a consolidação da Agricultura Familiar como uma importante categoria social, reconhecida por seu papel na produção de alimentos saudáveis e na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional do país. Hoje, esse mesmo compromisso move a construir novos caminhos que fortaleçam a autonomia, a sustentabilidade e o modo de vida da Agricultura Familiar.

Os tempos atuais apresentam novas características e desafios. Com o propósito de manter a atuação propositiva e atenta às necessidades da Agricultura Familiar, desafia-se a construir um amplo processo de escuta qualificada e aprofundada da base. Para isso foi construída essa pesquisa, envolvendo pesquisadores e assessores de diferentes áreas do conhecimento para conhecer a complexidade da Agricultura Familiar. A pesquisa escutou agricultores e agricultoras familiares e dirigentes sindicais para compreender a situação da agricultura familiar, identificar suas principais necessidades e desafios, a fim de subsidiar a atuação da Federação e para a atualização e o aprimoramento do Projeto Estratégico da Agricultura Familiar.

8 A Direção Geral da FETRAF-RS é composta pelos seguintes membros: Douglas Cenci, Luiz Carlos Scapinelli, Vilson José Alba, Cleonice Back, André Junior Salles, Felipe Toniolo, Alcemir Antônio Bagnara, Elaine Collet, Ivete Ulrich, Marialva Oliva Lunkes, Renato Stasinski, Venice Meazza de Camargo.

6.1. Contexto da Agricultura Familiar

Os resultados mostram a diversidade das agriculturas de base familiar no Rio Grande do Sul. Elas estão expressas nas formas de organização produtiva, na inserção nos mercados e na construção de estratégias de reprodução social. Também revelam contradições e as necessidades que a atravessam, principalmente aquelas decorrentes do avanço do capitalismo no campo e da conjuntura das políticas públicas.

O cenário da Agricultura Familiar gaúcha ainda é de unidades de produção com predominância de pequenas áreas, mão de obra familiar e o convívio entre produção para o autoconsumo e para a comercialização. Entretanto, evidencia-se que há mudanças no modo de produção, com avanço de maior homogeneização e especialização produtiva com expansão das monoculturas, principalmente de soja, dependência a insumos e sementes externos e da inserção nos mercados e cadeias de valor controlados pelo agronegócio global.

Estas mudanças estão atreladas à crescente financeirização do setor que reforçaram processos de monopolização e controle por grandes corporações, que passam a influenciar diretamente as decisões produtivas dos agricultores familiares, desde o uso de técnicas, tecnologias e insumos, até sobre o que produzir e onde comercializar. Há uma rede efetiva, comandada por essas corporações, que oferecem insumos, sementes, logística, comercialização e outras condições que subordinam os agricultores.

Essa rede usa a assistência técnica como uma das ferramentas para promovê-la. A pesquisa revela um avanço da Assessoria Técnica vinculada a agropecuárias e cooperativas que operam a lógica do modelo de produção capitalista, em detrimento da diminuição da ATER pública. Esta ATER ainda conta com baixa atenção ao uso de técnicas que tornam as lavouras mais resilientes, que diminuam ou potencialize o uso de insumos mais sustentáveis, como os produtos biológicos. Talvez não seja o objetivo reduzir a comercialização de insumos, porque ameaça a massificação dos lucros pelas grandes corporações. Há que se destacar que há um quantitativo significativo de famílias que estão desassistidas pela ATER privada e pública.

A pesquisa evidencia também que esse modo de produção se caracteriza pelo elevado custo de produção, volatilidade do preço pago pelo produ-

to e a vulnerabilidade frente as mudanças climáticas. O uso intensivo de insumos encarece a produção e não tem se traduzido necessariamente em aumento de produtividade, o que, somado à volatilidade dos preços no mercado global, deixa a margem de renda da família apertada. Além disso, o agricultor tem ficado com os riscos decorrentes dos eventos climáticos extremos que estão cada vez mais intensos e recorrentes dado as mudanças climáticas. Fatores que elevam o endividamento no campo e contribuem para o êxodo rural.

A reação às mudanças climáticas é contraditória e vai da aceitação preocupada e capaz de impulsionar mudanças nas práticas produtivas ao negacionismo e/ou à resistência à aceitação desta realidade. Ainda assim, seus efeitos vêm sendo amplamente percebidos, sobretudo pela crescente frequência de eventos extremos e pelos impactos diretos sobre a produção e a produtividade, com especial intensidade na realidade gaúcha.

Acerca da vulnerabilidade dos sistemas produtivos, o uso intensivo e inadequado de agrotóxico e de insumos químicos, somado ao uso de técnicas produtivas inapropriadas de manejo do solo e a produção especializada em poucas culturas, afetam a capacidade e a saúde dos sistemas de produção, os tornam mais vulneráveis e menos produtivos, logo, menos rentáveis. Fruto desses manejos inadequados, as pragas e doenças têm ficado mais resistentes e, com a adoção de monocultura, tem se proliferado expressivamente, afetando a produtividade e exigindo ainda mais uso de agrotóxicos. Inclusive, isso tem levado algumas famílias a deixarem de produzir alimentos para o consumo. Esses fatores afetam a biodiversidade, comprometem águas, solo, serviços ecossistêmicos e alimentos de subsistência, além de deixar a renda da família incerta.

A forma de atuação desse modelo de produção coloca os agricultores e agricultoras na lógica do produtivismo, do consumismo, da dominação e, conseqüentemente, do adoecimento. É expressivo o número de agricultores que estão adoecendo mentalmente e fisicamente, com aumento no uso de antidepressivos, casos de câncer, entre outros. Agricultores estruturados, mas tomando remédios para conseguirem dormir diante das preocupações com as dívidas criadas, a insegurança da produção, as mudanças climáticas. O Sistema Único de Saúde (SUS) ganha centralidade em razão da neces-

sidade de maior atenção à saúde, destacando-se como uma das principais políticas públicas acessadas.

Entretanto, percebe-se que mesmo com o avanço desse modelo de produção, há resistência e convivência com outros modos de produção, ainda persistindo a produção diversificada, com presença de produção orgânica e agroecológica, uso de técnicas e manejos sustentáveis e experiências ainda bastante integradas a ciclos curtos de comercialização que potencializam a autonomia. São experiências que convivem, em alguns casos, dentro da mesma unidade de produção, um mesmo território ou em regiões diferentes.

Nesse contexto, observa-se uma tensão permanente entre, de um lado, a inserção subordinada em cadeias produtivas dominadas por grandes agentes econômicos e, de outro, a construção de alternativas que buscam ampliar a autonomia, a diversificação produtiva e a valorização dos territórios. Essas alternativas se materializam em estratégias como a agroindustrialização familiar, os circuitos curtos de comercialização e a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, que reafirmam a multifuncionalidade da agricultura familiar e seu papel na segurança alimentar e no desenvolvimento territorial.

A pesquisa também mostra a presença do crescimento da concentração fundiária, o arrendamento e a desigualdade no acesso à terra. A terra vem sendo concentrada majoritariamente nas mãos de produtores estruturados e que avançam com monoculturas e o modo de produção capitalista. Da mesma forma, evidencia-se o êxodo rural, o envelhecimento e as dificuldades de sucessão familiar, com a crescente saída dos jovens. Estes fatores dialogam com as dificuldades de mão de obra destacada por parcela dos agricultores. As mulheres, avançando na conquista de direitos, mas ainda convivendo com várias jornadas de trabalho e a sobrecarga do cuidado de crianças e especialmente de idosos/as.

O capitalismo também avançou a partir da dominação ideológica e cultural no campo, com a difusão de suas crenças, valores e ideias, desconstrução da identidade da Agricultura Familiar e criminalização das organizações do campo. Várias campanhas, propagandas nas mídias, músicas, entre outras estratégias, foram utilizadas para promover e massificar a ideia do “Agro é pop, Agro é tudo”, enfraquecendo a identidade e o modo de ser Agricultor/a familiar e promovendo a falsa sensação de que “Agricultura

não tem tamanho”, além de ideais neoliberais como o produtivismo e o lucro, o individualismo e a despreocupação ambiental.

No que tange à identidade, historicamente a Agricultura Familiar expressou e foi valorizada por um modo de vida próprio e profundamente enraizado nos territórios, marcado por relações sociais, culturais e simbólicas construídas ao longo de gerações. A organização do trabalho em base familiar, a transmissão de saberes entre gerações, as práticas comunitárias e as formas de cooperação constituem elementos centrais de uma identidade coletiva que articula produção, cultura e pertencimento. Esse modo de vida se materializa em valores como a solidariedade, a reciprocidade, o cuidado com a natureza e o compromisso com a continuidade da vida no campo, desempenhando papel fundamental na preservação das tradições, na diversidade sociocultural, manutenção das paisagens no campo e na construção de projetos de desenvolvimento enraizados nos territórios.

Esse modo de vida próprio da Agricultura Familiar é preservado com a presença de ambientes tipicamente formados por descendentes de imigrantes europeus e também de caboclos, com a manutenção de práticas comunitárias de convivência solidária, cultivo de sementes, relações interpessoais, familiares e de vizinhança, porém avança a presença de padrões de vida alinhados à lógica de mercado, expresso na redução da produção de alimentos para subsistência, a “adoção” de modos de vida alheios amplamente marcados pelo individualismo e busca da acumulação de dinheiro. Retomar estratégias e modos próprios de produção de cultura e de sua disseminação, de comunicação e de compartilhamento de experiências é um desafio chave para fazer frente à crescente colonização da desinformação produzida por mídias sociais manipuladoras.

No tocante à comunicação, a inserção cada vez maior de agricultores familiares nas redes sociais é um fator relevante para a circulação de informações. Contudo, esse processo vem acompanhado do aumento da disseminação de *fake news* e de formas de dominação cultural. Se antes era necessário combater a manipulação dos canais tradicionais de comunicação, agora, as redes sociais também precisam ser enfrentadas, visto terem um efeito muito mais amplo e que, pelo jogo dos algoritmos, formam bolhas e possibilitam massificar conteúdos falsos ou com um direcionamento político. O impacto das novas formas de comunicação tem potencializado o

discurso de ódio, o conservadorismo e a desinformação entre os agricultores e as agricultoras. As mentiras também prejudicam o sindicalismo, que é alvo constante delas por ação da extrema direita.

A pesquisa destaca o sindicalismo como importante ferramenta de organização e luta, mas também como prestador de serviços relevantes. Tem significativas potencialidades, mas também importantes fragilidades. Os processos de regionalização ajudaram a dar uma maior visibilidade e importância, mas, por vezes, distanciam do território de base da atuação e da vida dos/as agricultores/as. Ressalta-se também a importância da parceria com outras formas organizativas, particularmente as cooperativas de produção e de crédito e, com menos força, as associações e agrupamentos informais de organização, seja para a produção ou o desenvolvimento da comunalidade, especialmente em torno de valores religiosos e culturais. Se diminui a presença e a força de organizações juvenis, aumenta a presença de organizações de idosos/as, estas com perfil mais cultural e de entretenimento, mesmo que esta faixa etária também ainda tenha forte presença nos espaços sindicais.

A pesquisa também revela que as políticas públicas de crédito e seguro, além das políticas sociais, têm forte importância e estão presentes no cotidiano da produção e da vida na agricultura familiar. O modo como são experimentadas é muito diferente, havendo tanto o reconhecimento de sua importância e centralidade de sua suficiência e abrangência para a manutenção da agricultura familiar, quanto a compreensão de que servem para promover o modelo convencional, para gerar mais dependência, por serem insuficientes e até inadequadas, somando-se a uma certa naturalização, sem sequer se manter o reconhecimento de que foram e continuam sendo fruto de muitas e históricas lutas.

A FETRAF-RS desempenhou papel fundamental na construção e conquistas das políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar, sendo protagonista em processos históricos de mobilização e incidência que garantiram avanços no acesso ao crédito, ao seguro e a outras políticas estruturantes. Com as transformações recentes no campo e as contradições presentes na forma como essas políticas vêm sendo implementadas, torna-se central revisitar seus fundamentos, alcances e limites, buscando sua qualificação e reorientação a partir das reais necessidades das famílias agricultoras.

Por fim, a realidade dos/as agricultores/as familiares revela-se como um sistema de relações multiescalares e interdependentes, no qual as dinâmicas locais das unidades produtivas estão profundamente conectadas a processos nacionais e globais, como mudanças climáticas, volatilidade dos mercados e reconfigurações geopolíticas. Esses elementos ampliam a incerteza e a vulnerabilidade, mas também reforçam a centralidade da agricultura familiar na produção de alimentos, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial.

Diante desse conjunto, a agricultura familiar no Rio Grande do Sul se encontra em uma encruzilhada histórica: entre a intensificação de sua subordinação ao modelo hegemônico e a construção de alternativas baseadas na autonomia, na diversificação e na valorização dos territórios. A compreensão dessa realidade exige, portanto, uma abordagem sistêmica, capaz de articular suas múltiplas dimensões e orientar estratégias que fortaleçam sua capacidade de reprodução social, econômica e política.

6.2. Novo Projeto Estratégico para a Agricultura Familiar

O conjunto das constatações reveladas ou confirmadas pela pesquisa reforçam a importância da organização e da ação sindical. A necessidade da FETRAF-RS seguir com presença forte e atuante nos locais onde vem desenvolvendo historicamente sua atuação e, sobretudo, a necessidade de fortalecer ainda mais a ação estratégica e orientada, tendo em vista a necessidade de combinação de movimentos de fortalecimento organizacional com a construção de um Projeto Estratégico que possa construir um futuro melhor para a Agricultura Familiar.

Este projeto estratégico é a resposta política que a FETRAF-RS constrói para dialogar com as realidades vividamente trazidas pela pesquisa. Fruto de processos de debate e elaboração a partir desses dados, este Projeto Estratégico firma-se na necessidade da construção e implementação de um Novo Modelo de Produção Sustentável e Adequado à Agricultura Familiar, no resgate, valorização, ampliação e recriação da identidade da Agricultura Familiar, na melhora da qualidade de vida na agricultura e no

fortalecimento da organização dos/as agricultores/as familiares. Esse projeto passa também pela luta por políticas públicas adequadas e suficientes para a Agricultura Familiar.

O novo modelo produtivo deve se firmar, em primeiro lugar, na autonomia das famílias, recuperando sua capacidade de decidir o que e como produzir, reduzindo a dependência em relação às grandes corporações e fortalecendo o controle sobre o processo produtivo e a renda. Essa perspectiva articula-se com a inovação, entendida como a construção e adaptação de práticas a partir da realidade local, combinando conhecimento técnico e saber popular, com foco em soluções eficientes, de baixo custo e sustentáveis, bem como no desenvolvimento e na adoção de tecnologias apropriadas à agricultura familiar.

Deve garantir renda, usando técnicas e insumos que diminuam os custos e ampliem a resiliência da produção, assegurando retorno econômico às famílias. Além disso, deve-se apostar na diversificação produtiva e melhores formas de inserção nos mercados. Também se orientar pela redução da penosidade do trabalho, diminuindo o esforço físico excessivo e as condições degradantes provocadas pelo uso inapropriado e excessivo de agrotóxicos, por meio de melhor organização produtiva, uso de tecnologias adequadas e planejamento.

Ao mesmo tempo, deve contribuir com a preservação do meio ambiente, dos serviços ecossistêmicos, a biodiversidade, a saúde do solo e a captura de carbono, contribuindo com a mitigação das mudanças climáticas. Associado a isso, está o compromisso com a saúde humana e a ampliação da produção de alimentos saudáveis, por meio da redução do uso de insumos químicos agressivos, protegendo tanto quem produz quanto quem consome.

Esse novo modelo produtivo deve estar orientado à melhoria da qualidade de vida no campo, envolvendo não apenas a renda, mas também saúde, o tempo livre, o acesso a serviços, a infraestrutura e a perspectivas de permanência das novas gerações. Nesse contexto, ganha centralidade a integração a circuitos curtos e cooperativos de comercialização, aproximando quem produz de quem consome, reduzindo intermediários e fortalecendo feiras, cooperativas e mercados locais, garantindo melhores condições para os agricultores e acesso a alimentos de qualidade para a população.

Para alcançar esse novo modelo de produção, a aposta é no processo de transição massiva para toda agricultura familiar, através do método *Sistemas de Plantio Direto de Hortalças e Outras Culturas* (SPDH+), que oferece alternativas concretas, universalizáveis e multiplicáveis, organizadas sobre pilares político-pedagógicos e técnico-científicos. A proposta oferece uma resposta factível para que a transformação seja implementada gradativamente, mas com método e processo dirigidos e colaborativos.

É também parte constitutiva do Projeto Estratégico da Agricultura Familiar, construído pela FETRAF-RS, avançar de forma consistente na recuperação, valorização, ampliação e recriação do modo de vida da agricultura familiar. Trata-se de reconhecer que esse modo de vida não se reduz à dimensão produtiva, mas envolve relações sociais, culturais e territoriais que sustentam a reprodução das famílias e a vitalidade das comunidades rurais.

Nesse sentido, fortalecer a identidade própria da agricultura familiar implica afirmar valores, práticas e saberes historicamente construídos, que se expressam nas culturas familiares e de vizinhança, nos vínculos de pertencimento ao território, na música, na culinária e nas formas coletivas e comunitárias de organização da vida e do trabalho. As experiências de cooperação, associação e solidariedade, por sua vez, constituem bases concretas para a construção de alternativas ao individualismo e à lógica competitiva predominante, contribuindo para ampliar a autonomia, reduzir vulnerabilidades e qualificar as estratégias de produção e comercialização.

Essa perspectiva atravessa o conjunto da estratégia e se desdobra em ações práticas, como o fortalecimento de espaços coletivos de formação e troca de experiências, o incentivo a circuitos curtos e solidários de comercialização, a valorização de práticas culturais e comunitárias e o estímulo à organização social. Ao mobilizar estes fatores, contribui-se para reposicionar agricultores e agricultoras familiares não apenas como produtores, mas como sujeitos ativos na construção de um projeto de desenvolvimento rural sustentável, solidário e enraizado em seus modos de vida.

A organização e luta por direitos, seja para garantir aqueles já conquistados (previdência, saúde, educação e outros), seja para a conquista de novos direitos é chave. Ela coloca a tarefa da incidência para que sejam promovidas políticas públicas adequadas, suficientes e permanentes para a agricultura

familiar. Exige também que sejam avaliadas e revisadas certas políticas que têm servido para manter e ampliar a dependência do modelo agroquímico e exportador. A necessidade de mudança nas políticas de crédito, de assistência técnica, de compras públicas, de agroindustrialização e adaptação e de mitigação frente às mudanças climática, de promoção da igualdade de gênero, de valorização das juventudes e da terceira idade, são também lutas que se colocam como agendas a serem construídas na pressão e na negociação com setores da sociedade e, sobretudo, com o poder público, responsável pelas políticas públicas.

Tudo isso para ser levado adiante precisa de um sujeito coletivo forte, organizado e ativo, e este sujeito é a FETRAF-RS. Não é o único, mas é o que tem a possibilidade de fazer este processo no campo sindical. O fará de modo cooperativo com outras formas de organização. Aliás, um dos desafios está exatamente em articular os diferentes agentes e atores coletivos numa teia que conspire a favor do fortalecimento da agricultura familiar. Para isso é essencial investir em elaboração, formação, organização, trabalho com a base, formação de coletivos organizativos, comunicação, com as mais diversas estratégias e grande criatividade. Os tempos e as necessidades exigem recriar e reinventar o modo de ser sindicalista, o modo de fazer sindicalismo.

O estudo do que a pesquisa nos mostra não se esgota certamente no que fomos capazes de ler, compreender e expressar neste documento. Ele permanece obra aberta e em permanente construção. Mas, ela somente será levada adiante se assumirmos o legado que nos foi dado pelos/as que nos antecederam, pelas ancestralidades que nos deram inclusive gratuitamente a herança do modo de vida próprio da agricultura familiar. Cabe-nos, por tudo isso, assumir este legado e levá-lo adiante. Somos aqueles e aquelas que serão conhecidos/as por terem elevado a agricultura familiar a um novo patamar, àquele que é a melhor resposta dentro dos desafios do tempo que nos é dado viver e no qual nos cabe agir. Por isso não deixemos de ouvir a realidade, de fazer a escuta ativa, aquela que nos coloca em ação para juntos/as transformar as realidades.

7. Relatório de Dados de Pesquisa: Levantamento da realidade dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul

O Levantamento da realidade dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul se caracteriza como pesquisa-ação, tendo como objeto central a atuação da FETRAF-RS e a agricultura familiar no Rio Grande do Sul, visando orientar a atuação estratégica do sindicalismo da agricultura familiar. Este tipo de pesquisa ajuda a compreender a realidade da agricultura familiar e seu sindicalismo como uma situação social e não a partir de um conjunto de variáveis isoladas. Para tal, pesquisadores e dirigentes sindicais atuam de forma colaborativa a fim de compreender o problema posto e construir processos que venham gerar transformação da realidade investigada.

O processo de organização da pesquisa iniciou em 2021. Nele foram construídos um projeto de pesquisa, os eixos temáticos, as preocupações centrais, as questões orientadoras para chegar à formulação do questionário e sua aplicação.

As etapas da pesquisa foram organizadas e executadas por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS – Unidade Universitária de Erechim), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – *Campus* Santa Maria), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – *Campi* Erechim e Chapecó), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em colaboração com dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-RS).

A pesquisa faz a identificação e a descrição das características sociais, produtivas e econômicas dos agricultores familiares. Nela foi adotada uma metodologia qualiquantitativa, combinando técnicas qualitativas e quantitativas a fim de possibilitar coleta e análise de dados mais abrangentes e aprofundadas.

A coleta de dados primários foi obtida mediante a aplicação de questionários, delineados para obter informações sobre: o perfil socioeconômico dos agricultores familiares, a composição do núcleo familiar, as características dos estabelecimentos agropecuários, os produtos agroalimentares

cultivados e/ou comercializados e os respectivos canais de escoamento, avaliação da organização sindical municipal, desafios atuais da agricultura familiar, perspectivas futuras sobre a unidade de produção e a organização sindical municipal.

Os instrumentos de pesquisa foram aplicados a 46 dirigentes sindicais e em 20 unidades de produção familiar em municípios da base da FETRAF-RS, durante o período de janeiro a maio de 2024. A seleção das unidades familiares pesquisadas ocorreu por sorteio aleatório simples (Gil, 2019) entre os agricultores/as associados/as a sindicatos filiados à FETRAF-RS, de forma a contemplar uma diversidade de expressões da agricultura familiar.

A pesquisa foi realizada em 34 municípios pertencentes à base de atuação da FETRAF-RS. As regiões e os municípios pesquisados foram: Região Alto Uruguai (Aratiba, Áurea, Barra do Rio Azul, Campinas do Sul, Centenário, Cruzaltense, Erebangó, Erechim, Erval Grande, Estação, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, São Valentim, Severiano de Almeida e Três Arroios); Região Celeiro (Tenente Portela, Humaitá e Tiradentes do Sul); Região Médio Alto Uruguai (Barra Funda, Sarandi, Nova Boa Vista, Liberato Salzano e Constantina); Região Sul (Cristal e São Lourenço do Sul); Região da Serra (Ipê e Antônio Prado) e Região Altos da Serra (Sananduva e Paim Filho).

Os dados coletados em campo foram subsequentemente analisados por meio de análise de conteúdo, para os aspectos qualitativos, e de estatística descritiva, para os componentes quantitativos. O processo metodológico da análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), organizou-se em três etapas principais:

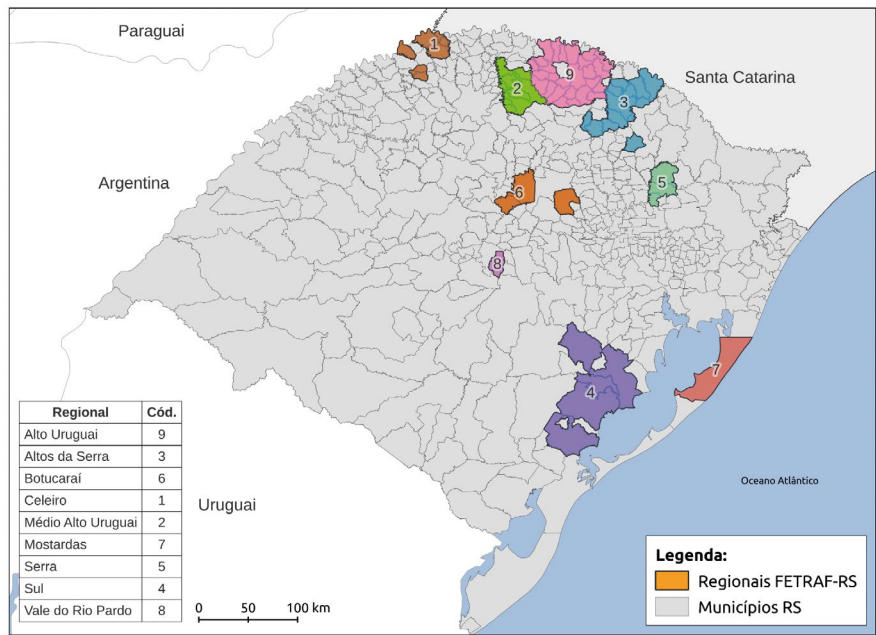
1. *pré-análise*: esta fase envolveu organização e sistematização inicial do material que havia sido coletado e armazenado em um banco de dados; nesta etapa, também foram retomados os objetivos da pesquisa para direcionar a análise e a definição dos primeiros indicadores e da estrutura de codificação, com a elaboração preliminar das categorias de análise;

2. *exploração do material*: nesta etapa, procedeu-se à codificação dos dados que compuseram a pesquisa; o material foi examinado e classificado em categorias – com o objetivo de transformar os dados textuais em unidades que permitissem a quantificação dos dados;

3. *tratamento dos resultados, inferência e interpretação*: a última fase consistiu no tratamento dos dados categorizados; os resultados foram sumarizados e foram elaboradas as interpretações que permitiram compreender as percepções atribuídas pelos agricultores familiares aos fenômenos investigados.

Os principais resultados foram sintetizados e estruturados em um *dashboard* interativo, com o propósito de facilitar a visualização integrada, a interpretação dos achados e a disseminação das informações da pesquisa.

Mapa 1 – Localização geográfica da atuação da FETRAF-RS



Fonte: Kozenieski (2022).

7.1. Principais dados sistematizados

Figura 1 – Produz alimento para consumo da família?

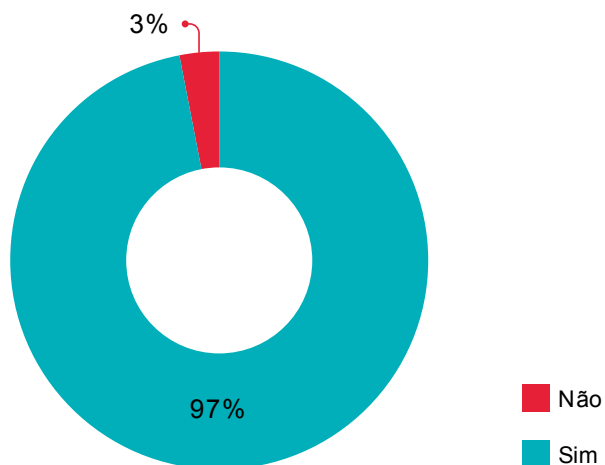


Figura 2 – Faz o processamento de produtos agrícolas?

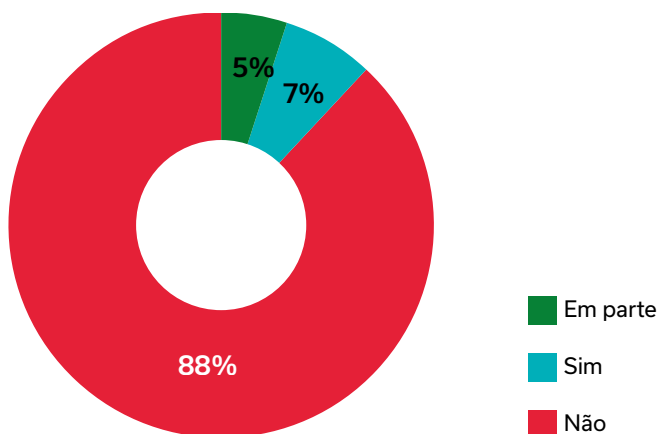


Figura 3 – Área total manejada pela família em 2022-23

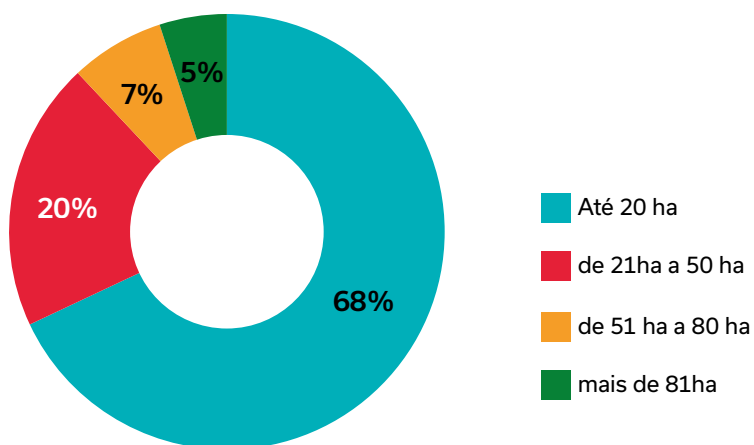


Figura 4 – Se algum dos cultivos está sendo manejado de forma agroecológica ou orgânica

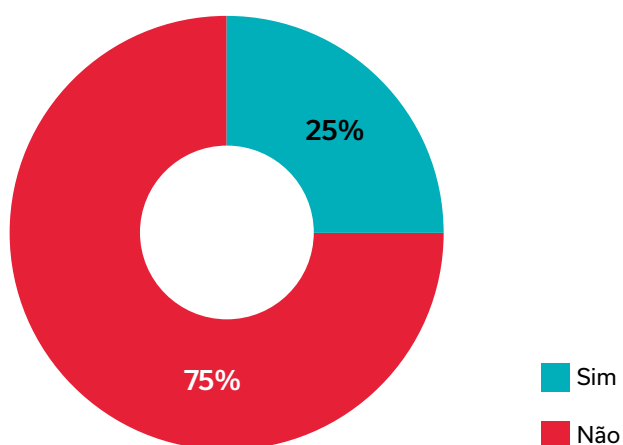
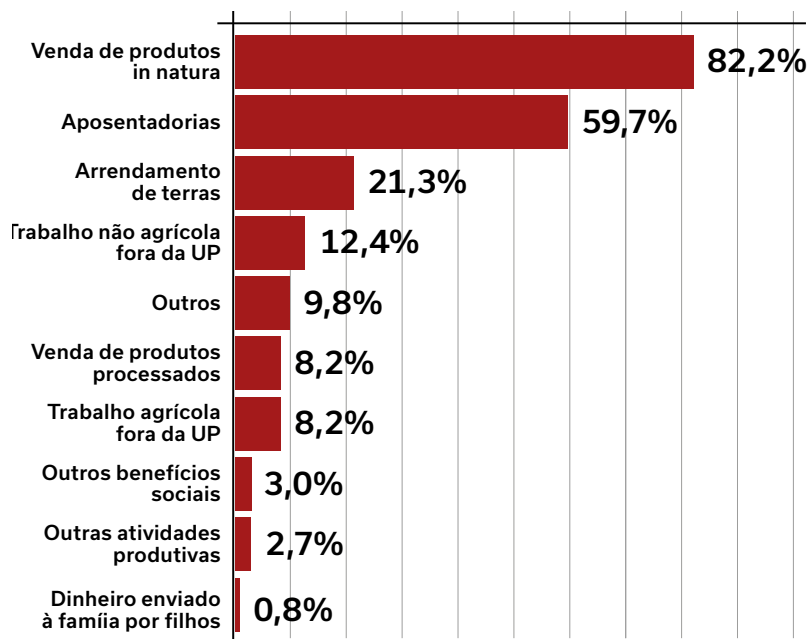


Figura 5 – Canais de comercialização acessados⁹



Figura 6 – Principais entradas monetárias anuais da família¹⁰



9 Essa questão permitia ao entrevistado selecionar mais de uma resposta, por isso a soma total das porcentagens resulta num valor acima de 100%

10 Essa questão permitia ao entrevistado selecionar mais de uma resposta, por isso a soma total das porcentagens resulta num valor acima de 100%

Figura 7 – Percentual das principais entradas monetárias anuais da família

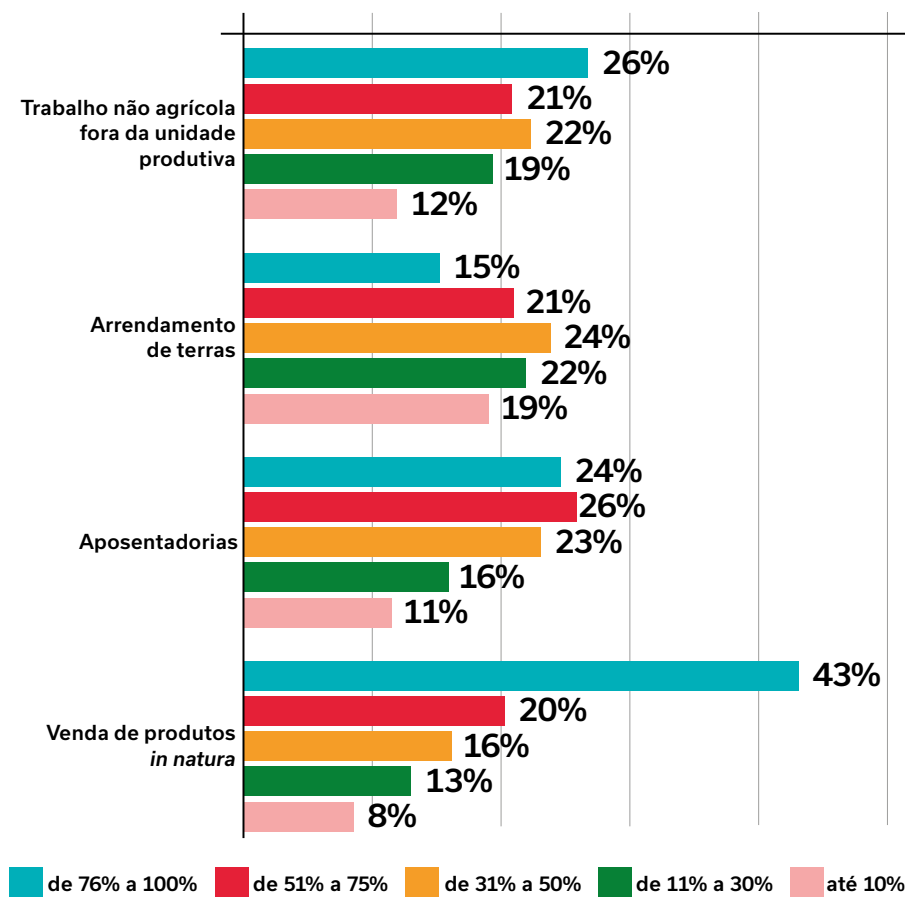


Figura 8 – Perspectiva de futuro na propriedade¹¹

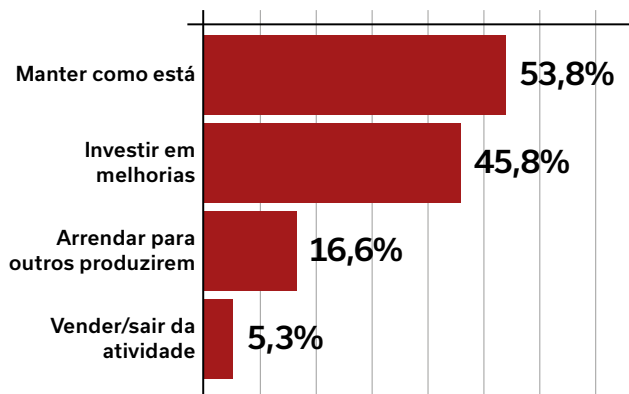
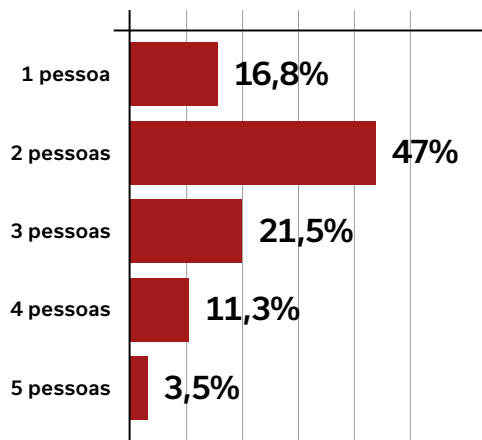


Figura 9 – Número de pessoas que trabalham na UP em tempo integral



¹¹ Essa questão permitia ao entrevistado selecionar mais de uma resposta, por isso a soma total das porcentagens resulta num valor acima de 100%.

Figura 10 – Três principais limitações enfrentadas pelos agricultores(as) na incorporação de práticas e tecnologias de base ecológica

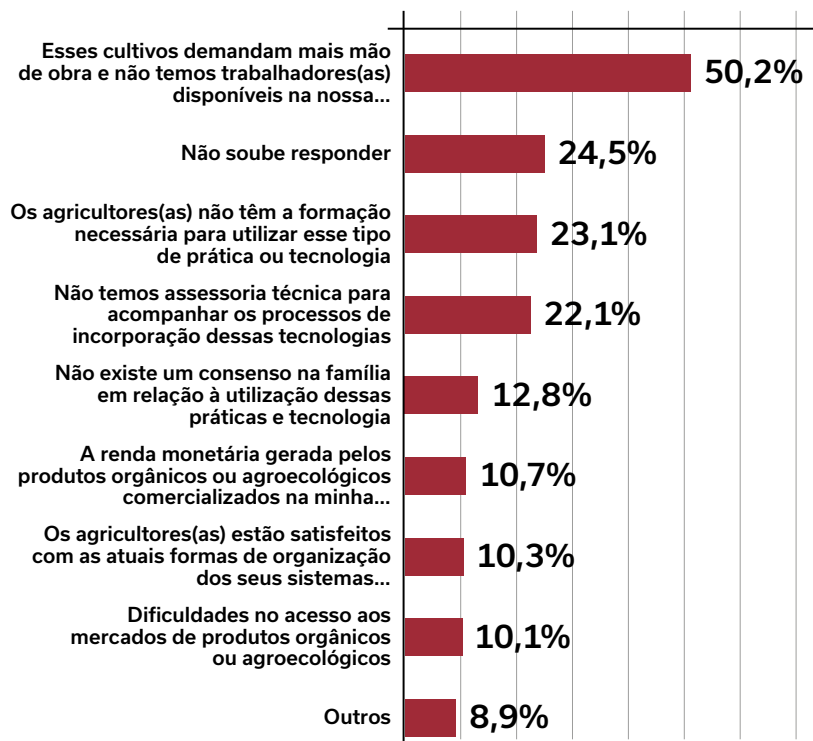


Figura 11 – Principais preocupações quanto à organização da produção¹²



12 Essa questão permitia ao entrevistado selecionar mais de uma resposta, por isso a soma total das porcentagens resulta num valor acima de 100%

Figura 12 – Meios utilizados para ter informações em geral

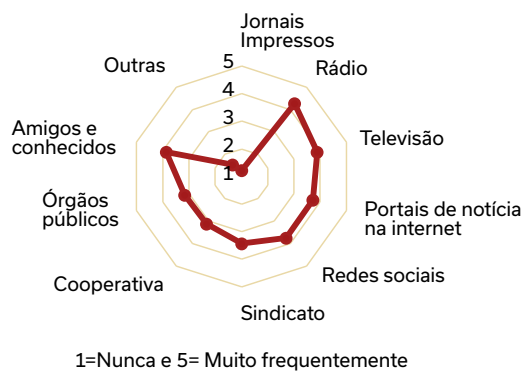


Figura 13 – Meios utilizados para ter informações sobre novidades da produção agropecuária

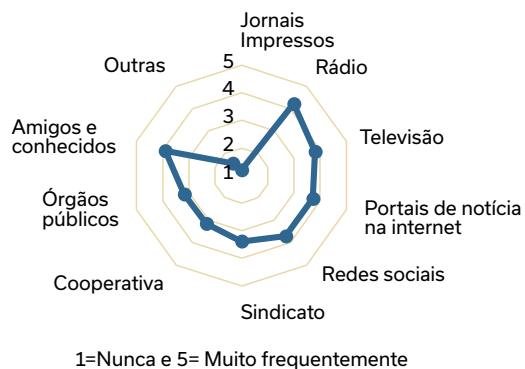


Figura 14 – Atividades agropecuárias desenvolvidas na UP

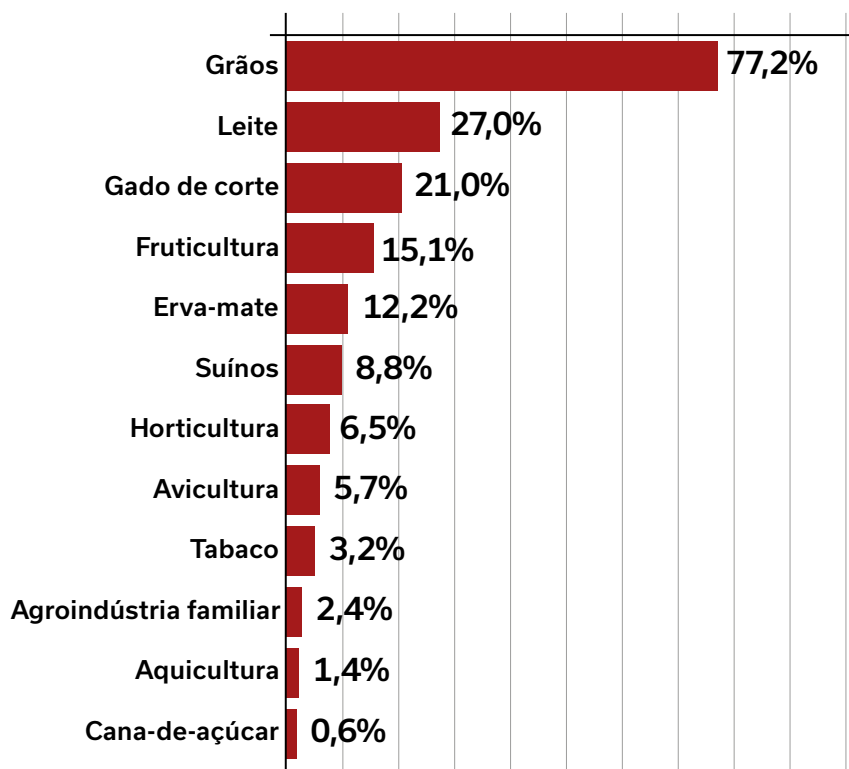


Figura 15 – Principais atividades produtivas na composição da renda familiar

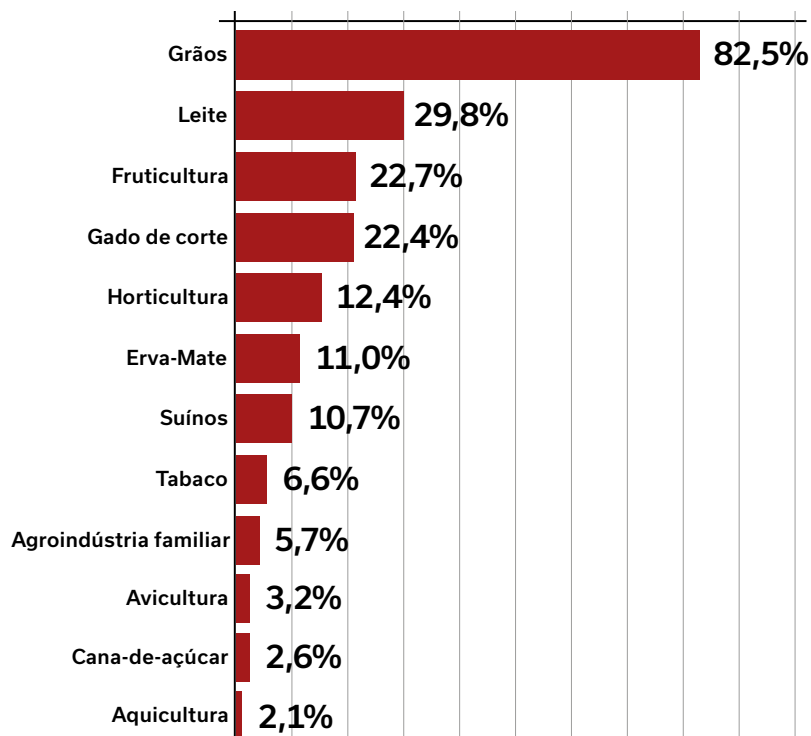


Figura 16 – Quantidade de diárias contratadas ao longo de um ano

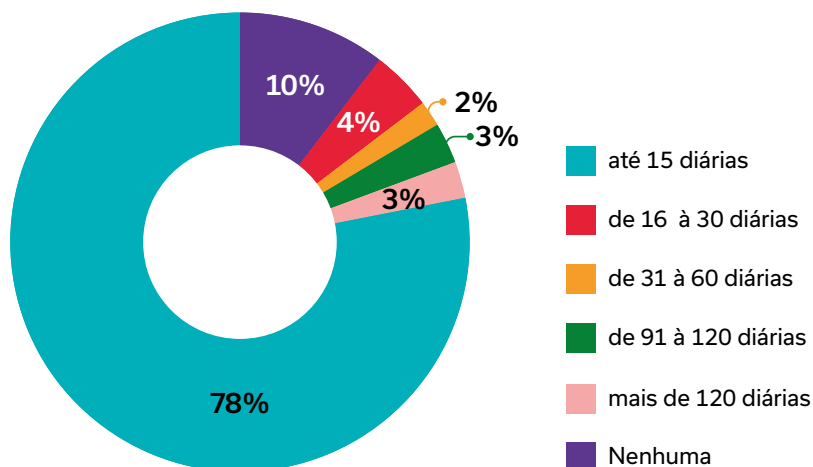


Figura 17 – Se agricultor conta com assessoria técnica

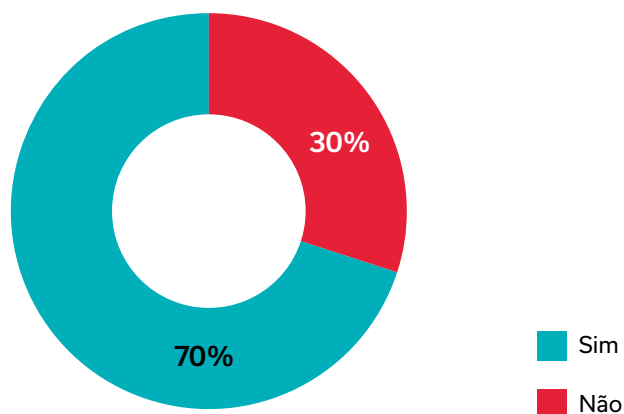
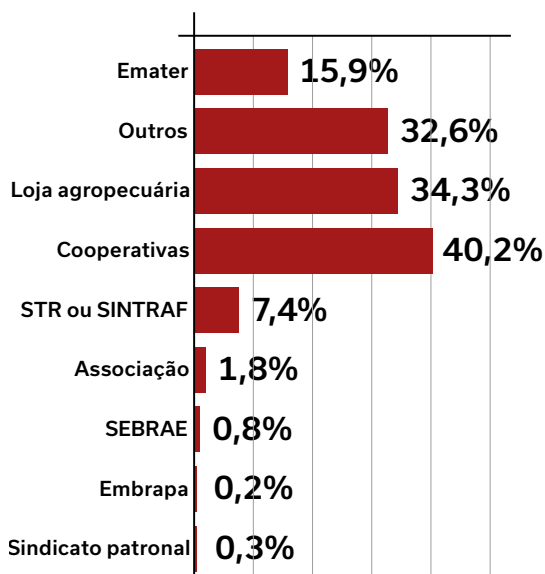


Figura 18 – Tipo de Assessoria Técnica¹³



¹³ Essa questão permitia ao entrevistado selecionar mais de uma resposta, por isso a soma total das porcentagens resulta num valor acima de 100%

Figura 19 – Políticas públicas que a família já acessou

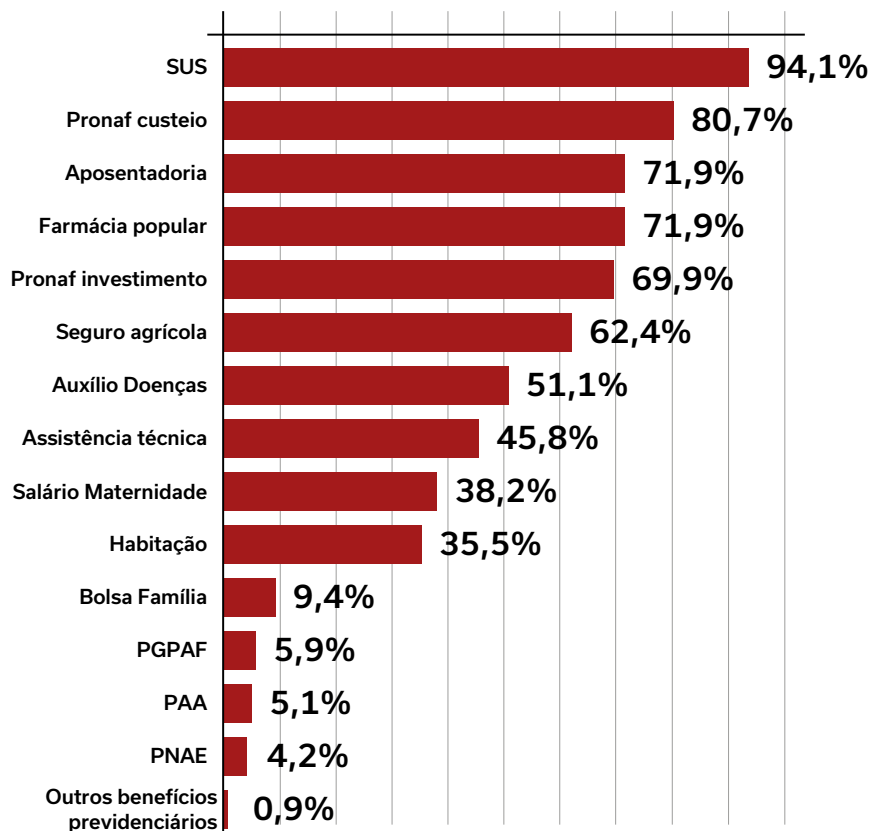


Figura 20 – Motivo(s) pelo qual(uais) a família não acessou as demais políticas¹⁴

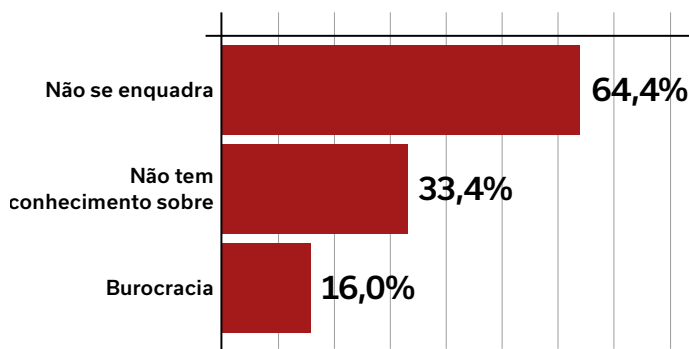
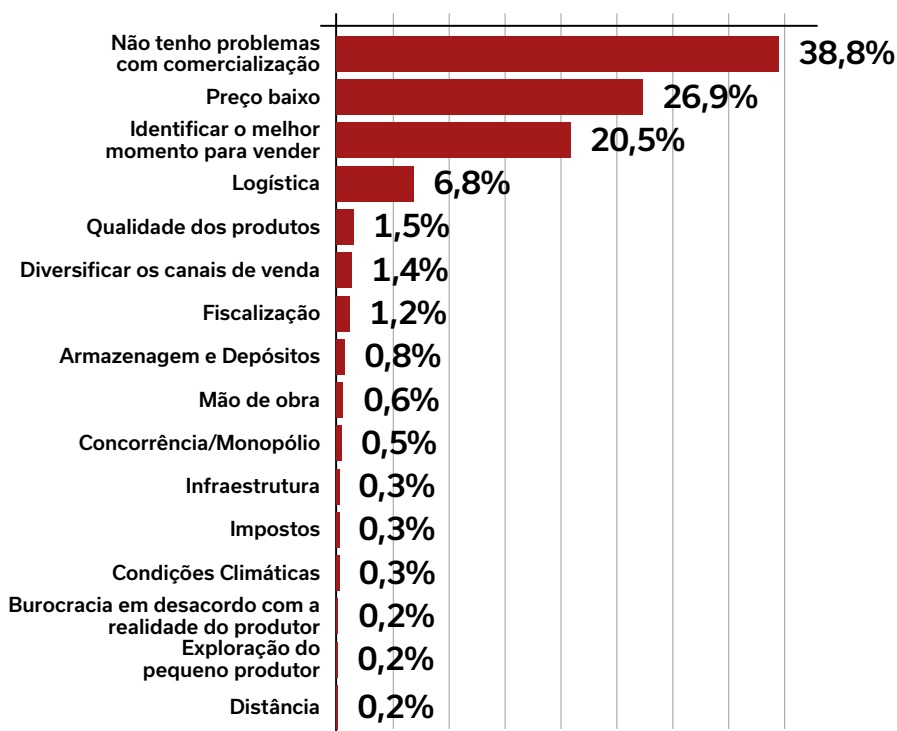


Figura 21 – Problemas que os agricultores enfrentam para comercializar



14 Essa questão permitia ao entrevistado selecionar mais de uma resposta, por isso a soma total das porcentagens resulta num valor acima de 100%.

Figura 22 – Como o Sindicato pode ajudar na comercialização dos produtos



Referências

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

GIL, A. C . Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: GEN Atlas, 2019.

KOZENIESKI, E. *Mapa de Localização geográfica das regiões de atuação da Fetraf/RS: Fetraf/RS: Atuação Regional (2022)*. Erechim, 2022. 1:100 km. Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, Curso de Geografia, Laboratório Cartografia, Acervo e Documentação. 2022.

Este livro sistematiza, discute e divulga os resultados da pesquisa desenvolvida pela FETRAF-RS e por pesquisadores/as convidados/as com agricultores/as familiares e dirigentes sindicais sobre as transformações que a agricultura familiar e as organizações do campo vivenciaram no último período.

A obra não pretende dar conta de toda a realidade. E que bom: assim como a vida, a realidade da agricultura familiar segue em travessia, em movimento... e quem se ocupa de compreendê-la, também em movimento, está desafiado a fazer este exercício sempre como processo, no processo e em processo.

